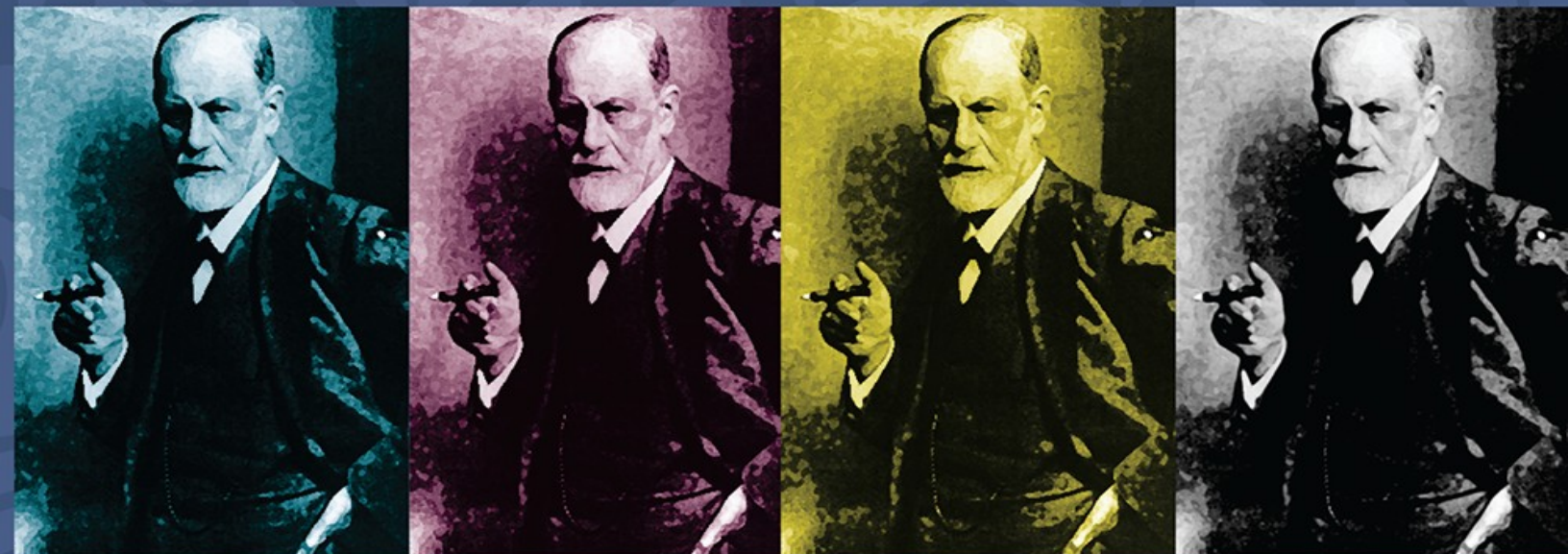


ENTRE O CORPO E A CONSCIÊNCIA

Ensaaios de interpretação
da metapsicologia freudiana



Fátima Caropreso
Richard Theisen Simanke

Entre o corpo e a consciência: ensaios de interpretação da metapsicologia freudiana

Fátima Caropreso
Richard Theisen Simanke

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CAROPRESO, F., and SIMANKE, R. T. *Entre o corpo e a consciência: ensaios de interpretação da metapsicologia freudiana* [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2011. ISBN 978-85-7600-367-0.
<https://doi.org/10.7476/9788576003670>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Entre o corpo e a consciência:
ensaios de interpretação da
metapsicologia freudiana**



REITOR Targino de Araújo Filho
VICE-REITOR Pedro Manoel Galetti Junior
DIRETOR DA EDUFSCAR Oswaldo Mário Serra Truzzi

EdUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos

CONSELHO José Eduardo dos Santos
EDITORIAL

José Renato Coury
Nivaldo Nale
Paulo Reali Nunes
Oswaldo Mário Serra Truzzi
(Presidente)

SECRETÁRIA Fernanda do Nascimento
EXECUTIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Editora da Universidade Federal de São Carlos

Via Washington Luís, km
235 13565-905 - São Carlos, SP, Brasil
Telefax (16) 3351-8137

<http://www.editora.ufscar.br>

edufscar@ufscar.br

Twitter: [@EduFSCar](https://twitter.com/EduFSCar)

Entre o corpo e a consciência: ensaios de interpretação da metapsicologia freudiana

Fátima Caropreso
Richard Theisen Simanke



EdUFSCar

São Carlos, 2011

© 2011, Fátima Caropreso e Richard Theisen Simanke

Capa

Marise Massen Frainer

Programação visual

Marise Massen Frainer

Revisão de texto

Raquel Correia de Oliveira

Preparação de texto

Daniela Silva Guanais Costa

Marcelo Dias Saes Peres

Aline Cristina Dias Galvão Neves

Editoração eletrônica

Ricardo Erlo

Vítor Massola Gonzales Lopes

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária da UFSCar

C293e

Caropreso, Fátima.

Entre o corpo e a consciência [liveo eletrônico]:
ensaios de interpretação da metapsicologia
freudiana/ Fátima Caropreso, Richard Theisen
Simanke. -- São Carlos : EdUFSCar, 2011.

1238 Kb; ePUB

ISBN – 978-85-7600-367-0

1. Psicanálise freudiana. 2. Freud, Sigmund, 1856-1939. 3. Consciência. 4. Aparelho psíquico. 5. Metapsicologia. I. Título.

CDD – 150.1952 (20^a)
CDU – 159.964.2

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do direito autoral.

Para o Tito, recém-chegando

Agradecimentos

Fátima Caropreso agradece à FAPESP, à CAPES e ao CNPq, que apoiaram – sob a forma de bolsas de estudos, além de auxílios à pesquisa, à publicação e à participação em eventos – suas pesquisas em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, de onde resultaram os trabalhos aqui publicados.

Richard Theisen Simanke agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio, sob a forma de Bolsas de Produtividade em Pesquisa, concedido aos projetos *Consciência e representação em psicanálise: alcance e limites da reflexão metapsicológica* e *Psicanálise, ciência e neurociência: Freud e a epistemologia das ciências da mente contemporâneas*, dos quais os trabalhos aqui apresentados expõem uma parte dos resultados.

Table of Contents / Sumário / Tabla de Contenido

[Front Matter / Elementos Pré-textuais / Páginas Iniciais](#)

[Introdução - A lacuna empírica e conceitual da psicologia](#)

[Capítulo I - A metáfora psicológica de Freud: o lugar da neurologia na fundamentação da psicanálise](#)

[Capítulo II - Possível, viável, real: uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente](#)

[Capítulo III - A teoria freudiana da consciência no Projeto de uma psicologia e suas implicações metapsicológicas](#)

[Capítulo IV - Corpo e significação na metapsicologia freudiana: das origens à linguagem de órgão esquizofrênica](#)

[Capítulo V - Um retorno às origens da metapsicologia: o caso da compulsão à repetição](#)

[Capítulo VI - Vida e morte na metapsicologia freudiana: uma reavaliação do segundo dualismo pulsional](#)

Introdução

A lacuna empírica e conceitual da psicologia

Em torno de 1896, antes mesmo de cunhar o neologismo “psicanálise” que viria a batizar sua nova disciplina, Freud cria outra palavra para designar o aspecto mais fundamental da teoria psicológica que ele então desenvolvia: “metapsicologia”. Formulada por analogia com a metafísica, esse “além da psicologia” designava, desde as primeiras utilizações do termo na correspondência entre Freud e Fliess, uma teoria psicológica que procurasse ir além da experiência consciente, em busca de seus determinantes e de suas condições de possibilidade – numa palavra, que procurasse abordar aquilo que Freud designaria como “o inconsciente”, o domínio por excelência da investigação psicanalítica. Nada de surpreendente, então, em que Freud viesse, com o tempo, a lhe atribuir um papel central na construção de sua teoria, passando, de 1915 em diante, a designar por metapsicologia o aspecto mais fundamental e estritamente conceitual da psicanálise e, ao mesmo tempo, o mais distante da experiência clínica e dos dados da observação empírica.

Apesar da importância que Freud lhe atribuía, a metapsicologia pareceu a muitos pensadores das correntes pós-freudianas e àqueles que se dedicaram a uma interpretação e a uma crítica filosófica da psicanálise como seu aspecto mais datado, mais devedor a uma concepção de ciência que Freud teria herdado de sua formação médica no século XIX e, por isso, tendo uma relevância questionável para aquilo que a psicanálise tinha-se tornado e, sobretudo, para a novidade epistemológica que ela trazia consigo. A abordagem metapsicológica – com sua ênfase numa teoria das forças psíquicas, dos impulsos (ou pulsões), com seu programa de fundamentar biológica ou neurocientificamente as explicações psicológicas proporcionadas pela aplicação do método psicanalítico – parecia representar o resquício de um naturalismo

científico ultrapassado, de um reducionismo fisicalista, de um positivismo, ou fosse lá qual fosse o pecado epistêmico que o crítico em questão desejasse lhe atribuir. Durante boa parte do século XX, a tendência predominante foi aproximar a psicanálise das ciências humanas, onde a prática da interpretação e a explicação do mental através de relações de sentido entre conteúdos e processos conscientes ou inconscientes encontrariam uma epistemologia mais afinada com a sua originalidade. Isso frequentemente resultou numa recusa, implícita ou explícita, da metapsicologia – explícita, por exemplo, em autores como Georges Politzer, George Klein, Merton Gill e Robert Holt; implícita ou, pelo menos, nuançada, por exemplo, na releitura lacaniana de Freud ou na crítica hermenêutica de Paul Ricoeur.

Mais recentemente, no entanto, avaliações mais positivas do projeto metapsicológico freudiano começaram a aparecer. Isso se deveu, em parte, à dissolução do programa neopositivista para a filosofia da ciência, que abriu caminho para uma epistemologia mais pluralista, sob cuja luz a psicanálise podia surgir com um aspecto mais positivo; em parte, também, devido a um resgate da ideia da psicologia como uma ciência natural da mente, promovido, sobretudo, pela constituição do programa de investigação multidisciplinar das chamadas ciências cognitivas e pelo desenvolvimento explosivo das neurociências nas últimas décadas. Nesse novo contexto, o naturalismo científico da metapsicologia freudiana começa a parecer menos anacrônico, e sua problemática específica surge revestida de uma atualidade até certo ponto surpreendente, que começa a ser percebida pelos pesquisadores da área.

Nessa problemática, algumas questões ganham destaque. Em primeiro lugar, o problema das relações do mental com o cerebral ou, num sentido mais amplo, com o corporal – isto é, o famoso problema mente-cérebro ou mente-corpo da filosofia da mente. A metapsicologia, de fato, para Freud, apresenta-se, antes de tudo, como uma teoria dessa relação, o que se manifesta, por exemplo, no destaque concedido à teoria das pulsões (os *Triebe* freudianos),

explicitamente apresentadas como assinalando o lugar da articulação entre o psíquico e o somático e como o instrumento conceitual para a teorização dessa articulação. Por outro lado, Freud sempre foi muito explícito em afirmar que a psicologia deve, forçosamente, ser também uma teoria da consciência, de modo que o problema da relação mente-corpo se complementa também com o problema da relação entre mente e consciência – um problema que apenas recentemente foi plenamente reconhecido no âmbito das ciências da cognição, para as quais, diga-se de passagem, a tese de que a mente é originária e fundamentalmente inconsciente deixou há muito de ser uma novidade. Até seus últimos trabalhos, Freud reconheceu como limites do conhecimento psicológico: 1) o fato de que só temos acesso empírico direto à anatomia do cérebro e à experiência consciente; 2) a insuficiência desse conhecimento, pois, mesmo que fosse possível conhecer o correlato anatômico preciso de cada fenômeno consciente, isso pouco acrescentaria à sua compreensão; 3) a necessidade, portanto, de todo um trabalho conceitual de construção de modelos teóricos sobre o funcionamento cerebral e mental para preencher esse vazio do conhecimento psicológico. O conjunto desses modelos e a forma de teorização que permite elaborá-los é, justamente, o que Freud denominou metapsicologia.

Freud teria reconhecido plenamente, então, que esse hiato no conhecimento psicológico, que medeia entre o anatômico e o consciente – isso que, desde os anos 1980, a filosofia da mente designa como o problema da lacuna explicativa (*explanatory gap*) – é, simultaneamente, empírico e conceitual e para ser ultrapassado, exige tanto um trabalho sistemático de investigação experimental e clínica quanto um esforço igualmente sistemático de elaboração teórica dos resultados dessas investigações. Aí residiria a atualidade de seu posicionamento teórico e epistêmico e o sentido próprio dos conceitos que constituem o cerne da metapsicologia: pulsão, representação, afeto, consciência, a relação entre o qualitativo e o quantitativo, a passagem metodológica da perspectiva da primeira para a da terceira pessoa e vice-versa, e assim por diante.

A avaliação mais positiva e a relativa atualidade da problemática metapsicológica que resultam do contexto dado pela epistemologia atual das ciências da mente justificam assim o trabalho de elucidação e de crítica histórica e conceitual de suas formulações. Foi um trabalho desse tipo que se procurou empreender aqui. Os ensaios reunidos neste livro abordam aspectos particulares e questões específicas da metapsicologia freudiana, cujo sentido geral se procurou caracterizar acima. Esses aspectos dizem respeito, sobretudo, aos principais problemas aí apontados: a natureza do mental, sua relação com os processos cerebrais, a justificação da hipótese do inconsciente, as questões envolvidas na elaboração de uma teoria da consciência e de suas relações com a mente inconsciente, o problema mais amplo das relações entre a mente (consciente ou inconsciente) e o corpo (e não apenas o cérebro), onde entra em cena a dimensão pulsional do psiquismo.

O capítulo I – *A metáfora psicológica de Freud: o lugar da neurologia na fundamentação da psicanálise* – retoma o problema da relação entre a obra neurológica e a obra psicanalítica de Freud e do grau de continuidade ou de ruptura que é possível estabelecer entre elas. Aborda, em primeiro lugar, as evidências da persistência da referência neurológica no período mais tipicamente psicanalítico da produção freudiana, procurando mostrar que essa referência não é circunstancial ou episódica, mas está sempre relacionada a desenvolvimentos importantes das ideias metapsicológicas. Num segundo momento, são discutidas as passagens em que, supostamente, Freud estaria reiterando o abandono de seu projeto inicial de formular uma teoria neurológica da mente. Procuramos argumentar que Freud reitera nessas passagens tão somente sua recusa da teoria das localizações cerebrais, que data dos primórdios de seu pensamento. A originalidade da psicanálise freudiana não residiria, então, na formulação de uma teoria exclusivamente psicológica da mente, quer consciente, quer inconsciente, mas na construção de modelos teóricos não isomórficos da relação mente-cérebro, que constituem o cerne da teoria do aparelho psíquico, com todas as formulações metapsicológicas a ela relacionadas.

O capítulo II – *Possível, viável, real: uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente* – parte da constatação de que a justificativa freudiana para sua hipótese central da existência de um inconsciente psíquico é, muitas vezes, reduzida aos seus elementos empíricos ou a um argumento meramente heurístico ou pragmático. Seu objetivo é, primeiramente, discutir a estratégia utilizada por Freud para incorporar o conceito de inconsciente em sua teoria; em segundo lugar, recapitular os argumentos que ele elabora em diversos de seus textos para justificá-lo; e, por fim, reconstruir sistematicamente essa argumentação, procurando evidenciar os aspectos semânticos e conceituais que fornecem o quadro teórico dentro do qual as provas empíricas se inserem, assim como sua convergência com estratégias argumentativas mais contemporâneas, em programas de investigação psicológica que também operam com a hipótese do inconsciente.

O capítulo III – *A teoria freudiana da consciência no Projeto de uma psicologia e suas implicações metapsicológicas* – analisa o texto freudiano *Projeto de uma psicologia*, de 1895, em que se encontra exposta uma ampla reflexão sobre o conceito de consciência, a qual, embora apresente algumas dificuldades, permite esclarecer como as relações entre a consciência, a representação e a linguagem eram pensadas por Freud naquele momento. Seu objetivo é circunscrever o sentido da noção de consciência presente no *Projeto de uma psicologia* e discutir algumas de suas implicações para o modo como a consciência será abordada nos desenvolvimentos posteriores da metapsicologia freudiana.

O capítulo IV – *Corpo e significação na metapsicologia freudiana: das origens à linguagem de órgão esquizofrênica* – examina o artigo metapsicológico sobre o inconsciente de 1915, no qual, entre outras coisas, Freud formula uma explicação metapsicológica das alterações de linguagem características da esquizofrenia, a qual pode ser complementada por algumas hipóteses apresentadas em dois de seus textos iniciais: *Sobre a concepção das afasias*, de 1891, e *Projeto de uma psicologia*, de 1895. Além de esclarecerem

o mecanismo subjacente à chamada “linguagem de órgão” (*Organsprache*) esquizofrênica, esses dois textos nos revelam que a alteração da linguagem, nessa forma de patologia mental, consiste em uma retomada do sentido originário das palavras. O objetivo deste capítulo é, então, discutir de que maneira esses textos inaugurais da obra freudiana aprofundam a explicação metapsicológica da linguagem de órgão esquizofrênica esboçada por Freud em 1915 e, no sentido inverso, como as características das alterações de linguagem próprias da esquizofrenia podem lançar luz sobre as concepções freudianas acerca da natureza e a origem da significação.

O capítulo V – *Um retorno às origens da metapsicologia: o caso da compulsão à repetição* – propõe-se a mostrar que o conceito de *compulsão à repetição*, introduzido formalmente na teoria psicanalítica por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920), encontra-se já presente, numa formulação muito próxima, no *Projeto de uma psicologia*, de 1895, e que seu sentido depende do quadro conceitual que começa a tomar forma naquele momento. Pretende-se, assim, contribuir para a discussão mais geral em torno do problema da gênese das concepções fundamentais da metapsicologia freudiana e exemplificar como o *tournant* do início dos anos 1920 pode ser melhor compreendido como um retorno a certos aspectos do pensamento inicial de Freud.

Por fim, o capítulo VI – *Vida e morte na metapsicologia freudiana: uma reavaliação do segundo dualismo pulsional* – propõe-se a recolocar em discussão a hipótese do segundo dualismo pulsional, introduzida por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920), com o objetivo de argumentar que, ao contrário da pulsão de morte – que parece consistir em uma necessidade interna da teoria metapsicológica freudiana desde suas origens –, a hipótese da pulsão de vida, como algo que se opõe à pulsão de morte, não parece poder ser facilmente situada nessa teoria. Trata-se de argumentar, com base nas ideias formuladas em *Além do princípio do prazer* e em alguns textos metapsicológicos subsequentes, que, apesar de manter até seus últimos trabalhos a hipótese do dualismo

pulsional, Freud parece não ter conseguido justificar plenamente a existência de uma oposição e de uma simetria entre as duas classes de pulsões. Seus argumentos parecem sempre conduzir à ideia de que as pulsões de vida teriam que ser consideradas também, em última instância, como pulsões de morte.

Todos esses trabalhos foram efetivamente escritos a quatro mãos pelos autores e tiveram suas primeiras versões publicadas em periódicos acadêmicos. A sua apresentação sob a forma de livro se justifica, em primeiro lugar, para torná-los mais acessíveis a um público maior, uma vez que a psicanálise constitui-se numa área de interesse que extrapola em muito as paredes da academia, sendo utilizada como referência teórica em inúmeras áreas de atuação profissional e educacional (psicologia clínica, psiquiatria, medicina social, neurologia, enfermagem, terapia ocupacional, psicopedagogia, orientação vocacional, psicodiagnóstico e avaliação psicológica, entre outras). Além disso, o formato de livro permite ampliar as análises, detalhá-las, torná-las mais acessíveis e menos técnicas por meio de uma explicação mais minuciosa, o que não é, em geral, permitido pelo formato mais restrito de um artigo, com suas limitações de espaço e exigências de especialização acadêmica. Todos os trabalhos aqui apresentados foram, então, revisados e/ou complementados e ampliados, tendo esses objetivos em vista. O objetivo maior é potencializar e explorar ao máximo os espaços de diálogo e de interlocução interdisciplinar que a psicanálise pode viabilizar, fornecendo uma interpretação sistemática de algumas noções metapsicológicas centrais do pensamento freudiano – justamente aquelas cuja compreensão é mais árdua ao não especialista e cuja complexidade ainda dá margem a mal-entendidos e/ou interpretações divergentes mesmo entre os estudiosos da obra de Freud.

Capítulo I - A metáfora psicológica de Freud: o lugar da neurologia na fundamentação da psicanálise

Introdução

Ninguém ignora que Freud começou sua carreira como neurologista; abandonou, a partir de certo momento, a pesquisa neuroanatômica ou neurofisiológica pura e passou a dedicar-se à clínica das neuroses, encaminhando-se depois, pouco a pouco, para a investigação psicológica. A teoria e o método psicológico que resultaram dessas investigações vieram, em conjunto, a denominar-se *psicanálise*. Para fundamentá-la Freud criou uma disciplina especulativa destinada a construir, a partir dos dados obtidos pela aplicação do método psicanalítico na clínica, toda uma concepção sobre a determinação inconsciente dos processos mentais; sobre a natureza do psíquico em si e sobre o modo como se dá sua relação com os processos cerebrais e somáticos em geral. Desde 1896, o neologismo “metapsicologia” surge na correspondência de Freud para designar essa disciplina. Holt¹ faz um eficiente inventário e discussão dos usos e sentidos que Freud emprega ao termo e ao conceito de metapsicologia, desde sua correspondência com Fliess, embora num viés fortemente depreciativo, que não vê na mesma senão a persistência de certas orientações teóricas reminiscentes de seu trabalho como neurologista. No entanto, talvez uma avaliação mais positiva da metapsicologia possa ser sustentada, justamente, *por causa* da sua relação com o projeto neurológico inicial de Freud, e não *apesar* dela. É esse caminho que se procurou trilhar aqui.

De fato, a posteridade freudiana e os comentadores da obra de Freud concordam, em geral, que a metapsicologia se fez herdeira

do projeto de fundamentar neurocientificamente a investigação dos processos mentais. Por razões práticas e circunstanciais, que alteraram sua carreira acadêmica e científica, ou por uma reorientação doutrinária devida aos próprios resultados da investigação, Freud teria rompido com seu programa inicial de formular uma teoria neurológica da mente, o qual teria sido sustentado, de uma forma ou de outra, pelo menos até a redação do *Projeto de uma psicologia científica*,² e depois abandonado. A metapsicologia teria sido a forma possível encontrada por ele de conservar, pelo menos em princípio, as diretrizes epistemológicas que haviam norteado aquele programa (explicação causal, determinismo, reducionismo fisicalista ou biológico, etc.). As divergências versam sobre o valor e sobre a própria viabilidade desse encaminhamento; sobre a relação entre a obra neurológica e a obra psicanalítica de Freud e sobre a significação e o papel da metapsicologia no âmbito desta última.

Uma primeira tendência, inaugurada por Politzer,³ considera a metapsicologia como um resíduo arcaico da filiação de Freud à ciência natural do século 19 e afirma a sua heterogeneidade e incompatibilidade para com as descobertas clínicas da psicanálise e a tarefa concreta da interpretação. Essa linha de abordagem foi dominante nos estudos freudianos por muito tempo. Para os autores que a adotaram,⁴ a obra neurológica de Freud tem um interesse meramente histórico, pelo fato de ter sido a ocasião da emergência das suas primeiras intuições psicanalíticas. A própria ideia de uma teoria neurológica do mental se afigura, por vezes, tão impensável para esses autores, que alguns chegam a recusar que Freud alguma vez a tenha sustentado seriamente. Suas fórmulas que vão nessa direção, na visão desses autores, não teriam passado de construções metafóricas e provisórias, enquanto ele ainda estava em busca da linguagem adequada – fosse ela psicológica, antropológica, ou outra qualquer – para enunciar suas descobertas. A metapsicologia seria, então, um discurso descartável sobre forças psíquicas metafóricas, ou mesmo mitológicas, que a psicanálise deveria às suas origens na medicina e na biologia do século 19. A crítica teórica e a investigação clínica contemporânea só poderiam

ter por função extirpá-la. Desde tal ponto de vista, as manifestações de um reducionismo organicista ou mesmo bioquímico nos textos mais tardios de Freud seriam uma espécie de excentricidade sua, resultado de uma espécie de apego sentimental aos princípios científicos e teóricos que presidiram à sua formação e que se prolongou até os confins de sua obra.

Muito mais recentemente – a partir, por exemplo, do trabalho seminal, nesse sentido, de Pribram & Gill⁵ – começou a firmar-se a tendência oposta de valorizar os trabalhos neurológicos de Freud, de defender a sua importância, não apenas para a compreensão, mas para a própria formulação das teses psicanalíticas. No entanto, a continuidade mais ou menos estrita assim restabelecida entre a obra neurológica e a metapsicologia não necessariamente contribuiu para valorizá-la. O próprio Gill, num texto contemporâneo ao mencionado acima, defende que a “metapsicologia não é psicologia”, pois ela não apenas prolonga as hipóteses neurobiológicas iniciais de Freud, mas representa a sobrevivência dessas hipóteses, numa forma implícita ou explícita. A rejeição motivada por essa interpretação se expressa de forma bastante inequívoca:

Passei a acreditar que a ideia de que uma proposição metapsicológica tivesse que ser consoante aos dados tanto da neurologia ou biologia quanto da psicologia baseia-se na própria pressuposição que estou contestando: que uma proposição psicológica faça sentido no quadro de referência da ciência natural. Cheguei à conclusão de que as proposições metapsicológicas não são psicológicas e não são relevantes para a psicanálise enquanto tal.⁶

Esse tipo de avaliação era mais ou menos padrão até recentemente, porém o contexto epistemológico contemporâneo, em que se discutem as relações entre o mental e o biológico, pode fazer as distinções muito nítidas traçadas por Gill – entre o psicológico e o naturalismo científico, por exemplo – aparecerem como excessivamente esquemáticas ou drásticas demais. Por outro lado,

o desenvolvimento explosivo das neurociências desde as últimas décadas do século 20 abriu caminho para a descoberta e a renovação do interesse pela obra neurológica e psicanalítica de Freud fora da psicanálise e originou um esforço de integração e de inclusão da psicanálise no fluxo principal das ciências contemporâneas da mente.⁷ Evidentemente, a avaliação da continuidade entre neurologia e metapsicologia que se pode encontrar nesses estudos tende a ser muito mais positiva. Ainda que de caráter marcadamente especulativo, as elaborações neurológicas e metapsicológicas de Freud estariam, em princípio, abertas a uma validação (ou, em outros casos, a uma refutação) empírica por meio dos métodos das neurociências.

Não obstante suas divergências, todas as tendências mencionadas – a tese da ruptura entre neurologia e psicologia em Freud e a avaliação positiva ou negativa da tese da continuidade – encontram ou pretendem encontrar seus argumentos no texto freudiano. O objetivo deste trabalho é, então, tentar mostrar, em primeiro lugar, que as manifestações de feitiço neurológico que pontuam toda a obra de Freud não são expressões descartáveis de um biologismo arcaico. Ao contrário, elas se encontram organicamente vinculadas ao contexto teórico em que aparecem e testemunham a manutenção de uma mesma atitude ao longo de todo o percurso do pensamento do criador da psicanálise, devendo, portanto, ser levadas a sério em qualquer tentativa de interpretação do mesmo. Em segundo lugar, trata-se de mostrar que as passagens usualmente apontadas como momentos cruciais em que a suposta ruptura entre psicanálise e neurologia estaria sendo mais enfaticamente enunciada admitem, de fato, outra interpretação, e podem ser remetidas a uma tomada de posição teórica que é rigorosamente inaugural em Freud. Elas não apresentariam, portanto, nenhuma inconsistência para com suas manifestações supostamente reducionistas, de tal modo que, afinal de contas, talvez não seja necessário escolher entre o Freud neurologista e o psicólogo que o teria substituído.

Em outras palavras, não se trata de fornecer razões para escolher entre o Freud psicanalista e clínico e o Freud da metapsicologia, que seria um neurologista camuflado. A ideia que norteia nosso trabalho é de que há uma perfeita unidade e continuidade entre essas duas dimensões do pensamento de Freud e de que é essa unidade que faz a sua originalidade e justifica a sua relevância diante do cenário científico contemporâneo. Do ponto de vista histórico e conceitual, isso permite compreender a fundação da psicanálise por Freud sem descaracterizá-la ou dividi-la em duas, expondo a solidariedade teórica entre concepções aparentemente divergentes. Do ponto de vista do debate epistemológico contemporâneo em torno das ciências da mente e do cérebro, que transcende em muito o campo específico da psicanálise, essa atitude permitiria aplainar o terreno para os estudos integrativos que já se multiplicam. Esses estudos não se restringem a questões exclusivamente teóricas, abarcando também os problemas relativos à etiologia, ao diagnóstico, ao prognóstico e às aplicações terapêuticas, inclusive fornecendo, por vezes, evidências empíricas bastante diretas e concludentes para a eficácia das psicoterapias (a psicanálise incluída), ao contrário do que uma neurobiologia mais reducionista poderia fazer esperar. Essa interpretação de Freud pode ter, assim, ainda que indiretamente, implicações práticas e não apenas teóricas, ao contribuir para a discussão dos fundamentos a partir dos quais a integração, em todas as suas dimensões, entre psicanálise e neurociências pode ser conduzida. Ela contribuiria, assim, para que este trabalho de integração progreda sem resultar em descaracterização para a psicanálise e com o máximo de proveito para todas as disciplinas envolvidas.

A persistência da referência neurológica em Freud

Uma evidência forte a favor da tese de Gill⁸ e de outros de que a metapsicologia freudiana é, em última instância, neurologia ou biologia (e não, estritamente falando, psicologia) é que as primeiras formulações que se podem considerar metapsicológicas surgem

num trabalho que pertence inequivocamente à obra neurológica de Freud e sequer foi incluído na edição de suas obras psicológicas completas. Em *Sobre a afasia: um estudo crítico*⁹ é possível encontrar o primeiro esboço de uma teoria da representação em torno da qual tomará forma a reflexão metapsicológica posterior. Rompendo com o localizacionismo pelo qual se pautavam as principais teorias neuropsicológicas de sua época sobre a linguagem e seus distúrbios, Freud vai introduzir uma concepção dinâmica e funcional das afasias, que vai pouco a pouco ser estendida às representações da linguagem como um todo e, daí, à representação em geral.¹⁰

É verdade que Freud ainda adota nesse texto o paralelismo psicofísico inspirado na doutrina da concomitância de Hughlings Jackson – autor no qual se baseia boa parte das críticas ao localizacionismo apresentada em 1891. Contudo, a concepção da natureza do mental que ali se formula contém já os elementos que lhe permitirão ultrapassá-lo. Segundo essa concepção, a representação passa a poder definir-se como o correlato de um processo associativo cortical, integrativo e dinâmico, último estágio de uma série contínua de reorganizações sucessivas dos dados da estimulação periférica em seu caminho para o córtex cerebral. Esses sucessivos reordenamentos engendrariam as diferenças funcionais que, ao fim e ao cabo, dariam origem às propriedades que se podem designar como mentais. A partir do *Projeto de uma psicologia científica*,¹¹ as características atribuídas em 1891 ao substrato neural da representação poderão ser, assim, atribuídas à própria representação.¹²

Os circuitos neuronais passíveis de ocupação (*Besetzung*) ao longo dos quais circulam as quantidades de excitação nervosa passam a ser, então, considerados como a representação em si, na sua condição originária de *inconsciente*. É interessante para a discussão da continuidade ou da ruptura entre o pensamento neurológico e psicológico de Freud observar, de passagem, que tanto o conceito quanto o termo “*Besetzung*” sobreviveram incólumes ao período em que Freud se expressava mais explicitamente em termos

neurológicos. O desconforto com expressões como “representações” ou “objetos” *ocupados* por quantidades de excitação nervosa levou os tradutores de Freud a optarem por vocábulos mais neutros ou menos concretos, como “investimento” ou o neologismo “catexia”. Pode-se fazer a experiência de continuar a verter literalmente “*Besetzung*” por “ocupação” nos textos mais tardios e constatar como muitas de suas formulações readquirem um aspecto mais declaradamente neuropsicológico.

A atribuição das propriedades dos correlatos neurais das representações descritos em 1891 às próprias representações resultou, então, no abandono do paralelismo antes defendido e na formulação do conceito de inconsciente psíquico. Com isso, o exame das condições para o acesso à consciência de uma pequena parte desses processos tornou-se um problema à parte e ficou reservado para uma discussão em separado.¹³ Não se pode dizer, portanto, que Freud mantenha o paralelismo do ensaio sobre as afasias, como querem certos autores,¹⁴ tampouco que o substitua por um dualismo interacionista, que se consagraria mais tarde na metapsicologia com a formalização da teoria das pulsões.¹⁵ A filosofia da mente de Freud depois do *Projeto* parece definir-se, no máximo, como alguma versão do dualismo de propriedades, concebendo o mental como propriedade emergente que se acrescenta aos processos neurais no nível mais elevado e de maior complexidade de sua organização cerebral. A partir do momento em que as hipóteses de *Sobre a afasia* passam a ser aplicadas à própria representação, o ponto de vista funcional – ali introduzido para a reflexão teórica sobre os distúrbios e a função normal da linguagem – converte-se num instrumento conceitual para repensar o problema da relação mente-cérebro em toda a sua abrangência. Essa extensão abre também uma via para que se compreenda por que a *psicologia científico-naturalista* pretendida por Freud deveria ser, necessariamente, uma *neuropsicologia*.

Trata-se agora de mostrar, portanto: 1) que as constantes manifestações freudianas de suas expectativas de uma fundamentação neurocientífica da psicanálise não representam um

anacronismo e atestam a continuidade desse programa inicial; e 2) que as supostas manifestações contrárias, em que Freud romperia com seu primeiro projeto, consistem, na verdade, em reafirmações das suas primeiras hipóteses e posições teóricas. Estas últimas dizem respeito, sobretudo, a uma distinção funcional e não mais substancial entre o psíquico e o cerebral e à recusa inaugural da teoria das localizações cerebrais a partir da qual elas foram formuladas. O primeiro ponto é examinado na continuidade, sendo o segundo reservado para a parte seguinte deste artigo. Na conclusão, discutem-se algumas consequências dessa leitura para uma avaliação geral do interesse científico e filosófico do pensamento de Freud, sobretudo no que se refere aos pressupostos e às consequências clínicas e teóricas das reinterpretações neurobiológicas da psicanálise que vêm sendo ensaiadas.

Até mesmo o *Projeto de uma psicologia científica* – talvez o mais explícito, completo e ambicioso dos documentos neuropsicológicos deixados por Freud – não escapou de ser repetidamente considerado como uma tentativa de construir uma psicologia empírica pura expressa numa linguagem metaforicamente neurológica.¹⁶ Ele consistiria, então, numa espécie de “manual de neurologia fantástica”, conforme a expressão cunhada no final dos anos 1960 por Mannoni¹⁷ e continuamente repetida por outros autores desde então. No entanto, não seria difícil mostrar que o *Projeto* se insere e se apoia num conjunto de trabalhos estritamente neurológicos típicos do período – trabalhos histológicos e anatômicos, mas também outros que se empenhavam em construir modelos neurofisiológicos, inclusive para as funções nervosas superiores e para as funções psíquicas.¹⁸ É um texto que se assemelha em objetivos, escopo e desenvolvimento a esses trabalhos, e podemos supor que se assemelharia ainda mais em estilo, se Freud o tivesse revisado e lhe tivesse dado a forma final e pronta para a publicação. Além disso, o *Projeto* prolonga e dá continuidade às investigações neuropatológicas iniciais de Freud, principalmente se levamos em conta, como já lembrava Riese,¹⁹ que “neuropatologia” não designava, na época, apenas a abordagem clínica das doenças do sistema nervoso em todos os

seus aspectos, mas também o esforço de extrair dessa abordagem hipóteses gerais sobre a natureza das funções nervosas e sobre a sua relação com os processos mentais.

Na passagem para *A interpretação dos sonhos* – que assinalaria, segundo as leituras descontínuas, a transição definitiva do modelo neurológico para o modelo psicológico da mente em Freud –, a persistência das hipóteses do *Projeto* é visível. Isso não ocorre apenas no célebre capítulo 7, que é frequentemente considerado como o herdeiro mais ou menos envergonhado do manuscrito de 1895. Assim, ainda no capítulo inicial, em que Freud revisa a literatura científica e filosófica anterior sobre o problema dos sonhos, podemos ler a reiteração da recusa do paralelismo psicofísico que ele subscrevera ainda em *Sobre a afasia*, mas que abandonara no *Projeto*, e que se manifesta claramente como a admissão de certo *organicismo* e de uma conexão causal entre o somático e o psíquico:

As suspeitas dos psiquiatras colocaram a mente, por assim dizer, sob tutela, e eles agora insistem que a nenhum de seus impulsos deve-se permitir sugerir que tenha um significado próprio. Este seu comportamento apenas mostra quão pouca confiança eles realmente têm na validade da *conexão causal entre o somático e o mental*. Mesmo quando a investigação mostra que a causa excitante primária de um fenômeno é psíquica, uma pesquisa mais profunda irá um dia mais adiante nesse caminho e descobrirá a *base orgânica do acontecimento mental*.²⁰

Não apenas a intenção geral de fundamentar organicamente o psiquismo, mas também os termos e até mesmo o vocabulário do *Projeto* continuam presentes em 1900. Ao procurar definir o que entende por associação, Freud explicitamente retoma as noções de “resistência” e de “facilitação” (*Bahnung*) com as quais, em 1895, teria tentado – sem sucesso, segundo a interpretação mais corrente – especificar os processos físicos que estariam na base da

memória. É justamente essa tentativa que estaria sendo abandonada na *Traumdeutung*. Freud, contudo, aí afirma:

Devemos, portanto, assumir que a base da associação reside nos sistemas mnêmicos. A associação consistiria, assim, no fato de que, como resultado das resistências e do estabelecimento de vias facilitadas, uma excitação se transmite mais prontamente de um dado elemento *Mnem* para outro elemento *Mnem* do que para um terceiro.²¹

A ênfase na função – e, portanto, nas relações dinâmicas entre os neurônios – e não mais na localização anatômica é, como vimos, um elemento central na argumentação freudiana desde o trabalho sobre as afasias. Os conceitos de resistência e facilitação introduzidos no *Projeto* prolongam, reforçam e especificam essa orientação teórica geral do pensamento freudiano. Com eles, a ênfase é colocada nas *relações* entre elementos nervosos envolvidos num processo, e não mais nas operações que esses elementos poderiam, supostamente, realizar de forma isolada. É exatamente essa mesma função que eles continuam cumprindo em *A interpretação dos sonhos*:

Podemos evitar qualquer possível abuso desse método de representação [dos processos psíquicos como sistemas] lembrando que ideias, pensamentos e estruturas psíquicas em geral não devem ser nunca considerados como localizados em elementos orgânicos do sistema nervoso, mas antes, pode-se dizer, *entre* os mesmos, onde resistências e facilitações fornecem os correlatos correspondentes.²²

Tampouco é difícil ilustrar com citações textuais que esses “elementos orgânicos” ou “elementos *Mnem*” são os mesmos neurônios apresentados no *Projeto* como um dos dois pressupostos fundamentais da neuropsicologia ali elaborada (o outro pressuposto é, como se sabe, o da *quantidade*, isto é, a suposição de montantes de excitação nervosa que circulam nos sistemas de neurônios). Quando Freud reitera sua hipótese anterior de que consciência e

memória se excluem mutuamente e, portanto, devem ser atribuídas a sistemas psíquicos distintos, fica bastante claro que ele continua concebendo os neurônios como os elementos constituintes desses sistemas: “Uma luz mais promissora seria lançada sobre as condições que governam a excitação dos neurônios, caso se pudesse confirmar que, *nos sistemas ψ , a memória e a qualidade que caracteriza a consciência são mutuamente excludentes*”.²³ E, por fim, quando se trata de teorizar sobre o mecanismo da passagem da quantidade do estado livre para o ligado – que, do ponto de vista metapsicológico, assinala a emergência dos processos *secundários* a partir dos processos *primários* – fica igualmente claro que é uma deficiência do conhecimento neurológico disponível que impede a especificação dos processos físicos envolvidos. Contudo, essa especificação não deixa, por isso, de ser pensada como a direção na qual uma explicação psicológica mais satisfatória deveria caminhar:

A mecânica desses processos me é totalmente desconhecida; qualquer um que quisesse levar essas ideias a sério teria que procurar por seus análogos físicos e encontrar um meio de figurar os movimentos que acompanham a excitação dos neurônios.²⁴

Mas não é apenas a proximidade temporal e uma inércia qualquer do pensamento que contaminam a teoria psicológica de A *interpretação dos sonhos* com os resquícios da teoria neurológica da mente esboçada no *Projeto*. Referências e passagens textuais do mesmo tipo podem ser encontradas em diversos textos posteriores de Freud. Estas estão sempre ligadas a pontos cruciais das elaborações metapsicológicas e sempre exprimem o mesmo tipo de posição teórica. Segundo essa posição, uma teoria exclusivamente psicológica dos processos mentais é uma teoria provisória e inacabada, que deverá vir a ser, no devido tempo, substituída e/ou complementada pela especificação empírica e teórica dos processos físicos supostos como efetivamente ocorrendo no sistema nervoso. Enquanto isso não ocorre, a metapsicologia só pode construir e modelar teoricamente esses

processos numa linguagem figurada, formulada mediante uma analogia com aquela utilizada para descrever a experiência consciente. Cabe, então, ilustrar e contextualizar a continuidade dessa orientação nos diversos momentos da obra de Freud posteriores a 1900, antes de partir para a discussão das passagens em que a referência neurológica estaria sendo supostamente abandonada.

A ideia de que o conhecimento do inconsciente só pode ser proveitosamente empreendido, no estágio de desenvolvimento em que se encontrava o conhecimento científico da época, a partir das inferências tornadas possíveis pela observação dos fenômenos conscientes é, novamente, afirmada no texto *O interesse pela psicanálise*. O inconsciente é uma hipótese cuja necessidade Freud considerava ter sido amplamente demonstrada pela investigação das neuroses, sonhos, lapsos e outras formações psíquicas. Além disso, é também possível reconstituir sistematicamente a demonstração freudiana da *necessidade teórica do inconsciente*, assim como a justificativa da possibilidade da sua existência como realidade psíquica e, portanto, da legitimidade da sua suposição.²⁵ Porém, essa argumentação teórica ou empírica, expressa em termos psicológicos, vem sempre acompanhada de uma ressalva sobre a condição provisória desse estado de coisas:

Pois é fácil descrever o inconsciente e seguir seus desenvolvimentos, se ele é abordado pelo lado de suas relações com o consciente, com o qual tem tanta coisa em comum. Por outro lado, não parece ainda haver nenhuma possibilidade de abordá-lo pelo lado dos acontecimentos físicos, de modo que ele deve permanecer como um tema de investigação psicológica.²⁶

Pouco tempo depois, quando Freud introduz formalmente o conceito de narcisismo em sua concepção da sexualidade – o que teria consequências metapsicológicas de grande alcance, sobretudo no que diz respeito à teoria pulsional –, o mesmo argumento é retomado: “devemos lembrar que *todas as nossas ideias provisórias*

em psicologia estarão, presumivelmente, algum dia, *baseadas numa subestrutura orgânica*".²⁷

A teoria do aparelho psíquico requer um exame especial para evidenciar que ela representa a construção de um modelo teórico capaz de exprimir o ponto de vista funcional segundo o qual Freud concebe a relação entre o psíquico e o neural desde o ensaio sobre as afasias. Retornaremos a esse ponto mais adiante. Por ora, cabe observar apenas que a possibilidade de que até mesmo os correspondentes anatômicos dos processos que constituem o aparelho venham a ser identificados – e que, portanto, a sua condição exclusiva de uma tópica de funções possa ser ultrapassada – não deixa de ser reconhecida: “Nossa topografia psíquica não tem, *por ora*, nada que ver com a anatomia; ele não faz referência a localidades anatômicas, mas sim a regiões de nosso aparelho psíquico, seja onde for que elas estejam situadas no corpo”.²⁸ O mesmo continua a ser afirmado nas *Conferências de introdução à psicanálise*, com a ênfase sendo mais uma vez colocada sobre a insuficiência do conhecimento disponível: “A estrutura teórica que criamos para a psicanálise é, na verdade, uma superestrutura, que, um dia, terá que ser assentada sobre seus fundamentos orgânicos. Mas nós ainda os ignoramos”.²⁹

Pouca coisa muda nas posições freudianas a esse respeito na passagem para o último grande período de sua teoria que se inaugura com *Além do princípio do prazer*. Ao contrário, se há alguma mudança, é no sentido de que suas manifestações a esse respeito se tornem ainda mais explícitas. Assim, no texto de 1920, podemos ler:

Não precisamos sentir-nos muito perturbados, ao julgar nossa especulação sobre as pulsões de vida e de morte, devido ao fato de que tantos processos surpreendentes e obscuros nela ocorrem (...). Isso se deve apenas a que sejamos obrigados a operar com os termos científicos – isto é, com a linguagem figurativa – peculiar à psicologia (ou, mais precisamente, à psicologia profunda). Não poderíamos, de forma alguma,

descrever de outro modo os processos em questão e, de fato, não nos teríamos apercebido deles. As deficiências em nossa descrição provavelmente se desvaneceriam se já estivéssemos em condições de substituir os termos psicológicos pelos termos fisiológicos ou químicos. É verdade que estes também são apenas parte de uma linguagem figurativa; mas esta é uma com a qual estamos há muito familiarizados e que é, talvez, mais simples também.³⁰

Mais uma vez, Freud está atribuindo certas obscuridades da teoria às lacunas do conhecimento científico que lhe é contemporâneo. Essas lacunas impediriam uma descrição dos processos mentais nos termos que seriam mais precisos e rigorosos para tanto, a saber, a linguagem das ciências da matéria, apta a descrever os processos físicos e nervosos que constituiriam a natureza última do psíquico. A ressalva de que a linguagem da física e da química é igualmente figurada não significa que Freud conceba que todas as descrições sejam equivalentes e se encontrem na mesma espécie de relação com o que está sendo descrito. Em vez disso, a passagem como um todo se destina claramente a afirmar o contrário: se essa tradução puder ser efetuada, as obscuridades deverão ser, no mínimo, amenizadas. Essa ressalva pode ser entendida tão somente como a manifestação de que Freud não professa um realismo científico ingênuo demais para captar a diferença e a distância que medeiam entre a *descrição* de um processo em termos físico-químicos e a *realidade material* desse processo.

Para não multiplicar desnecessariamente esses exemplos, fiquemos, para concluir esta primeira parte, com a manifestação mais tardia, mais explícita e, ao que tudo indica, definitiva de Freud sobre esse assunto. Esta pode ser encontrada no *Esboço de psicanálise*, em que a natureza física do psiquismo inconsciente é afirmada de forma perfeitamente inequívoca:

Geralmente se concorda, entretanto, que esses processos conscientes não formam sequências ininterruptas, completas

em si mesmas; não haveria, assim, alternativa, a não ser assumir que *existem processos físicos ou somáticos, que são concomitantes aos psíquicos* e que deveríamos, necessariamente, reconhecer como mais completos do que as sequências psíquicas, já que alguns deles teriam processos conscientes paralelos a eles, mas outros não. Se isso é assim, torna-se então plausível, é claro, *colocar a ênfase, em psicologia, sobre esses processos somáticos, ver neles a verdadeira essência do que é psíquico* e procurar outra determinação para os processos conscientes.³¹

Considerando-se a frequência, a relativa abundância e a distribuição mais ou menos homogênea desse tipo de afirmação ao longo de toda a obra freudiana, parece difícil evitar a conclusão de que sua opção pela descrição psicológica foi mais um recuo estratégico do que o resultado de uma reformulação radical de suas concepções iniciais sobre a natureza do psíquico e sobre o modo como este deveria ser mais adequadamente estudado.³² No entanto, é evidente que deve haver outro tipo de manifestações em Freud, que possa ter dado margem à interpretação mais frequente que afirma uma ruptura e não uma continuidade entre seus trabalhos neurológicos e psicanalíticos. É preciso, então, examinar igualmente esse tipo de formulação para avaliar se elas de fato sustentam essa conclusão. De qualquer forma, a alternativa, agora, parece ser entre um Freud consistentemente inclinado por uma teoria neurológica do mental, ainda que apenas como projeto, e um Freud que, de uma maneira mais ou menos inconsistente ou hesitante, oscila entre sua orientação neurológica inicial, que ressurge de tempos em tempos, e sua vocação psicológica, mais tardiamente descoberta e assumida. A ideia de que o “psicólogo Freud” teria, a partir de certo momento, substituído inteiramente o “Freud neurologista” não parece mais poder ser facilmente sustentada.

As supostas rupturas com o pensamento neurológico inicial

Uma das mais mencionadas passagens na qual a ruptura de Freud com sua orientação neurológica inicial se manifestaria da forma mais patente possível são os célebres parágrafos da seção B do capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, nos quais é introduzido o modelo do aparelho psíquico que constituiria a sua assim chamada “Primeira Tópica”. Esse seria, para todos os efeitos, o ponto crucial em que as pretensões neuropsicológicas teriam sido oficialmente abandonadas, justificando que se considere a obra de 1900 como o início do período propriamente psicanalítico da produção freudiana. Cabe, então, retornar sobre essas passagens e perguntarmo-nos o que exatamente Freud está abandonando nesse momento da evolução de seu pensamento.

Como é bem conhecido, esse trecho se abre com a referência à afirmação – recolhida na *Psicofísica* de Fechner – de que o cenário do sonho é diverso do cenário da vida de vigília. Essa afirmação serve de ocasião para que Freud introduza a noção de *localidade psíquica*, que vai orientar, na sequência, a montagem progressiva do aparelho psíquico como um sistema dessas localidades, o que se expressa, inicialmente, por meio da metáfora de um aparelho ótico:

O que se nos apresenta, nessas palavras [na citação de Fechner], é a ideia de *localidade psíquica*. Irei desconsiderar inteiramente o fato de que o aparelho mental que nos interessa aqui *nos é também conhecido na forma de um preparado anatômico* e evitarei, cuidadosamente, a tentação de *determinar a localidade psíquica de forma anatômica*. Permanecerei em solo psicológico e proponho simplesmente seguir a sugestão de que devemos figurar o instrumento que executa nossas funções mentais como semelhante a um microscópio composto ou a um aparelho fotográfico, ou algo desse tipo. Com base nisso, a localidade psíquica corresponderá a um ponto no interior do aparelho no qual um dos estágios preliminares da imagem se forma. No microscópio ou telescópio, como sabemos, estes ocorrem, em parte, em pontos ideais, regiões nas quais nenhum componente tangível do aparelho está situado. [33](#)

O que Freud está dizendo nessa passagem? Em primeiro lugar, ele reconhece que, pelo menos em princípio, *seria* possível – e não que *não seria* possível, como é em geral afirmado – representar os processos mentais em termos de sua distribuição anatômica. Em segundo lugar, ele está enunciando a *decisão* de não fazê-lo, restringindo-se deliberadamente a uma descrição apenas psicológica desses processos. Qual a razão dessa decisão? A própria noção de localidade psíquica fornece a resposta: fazer corresponder elementos psíquicos a lugares anatômicos seria retornar aos procedimentos do localizacionismo, de cuja crítica Freud partira, em 1891, em seu trabalho sobre as afasias. Evidentemente, não se tratava ali de propor uma abordagem exclusivamente psicológica dos distúrbios da linguagem causados por lesão cerebral, o que seria absurdo. Não obstante, Freud identificara, na teoria das localizações cerebrais, uma perspectiva insuficiente para aquela abordagem, tanto do ponto de vista clínico, uma vez que levava a prever a existência de síndromes jamais verificadas na prática, quanto do ponto de vista teórico, uma vez que se apoiava no pressuposto de que os processos cerebrais e mentais possuíam as mesmas propriedades. Isso permitiria a construção de modelos das funções psíquicas – os diagramas localizacionistas – *isomórficos* e *simétricos* aos modelos constituídos para representar os processos cerebrais responsáveis pela execução dessas funções. Henderson,³⁴ por exemplo, analisa a obra inicial de Freud do ponto de vista de uma crítica dos assim chamados *diagram-makers* – expressão introduzida por Head³⁵ para designar o localizacionismo do século 19 ao qual Freud se opõe.

Bourguignon³⁶ considera que a metapsicologia surge de um esforço freudiano de aperfeiçoar seus modelos da mente. Baseando-se na distinção introduzida por Atlan entre modelos isomórficos e não isomórficos, afirma que esse aperfeiçoamento consistiu, sobretudo, na passagem de modelos do primeiro tipo para modelos do segundo tipo. Assim:

A primeira tentativa do *Projeto* foi um fracasso e, no entanto, a obra inteira está ali em germe. O fiasco era inevitável, porque

qualquer tentativa de representação do cérebro por uma imagem-modelo isomórfica está fadada ao fracasso. (...) Saindo desse impasse, Freud renunciou definitivamente à representação isomórfica, construindo então modelos abstratos, comumente designados pelas expressões *primeira tópica* e *segunda tópica*.³⁷

Cabe observar, no entanto, que a crítica ao isomorfismo mente-cérebro já se encontrava inteiramente presente em seu ensaio sobre as afasias³⁸ e pode-se, de fato, sintetizar assim o teor geral da crítica ao localizacionismo ali conduzida. Por outro lado, é possível mostrar que há uma perfeita continuidade, quanto a esse e outros aspectos, entre esse trabalho e o *Projeto*, de modo que a ruptura com o isomorfismo pode ser considerada como inaugural em Freud e, em todo caso, bem anterior à formulação dos modelos psicológicos elaborados de 1900 em diante.³⁹

Daí decorre o erro de princípio atribuído por Freud ao localizacionismo em geral: pensar os elementos das representações como estando armazenados nas células nervosas. Esse erro teria sido propiciado pela pressuposição, derivada do isomorfismo dos modelos localizacionistas apontados acima, de que o simples psicológico deveria corresponder a algo igualmente simples do ponto de vista neurológico. Tudo indica, portanto, que Freud está, em 1900, reiterando a sua recusa anterior do localizacionismo como uma forma possível, entre outras, de se conceber a fundamentação neurológica dos processos mentais, mas não a possibilidade em si dessa fundamentação.⁴⁰ Em outras palavras, está recusando uma teoria neurológica da mente específica, mas não a viabilidade de toda e qualquer teoria neurológica da mente.

Embora isso não fique explícito nesse ponto, há razões para supor que a decisão de Freud de permanecer sobre o terreno psicológico decorra da sua percepção de que o estágio do desenvolvimento do conhecimento sobre o cérebro e o sistema nervoso naquele momento não permitiria mais do que estabelecer as relações entre processos psíquicos e localidades anatômicas (“nos é também

conhecido na forma de um preparado anatômico”). Em outras palavras, ela parece ter concluído pela impossibilidade de ultrapassar na prática – isto é, por meio de uma neuropsicologia empírica – o localizacionismo, cuja insuficiência conceitual e cujos erros de princípio já tinham sido demonstrados, em 1891, com base num argumento exclusivamente teórico e numa crítica exclusivamente epistemológica de sua abordagem das afasias. Freud teria optado, então, por restringir-se à descrição psicológica e a uma neuropsicologia especulativa empenhada na construção daquilo que vieram a ser os modelos metapsicológicos e abstratos do funcionamento mental. Daí resulta igualmente a provisoriedade dessas concepções exclusivamente psicológicas, reiteradamente afirmada por Freud nas passagens mencionadas acima. Essa ideia de que é a insuficiência do conhecimento neurológico disponível que motiva a decisão freudiana de contentar-se com uma caracterização metapsicológica – e não uma mudança radical de opinião sobre natureza última dos processos mentais – pode ser igualmente evidenciada nas demais ocasiões em que Freud estaria supostamente enunciando seu abandono da neurologia, como se verá na sequência.

O problema da relação entre a tópica psíquica e a anatomia cerebral ressurgiu quase que nos mesmos termos em *O inconsciente*.⁴¹ Trata-se, mais uma vez, de uma passagem que costuma ser considerada como uma das mais claras manifestações do abandono, por parte de Freud, de sua perspectiva neurológica inicial.⁴² Como vimos acima, Freud afirma ali que *provisoriamente* a tópica psíquica nada tem a ver com a anatomia. O desenvolvimento argumentativo que precede essa afirmação ajuda a esclarecer seu sentido. Freud está introduzindo a questão que organiza toda a reflexão em torno do inconsciente nesse ensaio: a passagem do inconsciente para a consciência (ou vice-versa) deve ser pensada como uma mudança de lugar ou como uma alteração funcional? Na medida em que a tópica psíquica freudiana é uma tópica de funções – isto é, os diversos sistemas distinguem-se funcionalmente e não anatomicamente –, a alternativa colocada cumpre mais uma função retórica e de organizar a exposição ao longo do texto. A resposta a

que se chegará na conclusão será uma espécie de combinação entre seus termos, mostrando bem a interdependência que há entre as noções de *lugar* e *função* na teoria freudiana do aparelho psíquico. Mas, no momento que estamos analisando, a pergunta formulada coloca em questão, de imediato, a relação entre o lugar psíquico e o lugar anatômico – a mesma, portanto, que estava sendo debatida quando da introdução do modelo mesmo do aparelho psíquico em *A interpretação dos sonhos*. Não há nada de surpreendente, então, em que a mesma problemática e a mesma tomada de posição em relação a essa questão reapareçam aqui:

Esta é uma questão difícil, porque vai além da pura psicologia e toca nas *relações do aparelho mental com a anatomia*. Sabemos que, no sentido mais geral, *essas relações existem* (...). Mas toda tentativa de partir daí para a descoberta da *localização dos processos mentais*, todo esforço de pensar as ideias como *armazenadas em células nervosas* e as excitações como viajando ao longo das fibras nervosas, fracassaram completamente. O mesmo destino parece aguardar qualquer teoria que tentasse reconhecer, digamos, a posição anatômica do sistema Cs – atividade mental consciente – como estando no córtex e localizar os processos inconscientes nas partes subcorticais do cérebro. Há uma lacuna aqui que, *no presente*, não pode ser preenchida, nem é uma das tarefas da psicologia preenchê-la.⁴³

Há, talvez, boas razões para supor, no entanto, que Freud considerasse como uma das tarefas da *metapsicologia* – na sua condição de disciplina mista, de uma neuropsicologia especulativa expressa em linguagem psicológica – a de teorizar sobre esse hiato e, nos casos mais favoráveis, apontar a direção na qual se poderia esperar preenchê-lo.⁴⁴ Seja como for, os principais itens da crítica precoce de Freud ao localizacionismo reaparecem aqui: 1) a impossibilidade de explicar a função apenas pela localização anatômica, uma vez que o fracasso reiterado das tentativas nesse sentido mostra que o problema está mal-formulado; 2) o “erro de princípio” denunciado desde 1891 de supor representações (ou

átomos de representação) armazenadas nas células corticais. Freud se manifestara, naquela ocasião, contra esse equívoco conceitual, da maneira mais inequívoca possível:

Lembremos que, sob a influência dos ensinamentos de Meynert, desenvolveu-se a teoria de que o aparelho de linguagem consiste em centros corticais distintos; supõe-se que suas células contenham as representações de palavra (...). Pode-se, antes de tudo, levantar a questão de se tal suposição de representações contidas em células nervosas é, de alguma maneira, correta ou, mesmo, permissível. Não acredito que o seja.⁴⁵

E logo a seguir, como que para não deixar dúvidas:

(...) deveria parecer um grande avanço quando Wernicke declarou que apenas os elementos psíquicos mais simples (...) poderiam ser localizados no córtex (...). Mas não se comete o mesmo erro de princípio, quer se tente localizar um conceito complicado, toda uma faculdade mental, ou um elemento psíquico? É justificado imergir uma fibra nervosa – que, em toda a sua extensão, foi apenas uma estrutura fisiológica sujeita a modificações fisiológicas – com sua terminação no psíquico e prover essa terminação com uma ideia ou uma memória?⁴⁶

Quanto ao primeiro dos dois tópicos mencionados acima – a impossibilidade de explicar a função *apenas* pela localização anatômica –, não fica totalmente explícito nesse momento que, *mesmo que fosse possível* especificar detalhadamente as regiões anatômicas que executam as funções psíquicas, isso pouco representaria em termos da explicação dessas funções. O que se requer para tanto é a caracterização da dinâmica própria dos processos cerebrais que ocorrem nessas regiões anatômicas e do modo como essa dinâmica dá origem às propriedades mentais que dela decorrem. Esse aspecto do argumento, contudo, será plenamente explicitado na passagem do *Esboço de psicanálise* que retoma esses mesmos problemas, como veremos a seguir.

Sabemos, no entanto, que as funções psíquicas são caracterizadas, desde *Sobre a afasia*, como dependendo de processos integrativos dinâmicos perfeitamente globais – isto é, processos que envolvem diversas áreas corticais e, no limite, a totalidade do córtex cerebral. Esse é o sentido da recusa da simetria e do isomorfismo entre o mental e o cerebral, assim como da ideia de que o simples psicológico corresponda a algo igualmente simples do ponto de vista neural. É isso que faz com que a localização do processo que corresponde mesmo ao ato psíquico mais elementar jamais possa ser uma localização pontual. Aí intervém o segundo aspecto apontado acima – a recusa da ideia de que ideias elementares estão armazenadas em células – que especifica e complementa o primeiro, visando o que Freud considera como a mais inaceitável das consequências da adoção do ponto de vista localizacionista e razão mais que suficiente para recusá-lo. Portanto, é exatamente isso que Freud parece estar fazendo aqui – reafirmar a rejeição da teoria das localizações cerebrais. E, da mesma forma que no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* como vimos acima, parece ser apenas isso que ele está recusando.

Já na abertura do *Esboço de psicanálise*⁴⁷ – síntese final das ideias de Freud e como que seu testamento intelectual – encontramos os mesmos pontos de vista até agora examinados, porém numa formulação bem mais explícita. Também essas passagens deram margem a uma interpretação que busca confirmar a ideia de uma ruptura de Freud com a perspectiva neurológica. O que estaria sendo, mais uma vez, reafirmado em seus últimos textos seria o endosso do paralelismo psicofísico, pelo qual ele teria optado de saída, desde o trabalho sobre as afasias, quando aderira à doutrina da concomitância de Hughlings Jackson. Essa opção lhe teria, então, permitido construir a psicanálise como uma teoria exclusivamente psicológica, ocupando-se apenas de um lado da dualidade mente-cérebro (o mental), embora o subdividisse em uma mente consciente e outra inconsciente.⁴⁸ Isso seria ainda mais significativo, devido ao fato de Freud considerar, nesse momento, esse dualismo como uma “premissa fundamental” da psicanálise. Assim, ele afirma:

A psicanálise faz uma suposição básica, cuja discussão está reservada ao pensamento filosófico, mas cuja justificativa reside em seus resultados. Conhecemos dois tipos de coisa a respeito do que chamamos nossa psique (ou nossa vida mental): em primeiro lugar seu órgão corporal e cena de ação – o cérebro (ou o sistema nervoso) – e, por outro lado, nossos atos de consciência, que são dados imediatos e não podem ser mais bem explicados por nenhuma forma de descrição.⁴⁹

É claro que a constatação de que o cérebro é órgão da mente e de que a consciência consiste numa apreensão imediata nos processos mentais do sujeito não tem nada de especificamente psicanalítico. Na verdade, essa afirmação sequer pode ser considerada uma *premissa*, consistindo tão somente na menção de duas questões de fato amplamente reconhecidas. Essas observações servem apenas para introduzir a premissa fundamental, cuja enunciação se segue no texto. Trata-se, como se sabe, da *teoria do aparelho psíquico*, à qual se acrescenta, mais adiante, o pressuposto complementar de que a maior parte dos processos que constituem esse aparelho transcorre inconscientemente.⁵⁰ Já comentamos acima como a teoria freudiana do aparelho psíquico, desde sua primeira formulação no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, reitera sua recusa do localizacionismo, que data do ensaio sobre as afasias.⁵¹ Ela busca justificar, assim, a possibilidade de uma descrição exclusivamente funcional dos processos psíquicos sem referência à sua natureza física e sem especificação de sua localização anatômica. A argumentação freudiana ao introduzir essa noção não precisa ser interpretada como uma recusa da possibilidade de uma teoria neurológica da mente, o que a torna compatível com a reafirmação dessa possibilidade que encontramos disseminada ao longo de toda a obra de Freud. É exatamente nesse sentido que essas noções são retomadas no *Esboço de psicanálise*, só que com a recusa da ideia de localização cerebral (mas, novamente, apenas disso) ainda mais explicitamente enunciada:

Tudo que fica entre eles [o cérebro e a consciência] nos é desconhecido, e nossos dados não incluem nenhuma relação

entre esses dois pontos terminais de nosso conhecimento. *Se esta existisse, forneceria, no máximo, uma localização exata dos processos de consciência e não nos ajudaria em nada no sentido de compreendê-los.*⁵²

É notável como esse posicionamento tão tardio com relação ao percurso total do pensamento freudiano recupera, quase com os mesmos termos, suas posições iniciais, anteriores inclusive à crítica sistemática do localizacionismo formulada em 1891 e ao pleno reconhecimento da existência de processos mentais inconscientes, o que se dá a partir do *Projeto*, de 1895. Assim, na sua introdução ao livro de Bernheim sobre a sugestão, cinquenta anos antes do *Esboço*, Freud escrevera:

Não possuímos um critério que nos habilite a distinguir exatamente entre um processo psíquico e um processo fisiológico, entre um ato que ocorra no córtex cerebral e um que ocorra na substância subcortical; *pois a consciência, seja ela o que for, não está vinculada a todas as atividades do córtex cerebral*, nem está sempre vinculada, com a mesma intensidade, a qualquer uma de suas atividades particulares; *ela não é uma coisa que esteja ligada a qualquer localidade no sistema nervoso.*⁵³

Essa posição de Freud é notavelmente moderna, ao recusar-se a relacionar os fenômenos mentais – aqueles acessíveis à consciência, em primeiro lugar – a regiões anatômicas específicas. O reconhecimento de que o processamento consciente da informação no cérebro requer a participação de diversos segmentos corticais espacialmente distantes levou ao reconhecimento do assim chamado “*binding problem*”, a saber: qual o fator que integra funcionalmente essas diversas áreas corticais e as faz operar como uma unidade?⁵⁴ Uma das hipóteses formuladas para resolver esse problema – a de que os neurônios envolvidos sincronizam-se por operarem numa mesma frequência oscilatória em torno de 35-75 Hz⁵⁵ – já foi aproximada da *hipótese do período*, proposta por Freud no *Projeto*.⁵⁶

No ensaio sobre as afasias, Freud modulara essa posição, reconhecendo que o caráter dinâmico, global e integrativo que era necessário atribuir aos processos nervosos subjacentes à atividade mental consciente (a única, lembremos, que ele reconhecia até esse momento) não era incompatível com a ideia de localização. Evidentemente, um processo físico tem que ocorrer *em algum lugar*, embora não seja possível fazer corresponder lugares anatômicos isolados a processos mentais, mesmo os mais elementares. Portanto:

Qual é, então, o correlato fisiológico da ideia simples que emerge ou re-emerge? Evidentemente, nada de estático, mas algo com a natureza de um processo. *Esse processo não é incompatível com a localização*. Ele começa em um ponto específico do córtex e, a partir daí, se dissemina pela totalidade do córtex, ao longo de certos caminhos.⁵⁷

Freud reafirma, portanto, em 1938, tanto sua ideia de que uma localização anatômica dos processos mentais deva ser, em princípio, possível (já que estes são, em última instância, processos físicos que, portanto, devem ocorrer em algum lugar do cérebro) quanto de que essa localização, mesmo que precisamente estabelecida, é insuficiente para o estabelecimento das propriedades funcionais desses processos, sobretudo, daquelas que permitem que eles sejam considerados e descritos como mentais. Ambas as teses, como vimos, datam do ensaio sobre as afasias ou lhe são até mesmo anteriores, evidenciando, de forma bastante eloquente, essa continuidade nos pontos de vista freudianos sobre a natureza do mental e sobre sua relação com o cérebro, que constituem o foco do presente trabalho. Se houvesse restado alguma dúvida, a orientação antilocalizacionista dessa concepção é claramente afirmada a seguir:

Nossas duas hipóteses [nas quais nossa suposição básica se divide] partem desses termos ou princípios de nosso conhecimento. *A primeira diz respeito à localização*. Assumimos que a vida mental é *a função de um aparelho, ao qual*

*atribuímos as características de ser extenso no espaço e de ser composto por diversas partes – isto é, que nós imaginamos como semelhante a um telescópio ou microscópio ou algo assim.*⁵⁸

Muitos dos posicionamentos freudianos comentados acima recebem aqui uma formulação mais detalhada. Por exemplo, pode-se depreender das passagens acima que a insuficiência do conhecimento neurológico disponível que limitava a teoria desenvolvida por Freud a uma formulação exclusivamente psicológica referia-se, sobretudo, ao desconhecimento dos processos que medeiam entre a anatomia cerebral e a experiência consciente. Isso impediria o estabelecimento de uma sequência contínua e empiricamente descritível de relações de causa e efeito entre ambas, resultando na superação do paralelismo sobre cuja inadequação Freud já se manifestara antes. Na impossibilidade disso, a psicanálise precisa contentar-se com a construção de um modelo teórico abstrato para representar essas relações, justamente o que Freud, desde *A interpretação dos sonhos*, denomina “aparelho psíquico”. Trata-se, portanto, de evitar a solução fácil que consistiria em projetar sobre a superfície cerebral processos hipotéticos extraído da observação puramente psicológica dos fenômenos de consciência, assumindo a tese localizacionista e o princípio do isomorfismo mente-cérebro que Freud condenara desde o trabalho sobre as afasias. Essa solução traria consigo, ainda, como vimos, o paralelismo psicofisiológico, que condena a psicologia a ser uma descrição da experiência consciente e a neurologia a ser uma exploração da anatomia cerebral em busca das sedes de processos nervosos hipotéticos concebidos segundo o modelo das funções psíquicas acessíveis à observação. Assim, ultrapassar o localizacionismo revelou-se também uma maneira de superar a identidade entre mente e consciência que é constitutiva da psicanálise.⁵⁹ Também isso se explicita no *Esboço de psicanálise*, quando Freud introduz o segundo pressuposto em que se desdobra sua “premissa fundamental”, a saber, que a maior parte dos processos que constitui esse aparelho psíquico é inconsciente. Isso é afirmado na mesma passagem, já citada aqui, em que se reitera

que esses processos psíquicos em si inconscientes não podem ser outra coisa a não ser processos físicos que ocorrem no sistema nervoso.

Assim, a última das citações que constam da primeira parte deste capítulo, destinadas a ilustrar a persistência da referência neurológica na obra freudiana, está longe de exprimir uma excentricidade tardia do criador da psicanálise. Ao contrário, ela aparece como uma reafirmação, nos termos mais inequívocos possíveis, de um posicionamento teórico consistentemente mantido. Esse posicionamento, por sua vez, está profundamente implicado no perfil disciplinar que Freud procurou atribuir à psicanálise, como uma ciência naturalista da mente construída sobre a hipótese da existência de um inconsciente psíquico. A formulação dessa hipótese, por sua vez, dependeu da recusa da teoria das localizações cerebrais e da tese do isomorfismo mente-cérebro e procedeu, metodologicamente, pela construção de modelos teóricos expressos em linguagem psicológica para representar, provisoriamente, todo um sistema de processos e de funções nervosas ainda desconhecidas, de modo a tornar inteligível a relação entre estes e os fenômenos mentais, tal como estes se dão a conhecer na experiência consciente.

Considerações finais

Numa carta a Fliess datada de 22 de setembro de 1898, período em que já se encontrava profundamente envolvido com a redação de *A interpretação dos sonhos*, Freud escreve:

Não estou de modo algum em desacordo com você, nem tenho a menor inclinação a deixar a psicologia suspensa no ar, sem uma base orgânica. No entanto, à parte dessa convicção, não sei como prosseguir, nem teórica, nem terapeuticamente, de modo que preciso comportar-me *como se apenas o psicólogo estivesse em exame*. Porque não consigo encaixá-los [o orgânico e o psicológico] é algo que nem sequer comecei a examinar.⁶⁰

A “psicologia” a que ele faz referência aqui é aquela que acabou publicada como o capítulo 7 da obra de 1900 (*A psicologia dos processos oníricos*, título do capítulo 7). De certa maneira, deve-se reconhecer que essa psicologia acabou ficando “suspensa no ar”, ao contrário do que Freud desejava, e que a dificuldade de imaginar os nexos entre o psíquico e o somático não pôde ser superada ao longo de toda a sua obra. Não obstante, o que procuramos mostrar aqui é que essa superação permaneceu como um projeto e como um horizonte para a teorização freudiana, de modo que é compreensível que a elaboração dos modelos metapsicológicos a tenha constantemente levado em conta. Isso é algo que transparece, por exemplo, na constante reafirmação de sua provisoriidade. A metapsicologia permanece, portanto, sempre na condição de um “como se”, como Freud se exprime em 1898, mas não porque ele tivesse desistido da ideia de configurar a psicologia como uma ciência natural e continuasse apenas a empregar metaforicamente – sabe-se lá por que – uma linguagem naturalista. Ao contrário, esse “como se” se justificava pelo fato de que, aos olhos de Freud, os processos mentais só poderiam ser, em última instância, processos físicos cerebrais, e qualquer psicologia permaneceria incompleta e provisória e valendo-se de uma linguagem parcialmente figurada enquanto não incluísse sua descrição e sua caracterização funcional nesses termos. O programa inicial de formulação de uma teoria explicitamente neurológica da mente teve que ser abandonado, como vimos, devido a essa limitação do conhecimento científico disponível – uma limitação que Freud ainda reconhece no final de sua vida. Mas isso não representou, de forma alguma, o abandono da ideia de que uma psicologia naturalista como a pretendida por ele teria forçosamente que ser uma neuropsicologia, ainda que, naquele momento, esta só pudesse assumir o formato especulativo da metapsicologia, em função das limitações impostas pelo “estado atual da arte” com o qual convivia.

Procuramos argumentar aqui que Freud, de fato, não só abandonou, como também criticou enfática e minuciosamente, certa concepção neurológica específica. Essa concepção foi a *teoria das localizações*

cerebrais, na formulação que esta recebia na neurologia do século 19, assim como a teoria sobre a relação mente-cérebro adotada (ou implicada) por ela – o *paralelismo psicofísico*. Mas essa recusa é perfeitamente inaugural do pensamento freudiano; data do ensaio sobre as afasias em 1891 (se não de antes) e pode ser considerada como o passo inicial da fundação da metapsicologia. Esta se definiria, assim, como um trabalho conceitual direcionado para a construção de *modelos não isomórficos da relação mente-cérebro*, ainda que formulados em linguagem predominantemente psicológica, pelas razões apontadas acima. A matéria-prima, por assim dizer, para esse trabalho foram os dados fornecidos pela observação clínica e psicológica, sobretudo por aquela propiciada pelo método psicanalítico, o qual fornecia um tipo de material que permitia ir além daquilo imediata e atualmente presente na experiência do sujeito e acessível à introspecção. As passagens nas quais tipicamente se expressaria a recusa freudiana da neurologia e sua opção incondicional pela psicologia podem perfeitamente ser interpretadas como reiteraões dessa recusa inaugural do localizacionismo, mas apenas isso. Essa leitura tem a vantagem de conferir maior consistência à obra freudiana e não nos obrigar a desconsiderar suas manifestações periódicas de apreço pela abordagem neurológica como irrelevantes, além de apontar para a viabilidade dos estudos integrativos que começam hoje a multiplicar-se. Faz também de Freud um crítico precoce da tese do isomorfismo mente-cérebro e do afã localizacionista que tende periodicamente a ressurgir, na esteira de inovações metodológicas e tecnológicas, como acontece contemporaneamente com os métodos de neuroimageamento funcional. Uttal,⁶¹ por exemplo, fala não somente de um “novo localizacionismo”, mas de uma “nova frenologia”, como forma de enfatizar a inadequação de qualquer projeto localizacionista, antes que se disponha de uma teoria psicológica suficientemente consistente para fornecer uma ideia minimamente precisa de que tipo de coisa se pretende localizar.

O reconhecimento dessa atitude teórica em Freud tem consequências imediatas para a justificação dos estudos integrativos contemporâneos entre a psicanálise e as neurociências.

Esses estudos visam não apenas fornecer uma fundamentação e um conteúdo empírico complementar a conceitos centrais da psicanálise, mas também se endereçam às questões clínicas e técnicas, como a investigação das modificações cerebrais decorrentes da intervenção psicoterapêutica, a qual fornece uma comprovação empírica mais direta da eficácia desse tipo de intervenção, para além das evidências clínicas que advêm do acompanhamento da evolução dos casos assim tratados.⁶² É impossível discutir esse tópico aqui em toda a sua extensão. Comentemos, no entanto, apenas um exemplo de como nossa interpretação do sentido da metapsicologia freudiana pode convergir com os estudos integrativos contemporâneos, baseados em investigações empíricas do funcionamento cerebral.

Desde o início da década de 2000, investigações neurocientíficas têm-se voltado para a *atividade cerebral intrínseca*, e não mais apenas para aquela relacionada com a realização de tarefas cognitivas específicas ou para a reação e o processamento de estímulos oriundos do exterior. Esses estudos, entre outras conclusões, levaram à formulação da hipótese da existência de um *modo default da função cerebral (default mode of brain function)*.⁶³ Este modo de funcionamento encontra-se anatomicamente relacionado a uma *rede do modo default (default mode network)*, formada por um conjunto de áreas cerebrais que apresenta um alto nível de atividade e conectividade quando o cérebro está supostamente em “repouso” – isto é, não engajado numa tarefa específica voltada para um problema ou objetivo que se apresenta desde o exterior. Além disso, essa atividade e essa conectividade decaem consistente e significativamente quando o cérebro se engaja numa tal tarefa. Já foi sugerido que a significação funcional dessa rede e desse modo de atividade cerebral corresponderia ao conceito metapsicológico de ego, tal como formulado por Freud:

Dadas as muitas diferentes funções do ego, seria contraintuitivo sugerir que ele está “hospedado” numa dada região singular do cérebro. Baseados num grande número de estudos por neuroimagem, propomos que uma rede de regiões altamente

conectadas, incorporando principalmente o córtex pré-frontal medial [*medial prefrontal cortex* (mPFC)], o córtex cingulado posterior [*posterior cingulate cortex* (PCC)], o lóbulo parietal inferior [*inferior parietal lobule* (IPL)] e as regiões temporais mediais *preenchem muitos dos critérios do ego freudiano*. Esse conglomerado de atividade tem sido nomeado como ‘rede do modo default’ [*default mode network* (DMN)]. Uma análise recente de um grande número de voluntários saudáveis mostrou que a conectividade dentro da DMN experimenta uma acentuada intensificação com a maturação, da infância à idade adulta. A atividade no nódulo mPFC da DMN tem sido associada proximamente com a autorreflexão (...) e evidências recentes sugerem que o mPFC exerce um papel causal preponderante dentro da rede. O PCC e o IPL têm sido associados com a propriocepção, e o PCC e as regiões temporais mediais têm sido associadas com a recuperação de memórias autobiográficas. A DMN mostra um alto nível de conectividade funcional em repouso. A atividade nessa rede decresce consistentemente durante o engajamento na cognição dirigida a metas, e a conectividade dentro da rede tende a decrescer durante estados de consciência reduzida. *Expressando isso em termos freudianos, a cognição dirigida a metas requer um deslocamento de libido (energia) do reservatório egoico (a DMN) e o seu investimento em objetos (...). Há evidências de que essa função está prejudicada num grande número de distúrbios psiquiátricos, incluindo a depressão.*⁶⁴

Para além da hipótese específica da correspondência desse sistema com o ego freudiano, é interessante notar que esse sistema se encontra funcionalmente – e não anatomicamente – unificado, reproduzindo a relação entre o lugar psíquico e o lugar anatômico em Freud, tal como se procurou evidenciar acima. Ele constituiria, assim, um *sistema funcional*, tal como essa noção foi classicamente definida por Luria,⁶⁵ cuja afinidade com o modo como se definem as instâncias da tópica freudiana não deixaria de ser interessante examinar. Seja como for, este parece ser um exemplo ilustrativo de

como a perspectiva aqui sugerida para a leitura da metapsicologia pode fornecer o contexto teórico adequado para a justificação e fundamentação desse tipo de aproximações.

Em suma, o interesse do pensamento de Freud para o debate contemporâneo não se restringiria, assim, ao fato de ele ter elaborado uma teoria psicológica abrangente que ainda parece ser promissora e sugestiva, tanto epistemológica quanto metodologicamente. Ele, além disso, teria edificado essa teoria sobre uma crítica rigorosa e sistemática, como poucas outras, das concepções isomórficas da relação mente-cérebro. Essa crítica foi aplicada inicialmente ao localizacionismo típico das últimas décadas do século 19, mas é, em princípio, de alcance bem mais geral, podendo fornecer *insights* utilizáveis para a discussão da inviabilidade de todo e qualquer isomorfismo desse tipo. O Freud neurologista que permanece latente ao desenvolvimento da psicanálise deixa, então, de aparecer como um resíduo anacrônico de uma concepção ultrapassada de uma ciência da mente e alinha-se com um debate contemporâneo, ao qual ele revela ainda ter muito a contribuir. Sua maior originalidade pareceria, assim, residir naquilo que é muitas vezes apontado como suas limitações e como o aspecto mais datado de seu pensamento: seu cientificismo, seu naturalismo, seu apego a explicações neurobiológicas e, enfim, o estilo geral da teorização metapsicológica.

Referências bibliográficas

ANDRADE, V. M. *Um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BOURGUIGNON, A. [1981]. Alguns problemas epistemológicos colocados no campo da psicanálise freudiana. In: _____. *O conceito de renegação em Freud e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

CARHART-HARRIS, R. L. et al. Mourning and melancholia revisited: correspondences between principles of Freudian metapsychology

and empirical findings in neuropsychiatry. *Annals of General Psychiatry*, n. 7, p. 9, 2008.

CAROPRESO, F. *Freud e a natureza do psíquico*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

CAROPRESO, F.; SIMANKE, R. T. Uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 11, n. 1, p. 31-51, 2008.

CRICK, F. *The astonishing hypothesis: the scientific search for the soul*. London: Touchstone, 1994.

CRICK, F.; KOCH, C. Towards a neurobiological theory of consciousness. *Seminars in the Neurosciences*, v. 2, p. 263-275, 1990.

DALBIEZ, R. [1936]. *O método psicanalítico e a doutrina de Freud*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

ETKIN, A. et al. Toward a neurobiology of psychotherapy: basic science and clinical applications. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences*, v. 17, p. 145-158, 2005.

EXNER, S. [1894]. *Entwurf zu einer physiologischen Erklärung der psychischen Erscheinungen*. Frankfurt: Harri Deutsch, 1999.

FREUD, S. [1888]. Preface to the translation of Bernheim's *Suggestion*. In: Strachey, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 1, p. 73-87.

_____. [1891]. *On Aphasia: a critical study*. New York: International University Press, 1953.

_____. [1895]. Project for a scientific psychology. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of*

Sigmund Freud. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 1, p. 283-397.

_____. [1900]. The interpretation of dreams. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 5.

_____. [1913]. The claims of psychoanalysis to scientific interest. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 13, p. 165-191.

_____. [1914]. On narcissism: an introduction. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 14, p. 67-102.

_____. [1915]. The unconscious. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 14, p. 159-204.

_____. [1916-1917]. Introductory lectures on psychoanalysis. Lecture XXIV: The common neurotic state. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 16, p. 378-392.

_____. [1920]. Beyond the pleasure principle. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 18, p. 1-66.

_____. [1938/1940]. An outline of psychoanalysis. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 23, p. 139-207.

FULGÊNCIO, L. O *Projeto* como metáfora biológica dos processos psíquicos. *Revista de Psicologia da USP*, v. 15, n. 3, p. 117-135, 2004.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

GILL, M. Metapsychology is not psychology. In: GILL, M.; HOLZMAN, P. (Eds.). *Psychology versus metapsychology: psychoanalytic essays in memory of George S. Klein*. New York: International University Press, 1976. p. 71-105.

GRÜNBAUM, A. *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critique*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1984.

HEAD, H. *Aphasia and kindred disorders of speech*. London: Cambridge University Press, 1926.

HENDERSON, V. W. Sigmund Freud and the diagram-maker school of aphasiology. *Brain and Language*, v. 43, p. 19-41, 1992.

HOLT, R. *Freud reappraised: a fresh look at Psychoanalytic Theory*. New York; London: The Guilford Press, 1989.

KANDEL, E. *Psychiatry, psychoanalysis, and the new biology of mind*. Washington, DC: American Psychiatric Publishing Inc., 2005.

LURIA, A. *The working brain: an introduction to neuropsychology*. New York: Basic Books, 1973.

MANNONI, O. [1968]. *Freud*. Paris: Seuil (Points), 2002.

MASSON, J. M. (Org.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

PANHUYSSEN, G. The relationship between somatic and psychic processes: lessons from Freud's *Project*. In: BILDER, R.; LEFEVER, F. (Eds.). *Neuroscience of the mind on the centennial of Freud's project*

for a scientific psychology. New York: New York Academy of Sciences, 1998. p. 20-42.

POLITZER, G. *Critique des fondements de la psychologie*. Paris: Rieder, 1928.

PRIBRAM, K.; GILL, M. *Freud's project reassessed*. London: Hutchinson & Co., 1976.

RAICHLE, M. E. et al. A default mode of brain function. In: NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES, 98, 2001, USA. *Proceedings...* p. 676-682.

RAICHLE, M. E.; SNYDER, A. Z. A default mode of brain function: a brief history of an evolving idea. *NeuroImage*, v. 37, p. 1083-1090, 2007.

RICOEUR, P. *De l'interprétation: essai sur Freud*. Paris: Seuil, 1965.

RIESE, W. Freud's concepts of brain function and brain disease. *The Journal of Mental and Nervous Disease*, v. 127, n. 4, p. 287-307, 1958.

SIMANKE, R. T. Memória, afeto e representação: o lugar do "Projeto" no desenvolvimento inicial da metapsicologia freudiana. *Olhar – Revista do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos*, 12-13, p. 12-40, 2005.

_____. Cérebro, percepção e linguagem: elementos para uma metapsicologia da representação em "Sobre a concepção das afasias" (1891) de Freud. *Discurso*, n. 36, p. 55-94, 2006.

_____. Metapsicologia da representação: alcance e limites da reflexão metapsicológica freudiana. In: SAFATLE, V.; MANZI, R. (Orgs.). *A filosofia após Freud*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 235-260.

SIMANKE, R. T.; CAROPRESO, F. O conceito de consciência no *Projeto de uma psicologia* de Freud e suas implicações metapsicológicas. *Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia*, v. 28, n. 1, p. 85-108, 2005.

SMITH, D. L. Sigmund Freud and the Crick-Koch hypothesis: a footnote to the history of consciousness studies. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 80, p. 543-548, 1999.

SOLMS, M. Before and after Freud's Project. In: BILDER, R.; LEFEVER, F. (Eds.). *Neuroscience of the mind on the centennial of Freud's project for a scientific psychology*. New York: New York Academy of Sciences, 1998. p. 1-10.

SOLMS, M.; SALING, M. On psychoanalysis and neuroscience: Freud's attitude to the localizationist tradition. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 67, p. 397-416, 1986.

SOLMS, K.; SOLMS, M. *O que é neuropsicanálise: a real e difícil articulação entre a neurociência e a psicanálise*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

UTTAL, W. R. *The new phrenology: the limits of localizing cognitive processes in the brain*. Cambridge: The MIT Press, 2001.

[1](#) Holt (1989).

[2](#) Freud ([1895] 1975).

[3](#) Politzer (1928).

[4](#) Dalbiez ([1936] 1947); Ricoeur (1965); Garcia-Roza (1984); Mannoni ([1968] 2002), entre outros.

[5](#) Pribram & Gill (1976).

[6](#) Gill (1976, p. 92).

[7](#) Solms & Solms (2004); Kandel (2005); Andrade (2003).

[8](#) Gill (1976).

[9](#) Freud ([1891] 1953).

[10](#) Simanke (2006).

[11](#) Freud ([1895] 1975).

[12](#) Caropreso (2010).

[13](#) Simanke & Caropreso (2005). Ver também o capítulo 3 deste livro.

[14](#) Solms & Saling (1986); Solms (1998).

[15](#) Panhuysen (1998).

[16](#) Fulgêncio (2004), por exemplo.

[17](#) Mannoni ([1968] 2002).

[18](#) Exner ([1894] 1999), por exemplo.

[19](#) Riese (1958).

[20](#) Freud ([1900] 1975, p. 41-42, grifos nossos).

[21](#) Id. ibid., p. 539.

[22](#) Id. ibid., p. 611, grifos do autor.

[23](#) Id. ibid., p. 540, grifos do autor.

[24](#) Id. ibid., p. 599.

[25](#) Caropreso & Simanke (2008). Ver também o capítulo 2 deste livro.

[26](#) Freud ([1913] 1975, p. 179).

[27](#) Freud ([1914] 1975, p. 78, grifos nossos).

[28](#) Id. ([1915] 1975, p. 175, grifos do autor).

[29](#) Id. ([1916-1917] 1975, p. 389).

[30](#) Id. ([1920] 1975, p. 60).

[31](#) Id. ([1938/1940] 1975, p. 157, grifos nossos).

[32](#) Uma reconstrução do desenvolvimento da metapsicologia como uma reflexão intensiva sobre a natureza do psíquico por parte de Freud pode ser encontrada em Caropreso (2010).

[33](#) Freud ([1900] 1975, p. 536, grifos nossos).

[34](#) Henderson (1992).

[35](#) Head (1926).

[36](#) Bourguignon ([1981] 1991).

[37](#) Id. *ibid.*, p. 123.

[38](#) Freud ([1891] 1953).

[39](#) Simanke (2005).

[40](#) Freud ([1900] 1975, p. 536).

[41](#) Id. ([1915] 1975).

[42](#) Grünbaum (1984, por exemplo).

[43](#) Freud ([1915] 1975, p. 174-175, grifos nossos).

[44](#) Simanke (2008).

[45](#) Freud ([1891] 1953, p. 54).

[46](#) Id. *ibid.*, p. 54-55.

[47](#) Id. ([1938/1940] 1975).

- [48](#) Solms & Saling (1986).
- [49](#) Freud ([1938/1940] 1975, p. 144).
- [50](#) Id. ibid., p. 158.
- [51](#) Id. ([1891] 1953).
- [52](#) Id. ([1938/1940] 1975, p. 144-145, grifos nossos).
- [53](#) Id. ([1888] 1975, p. 84, grifos nossos).
- [54](#) Crick (1994).
- [55](#) Crick & Koch (1990).
- [56](#) Smith (1999).
- [57](#) Freud ([1891] 1953, p. 56, grifos nossos).
- [58](#) Id. ([1938/1940] 1975, p. 144, grifos nossos).
- [59](#) Simanke (2006).
- [60](#) Masson (1986, p. 327, grifos nossos).
- [61](#) Uttal (2001).
- [62](#) Etkin et al. (2005).
- [63](#) Raichle et al. (2001); Raichle & Snyder (2007).
- [64](#) Carhart-Harris et al. (2008, grifos nossos).
- [65](#) Luria (1973, por exemplo).

Capítulo II - Possível, viável, real: uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente

Introdução

No fim do século 19, quando Freud começa a desenvolver a hipótese de um psíquico inconsciente, a psicologia era, sobretudo, uma ciência da consciência – ou, ao menos, o projeto de tal ciência. As propostas para uma psicologia científica que surgem nesse período, como aquelas de Wundt, Brentano e William James, trabalharam sempre (ou quase sempre) com a hipótese dessa identidade entre o mental e o consciente. Esses autores devotaram passagens inteiras de seus principais trabalhos para demonstrar que estados mentais inconscientes eram uma impossibilidade de fato e de direito.⁶⁶

Em contraste com essa psicologia típica das últimas décadas do século 19, a psicologia cognitiva do final do século 20 assumiu a existência e a importância do domínio dos processos inconscientes para a explicação do pensamento e da ação, e o seu foco principal no processo de delimitação de seu objeto e de seu campo de investigação orientou-se para as *representações mentais conscientes e inconscientes*.⁶⁷ Freud foi, com certeza, uma figura de inegável destaque nessa transformação da psicologia de uma *ciência da consciência* em uma *ciência das representações mentais* em toda a sua abrangência. A maior contribuição de Freud para a psicologia moderna teria sido, assim, a separação por ele estabelecida entre representação e consciência: embora não tenha sido quem propriamente “descobriu” o inconsciente – o conceito já aparecia, de uma maneira ou de outra, na filosofia, na ciência e na medicina anteriores a ele⁶⁸ –, a importância de Freud residiria,

sobretudo, no fato de ter sido ele quem forneceu o argumento mais sistemático, persuasivo e bem fundamentado para essa mudança.⁶⁹

Se levarmos em conta essas duas constatações – a importância contemporânea do conceito de inconsciente na investigação psicológica e a função histórica que Freud desempenhou na formulação e na fundamentação desse conceito –, parece justificar-se o esforço de resgatar os termos especificamente freudianos nos quais esse argumento pela existência e eficácia causal do inconsciente foi originariamente apresentado. Pode-se, assim, não apenas resgatar uma página decisiva da evolução da psicologia científica – nem sempre apreendida em todo o seu alcance, tanto dentro quanto fora dos círculos psicanalíticos –, como também dispor de um padrão que permita avaliar a relevância atual da reflexão metapsicológica freudiana e a dimensão da contribuição que ela ainda pode oferecer para a discussão epistemológica em torno das possibilidades da constituição da psicologia como ciência, sobretudo da perspectiva naturalista sustentada tanto por Freud quanto, mais recentemente, pela psicologia e pelas ciências da cognição em geral. Portanto, pretendemos, neste capítulo, reconstituir e discutir qual teria sido a estratégia utilizada por Freud para incorporar em sua teoria metapsicológica o conceito de um inconsciente psíquico e retomar a forma geral dos argumentos por ele formulados, em diversos de seus textos, para justificá-lo. Feito isso, procuraremos fazer ressaltar a atualidade da estratégia argumentativa freudiana, ainda que numa discussão sucinta e preliminar.

Em *Nota sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*,⁷⁰ encontramos uma distinção bastante precisa dos três grandes sentidos que a psicanálise atribui ao termo inconsciente: o descritivo, o dinâmico e o sistemático. O termo inconsciente seria usado em *sentido descritivo* para designar um fato psíquico que, mesmo não estando presente na consciência ou não sendo apreendido conscientemente, continue presente na vida mental. Esse é o sentido mais geral que pode ser atribuído ao termo inconsciente, e ele pode ser legitimamente utilizado desde que se

admita que, na ausência da consciência, as representações podem preservar a sua condição de fatos psíquicos e podem continuar existindo enquanto tais. No entanto, além da possibilidade de as representações continuarem existindo, ainda que latentes ou subjacentes à consciência, as manifestações neuróticas e o fenômeno da sugestão pós-hipnótica evidenciaram a Freud que as representações inconscientes preservam também sua capacidade de ação na vida psíquica, sendo capazes, inclusive, de influenciar a atividade mental consciente. Haveria, assim, um inconsciente psíquico e, além disso, efetivo (*wirklich*, que também pode ser entendido como “real”) e, com esse passo, avança-se de uma concepção descritiva do inconsciente para uma concepção dinâmica. Nesse *sentido dinâmico*, o termo inconsciente designaria pensamentos e representações que, apesar de sua intensidade e de sua capacidade de ação eficiente, permaneceriam afastados da consciência, insuscetíveis de se tornarem conscientes. Mas haveria ainda um terceiro – e, segundo Freud, o mais importante – sentido atribuído ao termo inconsciente pela psicanálise: o *sentido sistemático*. A análise dos sonhos teria mostrado que os processos mentais inconscientes e insuscetíveis de se tornarem conscientes seriam governados por leis diferentes das que vigoram na consciência e estariam submetidos a outro regime de funcionamento mental, possuindo, portanto, propriedades diversas daquelas da mente acessível à consciência. Isso exigiria que fossem considerados como pertencentes a uma categoria psíquica à parte. Essa constatação teria sido o que levou Freud a introduzir em sua teoria a hipótese de um *sistema* inconsciente (*das Unbewusste*, isto é, o inconsciente na sua forma substantiva), com objetivo de estabelecer quais são as características peculiares aos processos psíquicos insuscetíveis de se tornarem conscientes, que fariam com que eles passassem a constituir um grupo psíquico distinto, sujeito a leis próprias.

Nos trabalhos publicados em vida de Freud, o conceito de psíquico inconsciente aparece claramente formulado, pela primeira vez, em *A interpretação dos sonhos* (1900); no entanto, é no *Projeto de uma psicologia* – texto escrito em 1895 e publicado postumamente em

1950 – que se encontra, de fato, a sua primeira formulação explícita: a ideia de um inconsciente *dinâmico*, tal como este seria definido em 1912, é aí introduzida na teoria freudiana, assim como o reconhecimento da possibilidade do uso do termo inconsciente em sentido *descritivo*. Já a ideia de um *sistema* inconsciente aparece pela primeira vez na carta a Fliess de 6 de dezembro de 1896 (*Carta 52*) e é plenamente desenvolvida no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* e no artigo metapsicológico *O inconsciente* (1915). Levando-se isso em conta, é preciso reconhecer que o conceito de inconsciente que se encontra formulado em 1900 possui uma história de desenvolvimento prévia, cuja consideração mostra-se imprescindível para a sua compreensão.

Primeira formulação do conceito de inconsciente psíquico

Embora, como dissemos, a primeira formulação do conceito de inconsciente se encontre no *Projeto de uma psicologia*, para bem compreendermos qual foi a estratégia argumentativa utilizada por Freud para introduzi-lo, é necessário levar em consideração algumas ideias elaboradas alguns anos antes, em *Sobre a concepção das afasias*.⁷¹ Nesse texto, Freud desenvolve uma reflexão que lhe vai permitir redefinir o conceito de representação, como resultado da crítica ali empreendida às teorias localizacionistas sobre o funcionamento normal e patológico da linguagem. Ele propõe que a representação consistiria no concomitante psíquico de um processo cortical associativo, que corresponderia à última etapa de uma série de reorganizações sucessivas que a informação sensorial sofreria em seu caminho da medula ao córtex. Em oposição à hipótese sustentada pelo psiquiatra e neurologista alemão Theodor Meynert, Freud sustenta que não seria possível haver uma projeção ponto por ponto dos estímulos que chegam à periferia do sistema nervoso no córtex, de forma que os correlatos de nossas representações não podem ser cópias exatas da configuração dos estímulos periféricos. Freud argumenta, em primeiro lugar, que a própria anatomia do sistema

nervoso impossibilitaria isso, uma vez que o número de fibras associativas que conecta a medula ao córtex seria menor do que aquele que conecta a periferia nervosa à medula. Assim, a informação sensorial teria necessariamente que ser reordenada ao longo de seu percurso aferente. Quando são recebidos no córtex cerebral, os estímulos sensoriais seriam integrados em um novo processo associativo, o qual consistiria no concomitante fisiológico da representação.⁷²

Freud ainda adota, em 1891, como hipótese sobre as relações entre o mental e o cerebral, a *doutrina da concomitância*, defendida por Jackson,⁷³ de acordo com a qual, os estados mentais e os estados nervosos ocorreriam paralelamente, não havendo interferência causal de um sobre o outro: para cada estado mental, haveria um estado correspondente no sistema nervoso; contudo, o mental não surgiria como *efeito* desse processo físico, mas apenas o acompanharia. Segundo essa teoria, tudo que é mental – portanto, toda a representação – seria necessariamente consciente, de modo que a identificação tradicional entre o mental e o consciente é claramente mantida até esse momento.

Nos trabalhos sobre as neuroses publicados nos anos seguintes, podemos observar que essa identificação entre o mental e o consciente começa a ser questionada,⁷⁴ não obstante, é apenas no *Projeto de uma psicologia* que ela será explicitamente abandonada. Nesse texto, em vez de fazê-la corresponder à totalidade do psíquico, Freud redefine a consciência como algo restrito, posterior e relativamente secundário em relação aos processos representacionais que, em seu conjunto, constituem a mente. Essa independência do psíquico em relação à consciência é claramente afirmada:

Temos tratado os *processos psíquicos* como algo que pudesse prescindir desse conhecimento dado pela *consciência*, algo que existe independentemente de tal *consciência*. (...) Se não nos deixamos desconcertar por isso, segue-se desse pressuposto que a consciência não fornece um conhecimento nem

completo, nem seguro dos processos neuronais; deve-se, em primeiro lugar, considerá-los em toda a extensão como inconscientes e deve-se inferi-los como outras coisas naturais.⁷⁵

O modelo teórico do aparelho neuronal desenvolvido por Freud no *Projeto* descreve processos que ocorrem no sistema nervoso e que podem, em princípio, ser relacionados a regiões anatômicas do cérebro. Para poder incorporar em sua teoria a noção de um inconsciente psíquico, Freud passa, em 1895, a considerar como psíquicos aqueles processos cerebrais – corticais, sobretudo – que, em 1891, se definiam como sendo apenas os concomitantes fisiológicos do mental. A passagem mencionada acima dá a entender que os processos neuronais envolvendo o sistema de memória ψ , descrito por Freud no *Projeto*, são genuinamente considerados como o psíquico e não apenas como seus correlatos, ao contrário do que sustentam alguns:⁷⁶ em nenhum momento do *Projeto*, Freud diz estar formulando uma teoria acerca dos correlatos neurais do psíquico, mas, antes, deixa claro que os processos envolvendo quantidades e neurônios que ocorrem nos sistemas ψ são processos efetivamente *psíquicos* e que estes são, ao mesmo tempo, independentes da consciência.

Os processos associativos do sistema ψ seriam, assim, as próprias representações, e não mais apenas seus concomitantes fisiológicos, como na posição que havia sido sustentada em *Sobre a concepção das afasias*. Esses processos, no entanto, seriam totalmente independentes da consciência, a qual poderia ou não se acrescentar a uma parte dos mesmos. De fato, ao comentar a relação da sua teoria da consciência com as demais, Freud afirma:

Segundo uma teoria mecanicista avançada, a consciência é um mero acessório dos processos fisiológico-psíquicos, cuja supressão não alteraria nada no decurso psíquico. Segundo outra doutrina, a consciência é o lado subjetivo de todo acontecimento psíquico e, assim, inseparável do processo mental fisiológico. Entre ambas situa-se a doutrina aqui

desenvolvida. Consciência é aqui o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos no sistema nervoso – a saber, os processos ω – e a supressão da consciência não deixa inalterado o acontecimento psíquico, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω .⁷⁷

A consciência seria, portanto, o lado subjetivo dos processos do sistema ω , mas não os próprios processos ω – isto é, os processos neuronais que transcorrem nesse sistema responsável pela percepção consciente e pela produção das qualidades psíquicas. Mas o que significa ser o lado subjetivo de tais processos? Freud não é nada claro quanto a isso. Em outra passagem do *Projeto*, ele afirma que não é possível explicar como os processos de ω fazem surgir a consciência e que ele tentará apenas descrever os processos neuronais paralelos aos fenômenos conscientes. Em outras palavras, ele reconhece que permanece uma lacuna entre a construção metapsicológica do modelo de um sistema capaz de ser responsável pelo surgimento da consciência e uma abordagem da fenomenologia da experiência consciente enquanto tal. A seguinte consideração, no *Esboço de psicanálise*, parece ser uma das mais elucidativas sobre a relação entre a consciência, o inconsciente e os processos nervosos:

Muitos, dentro e fora da ciência, se satisfazem com assumir que apenas a consciência é psíquica; nesse caso, nada resta para a psicologia, a não ser discriminar, dentre os fenômenos psíquicos, entre percepções, sentimentos, processos de pensamento e volições. Concorde-se, em geral, no entanto, que esses processos conscientes não formam sequências ininterruptas, completas em si mesmas; não há assim alternativa, a não ser assumir que há processos físicos ou somáticos concomitantes aos psíquicos, que devemos necessariamente reconhecer como mais completos que as sequências psíquicas, já que alguns deles têm processos conscientes paralelos, mas outros não. Assim sendo, é claro que se torna plausível dar ênfase, em psicologia, a esses processos somáticos, reconhecer neles a verdadeira essência

do psíquico e buscar alguma outra abordagem para os processos conscientes.⁷⁸

Segundo o que Freud afirma nessa passagem, os fenômenos conscientes seriam paralelos aos processos neuropsíquicos que constituiriam o inconsciente. Ele vale-se igualmente do termo “concomitante”, que, como vimos, alude à doutrina formulada por Jackson. Isso sugere que, para incorporar a noção de uma mente inconsciente em sua teoria, Freud teria deslocado a relação de concomitância – que, em 1891, ele propusera existir entre uma parte dos processos nervosos e o psíquico como um todo – para entre os processos psíquicos inconscientes e os conscientes. Os processos nervosos, que eram primeiramente concebidos como os concomitantes fisiológicos do psíquico, seriam então identificados ao psíquico inconsciente, e a série mental paralela, que antes correspondia a todo o psíquico, passaria a corresponder a apenas uma parte deste, isto é, à sua parte consciente. Portanto, a mente inconsciente consistiria em processos nervosos, alguns dos quais teriam fenômenos conscientes paralelos e outros não.

Esses fenômenos conscientes paralelos aos processos psíquicos inconscientes seriam também processos materiais ou Freud teria trazido uma espécie de dualismo de substâncias para dentro do campo do psíquico? Seria possível concluir, a partir dessas observações, que uma parte do psíquico seria material – o inconsciente – e outra seria imaterial – a consciência? É difícil encontrar uma resposta para essas questões nas manifestações explícitas de Freud. A passagem citada acima é das que fornece mais elementos nesse sentido, mas está longe de ser conclusiva, e esse ponto terá que ser discutido em outro lugar.⁷⁹ O problema em foco aqui é o que justifica essa expansão do campo do psíquico para além das fronteiras da consciência. Em vários momentos de sua obra, Freud elabora diversas justificativas para a suposição de um psíquico inconsciente, algumas das quais serão examinadas na continuidade.

A justificativa do conceito de inconscientes

Em *O inconsciente* (1915), Freud argumenta que a identificação entre mente e consciência não pode ser justificada, em primeiro lugar, porque ela consistiria em uma “convenção inadequada”: algumas doutrinas filosóficas e psicológicas teriam apenas estabelecido convencionalmente que o psíquico é idêntico ao consciente. Contudo, prossegue Freud, essa convenção não é adequada, porque ela, antes de tudo, “superestima sem fundamentação visível o papel da consciência”.⁸⁰ Ao contrário, a experiência clínica com as neuroses lhe teria sugerido que há processos psíquicos para além da consciência, processos com todas as características de uma *representação* que, não obstante, permanecem afastados da consciência, inacessíveis a esta e, mesmo assim, capazes de influir sobre a atividade mental consciente. A partir disso, Freud conclui que a identificação convencional do mental com o consciente não poderia ser sustentada, uma vez que se trata de uma convenção que se revelou contraproducente e incapaz de fazer jus aos dados da observação. Parece-lhe legítimo, portanto, abandoná-la e substituí-la por outra que possa se adequar mais aos fatos ou ser mais fecunda do ponto de vista explicativo. Diante disso, Freud autoriza-se a assumir que o psíquico seja mais amplo do que a consciência e que esta última seja algo que possa vir a se acrescentar a uma pequena parte das nossas representações: “a psicanálise [...] tem que considerar a consciência como uma qualidade do psíquico que pode se apresentar junto a outras qualidades ou estar ausente”.⁸¹

Em síntese, se as observações clínicas mostraram que na mente há processos que parecem possuir todas as características de uma representação, mas permanecem inconscientes, e que os dados conscientes são lacunares e não podem ser totalmente compreendidos sem a suposição de processos mentais inconscientes, então a hipótese de que toda representação deva ser consciente não pode mais se sustentar, uma vez que a vinculação exclusiva entre a representação e a consciência não passaria de uma mera convenção, a qual só se justifica pela sua potencialidade explicativa. Tampouco seria possível afirmar que essas representações afastadas da consciência permanecessem nesse

estado apenas por serem pouco intensas, de modo que haveria apenas uma diferença de intensidade entre o psíquico suscetível e aquele insuscetível de consciência. As neuroses teriam mostrado que, ao contrário, representações excessivamente intensas, como aquelas que estão na origem dos sintomas, podem permanecer insuscetíveis de se tornarem conscientes. Em várias ocasiões, Freud chama a atenção para fatos como esses. Por exemplo, em *O eu e o isso*, ele afirma:

Para a maioria daqueles com formação filosófica, a ideia de um psíquico que não seja também consciente é tão inconcebível, que lhes parece absurda e recusável por mera lógica. Creio que isso resulta apenas de que nunca tenham estudado os relevantes fenômenos da hipnose e do sonho, que – sem nenhuma referência ao patológico – impõem essa concepção. Contudo, sua psicologia da consciência é também incapaz de solucionar os problemas do sonho e da hipnose.⁸²

Na continuação desse mesmo texto, ao comentar que, mesmo fora da consciência, as representações continuam existindo de forma latente, Freud afirma:

Os filósofos, sem dúvida, objetariam: ‘Não, o termo inconsciente não tem aqui nenhuma aplicação; enquanto a representação se encontrava em estado de latência, ela não era de modo algum algo de psíquico’. Se já neste ponto os contradisséssemos, cairíamos em uma querela de palavras, com a qual não se ganharia nada. No entanto, chegamos ao termo ou conceito de inconsciente por outro caminho: pelo tratamento de experiências nas quais a *dinâmica* psíquica desempenha um papel. Constatamos – isto é, tivemos que supor – que existem representações ou processos mentais muito intensos (...) que podem ter todas as consequências para a vida psíquica que têm as demais representações, inclusive consequências que possam novamente se tornar conscientes como representações, mesmo que elas mesmas não se tornem conscientes.⁸³

Freud argumenta, então, ter sido levado a concluir, a partir da sua experiência clínica, que a restrição do mental ao consciente não possui fundamentação nem justificação suficiente, ao contrário da suposição de que exista um inconsciente psíquico. Em *O inconsciente*, Freud alegara ainda um segundo motivo pelo qual a identificação do psíquico ao consciente seria uma convenção inadequada: além de superestimar sem fundamentação visível o papel da consciência, essa identificação restringiria em muito o campo da investigação psicológica e “nos precipitaria nas insolúveis dificuldades do paralelismo psicofísico”.⁸⁴ A consciência, como disse Freud inúmeras vezes, é lacunar, no sentido de que não contém todos os elementos para a explicação dos fenômenos que nela ocorrem: estes últimos, além de corresponderem a apenas uma parte do psíquico, apresentam-se como determinados por processos inconscientes e, muitas vezes – sobretudo no caso das manifestações psicopatológicas, mas não apenas nelas –, só podem ser compreendidos tendo-se em vista essa determinação. Uma psicologia que lidasse apenas com a consciência não poderia, assim, explicar uma série de manifestações psíquicas, tais como os sintomas neuróticos, os sonhos e os atos falhos, pois a compreensão destes não poderia prescindir da referência ao inconsciente. Além disso, tal psicologia da consciência não poderia configurar-se como uma ciência natural:

Enquanto que a psicologia da consciência nunca foi além daquelas sequências lacunares, que dependem evidentemente de alguma outra coisa, o outro ponto de vista, que sustenta que o psíquico é em si inconsciente, permitiu à psicologia assumir seu lugar como uma ciência natural como qualquer outra. Os processos de que se ocupa são em si tão incognoscíveis quanto aqueles com que lidam outras ciências, química e física, por exemplo; mas é possível estabelecer as leis a que obedecem e acompanhar, sem interrupção, por longos trechos, suas relações mútuas e suas interdependências – em suma, chegar ao que se pode descrever como uma ‘compreensão’ do campo de fenômenos naturais em questão.⁸⁵

Para Nagel,⁸⁶ Freud parece ter chegado à suposição de um psiquismo inconsciente por um raciocínio que parte da constatação da impossibilidade de construir uma ciência psicológica que se ocupe apenas da consciência, devido ao caráter fragmentário desta última, no sentido de não constituir um sistema de relações causais suficientes e completas. Essas lacunas causais poderiam, é verdade, ser preenchidas pela suposição de um sistema de processos fisiológicos (físicos) inconscientes e de processos (psíquicos) conscientes, no qual os segundos apareceriam como efeitos dos primeiros, de forma que todo fenômeno consciente pressuporia um processo físico como causa, mas nem todo processo físico se traduziria, necessariamente, num fenômeno de consciência. Contudo, segundo esse autor, uma reflexão mais cuidadosa sugeriu a Freud que:

(...) talvez seja um erro identificar o mental com esses efeitos conscientes, e que ele deveria ser identificado com os próprios processos físicos (...): já que a natureza verdadeira dos processos mentais que se apresentam à consciência é física, com a consciência sendo apenas uma qualidade adicional deles, não pode haver objeção em também descrever como mentais esses processos intermediários, ocorrendo no mesmo sistema físico, os quais não se apresentam à consciência apesar de eles, em muitos detalhes, poderem ser física e funcionalmente semelhantes aos que se apresentam a ela.⁸⁷

Retornando ao artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud argumenta ali que se, por um lado, a restrição do psíquico ao consciente é uma convenção inadequada, por outro, é possível acrescentar “que a suposição do inconsciente é *necessária e legítima* e que possuímos múltiplas *provas* da existência do inconsciente”.⁸⁸ Mais uma vez, ele apela para o argumento de que essa suposição é necessária, porque os dados da consciência seriam lacunares e não poderiam ser compreendidos sem a suposição de processos psíquicos inconscientes. O fato de essa suposição torná-los compreensíveis – ou seja, de ela preencher as

lacunas detectadas na determinação dos atos conscientes e lhes atribuir um sentido – torná-la-ia legítima.

Além disso, prossegue Freud, a hipótese do inconsciente pode também ser considerada legítima, porque, para adotá-la, não seria necessário afastarmo-nos de nosso modo habitual de pensar, que se assume espontaneamente como correto. A cada um de nós, a consciência forneceria somente o conhecimento dos nossos próprios estados mentais. A ideia de que outro ser humano possuísse também consciência seria uma inferência, um raciocínio a que se chegaria por simples analogia, com base nas manifestações e ações desse outro, com o objetivo de tornar compreensível sua conduta. Sendo essa a única maneira de compreender o comportamento alheio, o que a psicanálise estaria propondo consistiria apenas em que esse mesmo raciocínio se voltasse para o próprio sujeito, com a diferença de que as pessoas não possuem normalmente nenhuma inclinação espontânea para isso. Agindo dessa maneira, todos os atos e manifestações que o sujeito notasse em si e não conseguisse relacionar com o restante de sua vida psíquica poderiam ser julgados como se pertencessem a outra pessoa e esclarecidos com a atribuição a esse “outro” de uma vida psíquica própria. Com esse raciocínio, chegar-se-ia naturalmente à suposição de um inconsciente, de uma atividade psíquica que permanecesse excluída da consciência, embora a influenciasse. Diz Freud: “A suposição psicanalítica da atividade psíquica inconsciente parece-nos, por um lado, como uma continuação do animismo primitivo, que por toda parte refletia simulacros de nossa consciência (...).⁸⁹

A suposição do inconsciente poderia ainda ser provada, argumenta Freud, uma vez que, com base nela, fora possível construir um procedimento técnico capaz de influenciar com êxito o curso dos processos conscientes: esse êxito clínico e terapêutico poderia ser tomado como mais uma prova da existência do inconsciente. Também os experimentos hipnóticos – em particular, o fenômeno da sugestão pós-hipnótica – manifestariam, de maneira palpável, a existência e o modo de ação do inconsciente.

Reconstruindo o argumento freudiano

No entanto, os argumentos apresentados até aqui poderiam dar a impressão de que Freud estaria simplesmente substituindo uma convenção por outra – a que identifica mente e consciência pela que define como mentais os processos cerebrais subjacentes às manifestações conscientes –, movido basicamente por considerações de ordem *pragmática*: em primeiro lugar, a fecundidade heurística que permite tornar inteligíveis fenômenos que não o seriam de outra forma e, além disso, configurar a psicologia como uma ciência da natureza; em segundo, a eficiência técnica do método de intervenção construído sobre essa hipótese, a qual, em sentido inverso, forneceria evidências suplementares para a sua comprovação, dando margem à crítica de que se estaria incorrendo num raciocínio circular. Restariam, então, as provas *empíricas*, que – além de poderem igualmente ser colocadas sob suspeita, pelo fato de serem obtidas pela aplicação desse mesmo método – são, por si só, inconcludentes, uma vez que as observações alegadas sempre admitiriam, em princípio, uma explicação ou uma descrição em outros termos. Assim, para se poder sustentar a solidez do argumento freudiano e sua redefinição dos processos cerebrais subjacentes aos fenômenos de consciência como *representações*, faz-se necessário reconstruir esse argumento de forma sistemática e explicitar suas partes constituintes e suas relações, de modo a poder distinguir entre seus componentes conceituais e empíricos e, sobretudo, estabelecer a dependência dos segundos com relação aos primeiros, no sentido de que o valor comprobatório das supostas provas empíricas da existência do inconsciente depende do conjunto da trama conceitual do argumento em que se inserem.

Wakefield⁹⁰ sistematiza a justificativa freudiana para a suposição de que existem estados mentais inconscientes, além de ressaltar o quanto Freud é atual do ponto de vista da psicologia cognitiva que se desenvolve no último terço do século 20, sustentando que, reconstruído em termos modernos, o argumento freudiano para justificar a hipótese do inconsciente seria exatamente o mesmo

usado pelos cognitivistas contemporâneos.⁹¹ No que se segue, utilizamos sua reconstrução como fio condutor de nossa análise.

O primeiro passo seria a concepção freudiana da mente como um sistema de estados intencionais dinamicamente integrados: ao considerar a *intencionalidade* – o fato de esses estados se referirem a algo, seja real, virtual ou possível, que lhes é exterior e que eles *representam* de alguma maneira – como a característica distintiva do mental, ao invés da consciência, Freud estaria se dando os meios para justificar a hipótese do inconsciente, desde que pudesse demonstrar que essas propriedades intencionais podem ser realizadas na ausência de uma apreensão consciente, na contramão de demonstrações clássicas da identidade necessária entre consciência e intencionalidade, como as de Brentano e James mencionadas acima. É, pois, o argumento freudiano a favor da existência de *estados intencionais e representacionais inconscientes* que precisa ser resgatado.

Esquemáticamente, esse argumento pode ser repartido em três momentos, dos quais os dois primeiros são estritamente conceituais. A primeira parte do argumento envolve uma questão que é, ao mesmo tempo, semântica e conceitual, a saber, se o termo “mental” significa necessariamente “consciência” e se haveria ou não contradição em considerar algo como simultaneamente “mental” e “inconsciente”. Como vimos, Freud considera essa identificação como uma mera convenção; resta explicitar o fundamento desse posicionamento freudiano. Wakefield recorre à filosofia da linguagem e do conceito para argumentar que é necessário distinguir entre a *significação* de um termo que designa uma classe ou espécie natural (*natural kind*) e a *essência* dessa espécie.⁹² A definição da essência do que um termo natural designa caberia à investigação científica, não se reduzindo a uma questão puramente semântica. Por outro lado, antes de se possuir um conhecimento confiável sobre a essência de alguma coisa, a significação do termo que a designa só poderia ser estabelecida por meio de observações empíricas, que ensaiariam uma definição a partir de suas manifestações mais evidentes, até que novas

observações permitissem ampliar e precisar o sentido inicial do conceito. Assim, para lançar mão de um exemplo elementar constantemente utilizado pelos autores que discutem essas questões,⁹³ o termo “água” foi inicialmente definido por referência ao líquido transparente e incolor dos rios e lagos, da chuva, etc. Mesmo antes de se descobrir qual é a *essência* da água, foi possível inferir, mediante novas observações (do congelamento e do degelo, por exemplo) que coisas sólidas como o gelo e coisas opacas e brancas como a neve também eram água. Quando, posteriormente, a química descobriu que a estrutura molecular da água é H_2O , isso permitiu compreender as diversas manifestações daquela mesma substância, mas não se poderia dizer que “água” passou, com isso, a significar H_2O . Caso contrário, seria preciso admitir que, até essa descoberta, o *sentido* do termo era desconhecido, quando, na verdade, o que se desconhecia era a essência daquilo que esse termo designava. Uma vez que se conhece que H_2O é a essência da água, se forem encontrada outras coisas que possuam essa mesma estrutura molecular, elas também poderão ser chamadas de água, independentemente das propriedades que se revelem à observação. Portanto, decidir quais coisas no mundo podem ou não podem ser chamadas de água é uma questão que deve ser respondida a partir da investigação científica, e não, *a priori*, por definição ou convenção.

Da mesma forma, o termo “mental” teria sido definido primeiramente por referência a pensamentos, desejos e crenças *conscientes*, que são suas manifestações empíricas mais evidentes. Contudo, como se viu, isso não implicaria que só pode ser considerado mental aquilo que é consciente, assim como não são apenas as substâncias líquidas e transparentes que puderam ser consideradas como sendo água, embora esse último termo tenha sido definido inicialmente por referência a elas. Em suma, “mental” não significaria necessariamente “consciente”, da mesma maneira como “água” não significa necessariamente “líquido e transparente”. Em ambos os casos, mesmo antes de se descobrir qual é a essência do que é significado por esse ou por aquele termo, seria possível inferir, a partir de outras observações, que há manifestações diversas

daquela mesma essência ainda desconhecida que também podem ser assim nomeadas. Se os fatos empíricos assim observados revelarem que há fenômenos com as mesmas características daquilo que se chama de mental e que, contudo, não são conscientes, não haveria nenhum problema em estender a eles a significação desse termo, assim como se mostrou legítimo considerar o gelo como água, muito embora ele não seja líquido, mesmo antes de se conhecer a estrutura molecular da substância água, que explica os seus diversos estados. As observações em que Freud baseou sua hipótese do inconsciente – os sintomas neuróticos, lapsos, sonhos, etc. – seriam, assim, comparáveis, no exemplo proposto, às observações do congelamento e do degelo, fornecendo evidências de que a mente não é necessariamente consciente, assim como aquelas evidenciaram que a água não é necessariamente líquida e transparente. Não haveria, portanto, nenhum problema conceitual ou de princípio que obstasse a suposição de uma mente inconsciente. A solução definitiva para o problema de se é ou não justificável fazê-lo é outra questão, que deve ser resolvida pela investigação científica, pois se trata de uma questão sobre a natureza da coisa em foco, e não mais de uma questão meramente semântica. Quando Freud afirma que a identificação do psíquico ao consciente consiste em uma convenção que se revelou inadequada e deve ser abandonada diante das novas evidências, ele estaria desenvolvendo essa primeira etapa conceitual da argumentação.

Considerada desde essa perspectiva, a célebre passagem na abertura do artigo metapsicológico sobre as pulsões pode ser vista sob uma nova luz, em que se revela que a concepção freudiana sobre o modo de formulação dos conceitos científicos é compatível com aquela que foi aqui apresentada, e não expressa um mero convencionalismo motivado por considerações exclusivamente heurísticas:

Elas [as ideias que precedem os conceitos básicos de uma ciência] devem, de início, trazer consigo certo grau de indeterminação; não se pode pensar numa delimitação clara de

seu conteúdo. Enquanto se encontram nesse estado, entendemo-nos a respeito de seu significado pela referência repetida ao material empírico do qual parecem derivar, mas que, na verdade, lhes está submetido. Elas possuem, assim, estritamente falando, o caráter de convenções, mas tudo depende de que não sejam escolhidas arbitrariamente, mas sim determinadas por relações significativas com o material empírico, relações que acreditamos pressentir mesmo antes que se possa conhecê-las e demonstrá-las.⁹⁴

Estabelecido que a expressão “mente inconsciente” não é inevitavelmente uma contradição em termos, o segundo passo da argumentação seria mostrar que a suposição da existência do que essa expressão designa é teoricamente possível. Para isso, em primeiro lugar, é preciso formular uma hipótese sobre a natureza essencial do mental e, então, demonstrar que coisas com essa essência podem ser inconscientes. É claro que, caso se parta do pressuposto de que a consciência é a essência do mental, supor que há mente inconsciente seria contraditório. Freud argumenta, como se viu, que a consciência não constitui a essência do mental, mas apenas uma qualidade que pode ou não se acrescentar a uma pequena parte do mesmo. Wakefield⁹⁵ propõe que a essência do mental, para Freud – embora este não se exprima exatamente nesses termos – é a *representacionalidade dos estados cerebrais* e que esta é uma propriedade que pode ser perfeitamente aplicada a estados cerebrais não conscientes. De fato, desde o *Projeto de uma psicologia*, Freud trabalha com a hipótese de que o mental é, sobretudo, o representacional e de que a consciência é apenas uma qualidade que pode se acrescentar a uma representação.

Ora, a postulação de uma essência é, em grande parte, a postulação de uma *causa subjacente* àquele fenômeno manifesto a partir do qual a categoria foi selecionada e descrita em primeiro lugar. Por exemplo, o movimento dos elétrons é considerado a essência da eletricidade, porque os fenômenos que primeiramente foram usados para nomear eletricidade são, em última instância, explicáveis pelo processo subjacente do movimento de elétrons.

Seguindo o esquema proposto, uma vez que o fluxo de elétrons tenha sido estabelecido como a essência do fenômeno especificado, qualquer outro fenômeno que se possa demonstrar como causado por esse fluxo pode ser legitimamente categorizado como eletricidade. Mas, mesmo antes da essência ser conhecida, um fenômeno podia ser descoberto como fazendo parte da categoria eletricidade, a partir de evidências indiretas de que ele compartilha a mesma essência do fenômeno original. Da mesma maneira, no exemplo da água, as propriedades químicas do composto H₂O explicam as propriedades sensíveis da água, sua umidade, o fato de que ela possa ser mais densa no estado líquido do que no sólido, etc. Assim como a maioria dos cientistas cognitivos atuais, Freud teria acreditado que o fator explicativo relevante do mental é *a estrutura representacional dos estados cerebrais*, independentemente do estatuto consciente ou não desses estados.⁹⁶ A consciência seria apenas algo que se pode acrescentar a um estado cerebral dotado dessa estrutura representacional. Esta última, por sua vez, é definida como a essência *provisória* do mental e, na medida em que sua definição é independente do atributo da consciência, ela torna legítima a suposição de uma *mente inconsciente*.

Contudo, a natureza última da mente teria permanecido desconhecida para Freud, assim como permanece para os cientistas cognitivos contemporâneos:⁹⁷ tanto um como os outros estariam cientes de que considerar a representacionalidade dos estados cerebrais como constituindo a essência do mental só pode ser uma postura provisória e que uma resposta definitiva a essa questão requereria uma especificação detalhada da natureza do sistema representacional do cérebro. Em nenhum dos casos, ter-se-ia ainda chegado a conhecer realmente a essência do mental, o que continuaria ainda na dependência da evolução do conhecimento científico. Seja como for, há igualmente evidências suficientes em Freud de que a atribuição a ele desse modo de raciocínio não seria arbitrária. Por exemplo, como Wakefield também comenta, Freud compara explicitamente o processo de formação dos conceitos psicanalíticos – no caso aqui, a própria definição do mental – com o

que acontece em outras ciências da natureza, como a física. Assim, diante da pergunta sobre qual seria a essência do psíquico, o psicólogo (ou o psicanalista) responderia da mesma forma hoje como o físico teria respondido há algum tempo atrás:

Se alguém pergunta o que ‘o psíquico’ realmente significa, é fácil responder enumerando seus constituintes: nossas percepções, ideias, memórias, sentimentos e atos de vontade – tudo isso faz parte do que é psíquico. Mas se o interlocutor vai em frente e pergunta se não há alguma qualidade comum possuída por todos esses processos que torne possível nos aproximarmos da *natureza* ou, como as pessoas às vezes dizem, da *essência* do psíquico, seria então mais difícil dar uma resposta. Se uma pergunta análoga fosse feita a um físico (por exemplo, acerca da essência da eletricidade), sua resposta, até bem recentemente, teria sido: ‘A fim de explicar certos fenômenos, assumimos a existência de forças elétricas que estão presentes nas coisas e emanam delas. Estudamos esses fenômenos, descobrimos as leis que os governam e ainda lhes damos um uso prático. Provisoriamente, isso nos satisfaz. Não conhecemos a *natureza* da eletricidade. Talvez a descubramos mais tarde, quando nosso trabalho avançar. É preciso admitir que o que ignoramos é justamente a parte mais importante e interessante da coisa toda, mas isso não nos perturba por hora. É simplesmente assim que as coisas acontecem nas ciências naturais’.⁹⁸

Esse teria sido, então, o raciocínio freudiano para demonstrar que seria teoricamente possível conceber uma mente inconsciente, cujo ponto central reside no pressuposto que considera, ainda que provisoriamente, a essência do mental como consistindo nas *características intrinsecamente intencionais e representacionais dos estados cerebrais*, as quais podem se realizar na ausência da consciência, sem incorrer em contradição. Assume-se, igualmente, que essa essência do mental só poderá ser considerada como plenamente elucidada quando for possível especificar as características dos estados cerebrais que lhes conferem sua

intencionalidade e o caráter representacional que lhes é inerente. Mas, mesmo antes de se alcançar esse esclarecimento, tornar-se-ia, por essa via, legítimo supor que a consciência não é uma propriedade essencial à mente e, portanto, que é legítima a suposição de uma mente inconsciente.

A terceira etapa da argumentação freudiana para justificar a existência de estados mentais inconscientes seria, então, estabelecer que esses estados não são apenas teoricamente possíveis, mas que eles existem realmente. Na medida em que a psicanálise constituiu-se como uma disciplina *clínica* e voltada, por isso, para a investigação empírica do campo de fenômenos que delimitou para si, é compreensível que este tenha sido, desde o princípio, a faceta mais evidente da argumentação desenvolvida por Freud: desde o início de suas investigações sobre as neuroses, ele deparou-se com fenômenos mentais que puderam ser tomados como evidências factuais da existência de processos inconscientes, cuja natureza psíquica foi-se impondo pouco a pouco à elaboração teórica, como se recapitulou acima: inicialmente, a sugestão pós-hipnótica e os sintomas neuróticos e, depois, os sonhos, os atos falhos, as produções artísticas, etc. Wakefield⁹⁹ comenta como os estudos de caso elaborados por Freud podem ser considerados como longos argumentos a favor da necessidade de se supor a ação de representações inconscientes na explicação do pensamento e do comportamento dos sujeitos. É verdade, portanto, que as evidências empíricas constituíram-se no ponto de partida de toda a investigação freudiana que acabou conduzindo à formulação da teoria psicanalítica do inconsciente, mas isso não nos deve levar a perder de vista que essas evidências são situadas, ponderada e minuciosamente, no contexto de um argumento complexo, não apenas sofisticado do ponto de vista conceitual, mas também atual na sua forma e na sua estratégia.

Considerações finais

Freud, evidentemente, não apresenta sua argumentação da maneira sistemática como expusemos aqui, mas esses três níveis de argumentação apontados são, de fato, desenvolvidos, ainda que de maneira dispersa, ao longo de sua obra, sendo que o momento mais sistemático é o que pode ser encontrado no capítulo inicial de *O inconsciente* (1915). É fato que Freud dá muita ênfase em sua argumentação explícita ao fato de que a suposição de uma mente inconsciente é condição para que a psicologia possa se configurar como uma ciência natural – o que podemos chamar de uma justificativa *heurística* – e também desenvolve o que podemos chamar de uma justificação *pragmática* para a suposição do inconsciente, quando alega que a partir dela foi possível criar um procedimento clínico de intervenção eficaz. Essas justificações – heurística e pragmática – seriam, na verdade, desdobramentos da parte empírica da argumentação tal como esta se encontra na sistematização de Wakefield¹⁰⁰ que serviu de base para aquela aqui apresentada. No entanto, como se discutiu acima, a maior visibilidade da etapa empírica do argumento freudiano corre o risco de obscurecer as etapas conceituais que lhe são logicamente anteriores e sem as quais as provas clínicas dificilmente poderiam ser consideradas conclusivas, o que, numa outra direção, justifica o esforço aqui empreendido em explicitá-las.

Por vezes, o reconhecimento do naturalismo psicológico freudiano, que fornece o contexto teórico onde a teoria do inconsciente toma forma, parece, por si só, levar certos autores a concluir que a verificação dessa hipótese haveria de ser exclusivamente empírica e a atribuir a Freud essa intenção. Examinemos apenas, para finalizar, um exemplo bem representativo dessa atitude que se procurou contestar aqui. Juranville procura argumentar que a única demonstração viável da existência do inconsciente seria a sua dedução a partir da linguagem, tal como foi empreendida por Lacan, ao passo que Freud teria, em função de seus compromissos epistemológicos, enveredado pela via sem esperança da comprovação empírica – ou, até mesmo, num sentido bem amplo, experimental:

O inconsciente é, portanto, em primeiro lugar, a hipótese do inconsciente. E é preciso tentar estabelecer a existência do inconsciente tal como se verifica uma hipótese. Apenas dois métodos são possíveis: pode-se proceder a uma verificação experimental, como se faz na química ou na biologia. (...) Também se pode tentar uma fundamentação ou uma dedução lógica a partir de uma verdade evidente, procedendo então através do raciocínio puro. (...) Sabemos que Freud pretendeu ser levado a confirmar a existência do inconsciente por meio do primeiro método. Mas ocorre que as provas de Freud jamais convenceram ninguém, senão aqueles que já estavam convencidos.¹⁰¹

Deixando de lado a ingenuidade epistemológica dessa afirmação – que atribui à atitude das ciências naturais essa espécie de empirismo generalizado que excluiria qualquer consideração de ordem dedutiva ou conceitual –, o que se observa aqui é a ideia de que Freud só poderia ter tentado uma demonstração exclusivamente empírica da hipótese do inconsciente devido à impossibilidade de simplesmente conceber alguma alternativa, o que é, aliás, textualmente afirmado mais adiante: “Mas se, para Freud, o estabelecimento da hipótese do inconsciente deve efetuar-se como uma verificação experimental, é porque não poderia haver uma outra”.¹⁰² A consequência esperada dessa linha de raciocínio é aquela que já foi mencionada acima: restringindo-se às provas empíricas, sempre inconcludentes quando se trata de estabelecer a natureza ou a essência da espécie em questão, as únicas justificativas que se poderiam alegar para a sustentação da hipótese do inconsciente seriam aquelas de ordem pragmática ou heurística, relacionadas apenas à *utilidade* do conceito, mas sem maiores implicações ontológicas. Assim:

(...) se é verdade que as confirmações empíricas da existência do inconsciente conservam qualquer coisa de problemático, será que devemos renunciar à ideia de tal confirmação? Mas, nesse caso, o inconsciente seria não mais que uma hipótese,

uma espécie de ficção útil, talvez, mas sem significação efetiva para o sujeito humano.¹⁰³

O que se procurou evidenciar neste trabalho é que o argumento freudiano para a existência do inconsciente é algo de mais complexo, nuançado e sofisticado na sua compreensão da natureza dos conceitos e das teorias científicas e de sua relação com os dados empíricos produzidos pela investigação. Considerado em todas as suas dimensões, esse argumento revela ainda uma atualidade até certo ponto surpreendente e uma afinidade com a atitude epistemológica de programas de pesquisa muito mais recentes que, tal como Freud, servem para mostrar que a aposta naturalista na investigação da subjetividade não implica recair num empirismo grosseiro, tampouco numa redução generalizada desse domínio às suas determinações físico-químicas ou qualquer coisa desse tipo, mas apresentam-se, ao contrário, como uma estratégia filosófica e cientificamente fecunda para a constituição de uma ciência da mente.

Referências bibliográficas

BRENTANO, F. [1874]. *Psychologie du point de vue empirique*. Paris: Aubier, 1944.

CAROPRESO, F. As origens do conceito de inconsciente psíquico na teoria freudiana. *Natureza Humana: Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas*, v. 5, n. 2, p. 329-350, 2003.

_____. *O nascimento da metapsicologia: representação e consciência na obra inicial de Freud*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

_____. *Freud e a natureza do psíquico*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.

CAZETO, S. J. *A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX*. São Paulo: Escuta, 2001.

FREUD, S. *Zur auffassung der aphasien*: eine kritische studie.
Leipzig: Franz Deuticke, 1891.

_____. [1895/1950]. Entwurf einer psychologie. In: _____.
Gesammelte werke: nachtragsband. Frankfurt: Fischer, 1987. p.
387-477.

_____. [1900]. Die traumdeutung. In: _____. *Studienausgabe*.
Frankfurt: Fischer, 1982. v. 2.

_____. [1912]. Einige bemerkungen über den begriff des
unbewussten in der psychoanalyse. In: _____. *Studienausgabe*.
Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 25-36.

_____. [1915]. Triebe und triebschicksale. In: _____.
Studienausgabe. Frankfurt: Fischer, 1982a. v. 3, p. 75-102.

_____. [1915]. Das unbewusste. In: _____. *Studienausgabe*.
Frankfurt: Fischer, 1982b. v. 3, p. 119-162.

_____. [1923]. Das ich und das es. In: _____. *Studienausgabe*.
Frankfurt: Fischer, 1982c. v. 3, p. 273-330.

_____. [1938/1940]. An outline of psychoanalysis. In: Strachey, J.
(Org.). *The standard edition of the complete psychological works of
Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of
Psychoanalysis, 1975a. v. 23, p. 141-207.

_____. [1938/1940]. Some elementary lesson in psychoanalysis. In:
Strachey, J. (Org.). *The standard edition of the complete
psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press
and The Institute of Psychoanalysis, 1975b. v. 23, p. 279-286.

HACKING, I. Natural kinds. In: BARRETT, R. B.; GIBSON, R. (Orgs.).
Perspectives on Quine. Cambridge: Blackwell, 1990.

JACKSON, J. H. [1884]. Evolution and dissolution of the nervous
system. In: TAYLOR, J. (Ed.). *Select writings of John Hughlings*

Jackson. New York: Basic Books, 1958. p. 45-118.

JAMES, W. [1891]. The principles of psychology. In: *Great books of the western world*. London: Encyclopaedia Britannica, 1978. v. 53.

JURANVILLE, A. [1984]. *Lacan e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Oxford: Blackwell, 1980.

MANDLER, G. Problems and directions in the study of consciousness. In: HOROWITZ, M. J. (Ed.). *Psychodynamics and cognition*. Chicago: University Press, 1988. p. 21-45.

NAGEL, T. O antropomorfismo de Freud. In: WOLLHEIM, R. (Org.). *Freud: uma coletânea de ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976. v. 1, p. 25-38.

PUTNAM, H. The meaning of meaning. *Philosophical papers*, Cambridge: Cambridge University Press, 2 v., 1975.

QUINE, W. V. O. Natural kinds. In: _____. *Ontological relativity and other essays*. New York: Columbia University Press, 1969. p. 114-138.

SHEVRIN, H. The Freudian unconscious and the cognitive unconscious: identical or fraternal twins? In: BARRON, J.; EAGLE, M. N.; WOLITZKY, D. L. (Orgs.). *Interface of psychoanalysis and psychology*. Washington: American Psychological Association, 1992.

SOLMS, M.; SALING, M. On psychoanalysis and neuroscience: Freud's attitude to the localizacionist tradition. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 67, p. 397-416, 1986.

STRACHEY, J. Editor's note to *The Unconscious*. In: _____. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 14, p. 161-165.

STUART MILL, J. [1843]. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

WAKEFIELD, J. C. Freud and cognitive psychology: the conceptual interface. In: BARRON, J.; EAGLE, M. N.; WOLITZKY, D. L. (Orgs.). *Interface of psychoanalysis and psychology*. Washington: American Psychological Association, 1992. p. 77-98.

WEINBERGER, J.; WEISS, J. Psychoanalytic and cognitive conceptions of the unconscious. In: STEIN, D. (Ed.). *Cognitive science and the unconscious*. Washington; London: American Psychiatric Press, 1997.

WHYTE, L. L. *The unconscious before Freud*. New York: Basic Books, 1960.

[66](#) James ([1891] 1978); Brentano ([1874] 1944).

[67](#) Mandler (1988).

[68](#) Whyte (1960); Cazeto (2001).

[69](#) Wakefield (1992).

[70](#) Freud ([1912] 1982).

[71](#) Id. (1891).

[72](#) Caropreso (2008).

[73](#) Jackson ([1884] 1958).

[74](#) Caropreso (2003).

[75](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 400, grifos nossos).

[76](#) Solms & Saling (1986); Strachey (1975).

[77](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 403-404).

[78](#) Id. ([1938/1940] 1975a, p. 157-158).

[79](#) Ver Caropreso (2010).

[80](#) Freud ([1915] 1982b, p. 127).

[81](#) Id. ([1923] 1982c, p. 283).

[82](#) Id. *ibid.*, p. 283.

[83](#) Id. *ibid.*, p. 283-284.

[84](#) Id. ([1915] 1982b, p. 126-127).

[85](#) Id. ([1938/1940] 1975a, p. 158).

[86](#) Nagel (1976).

[87](#) Id. *ibid.*, p. 27.

[88](#) Freud ([1915] 1982b, p. 125, grifos do autor).

[89](#) Id. *ibid.*, p. 130.

[90](#) Wakefield (1992).

[91](#) Shevrin (1992); Weinberger & Weiss (1997).

[92](#) Utilizamos aqui o conceito de *natural kind* no sentido usual que este tem em epistemologia, o qual designa tanto um agrupamento não artificial de coisas, eventos, seres, etc., quanto a(s) propriedade(s) que os membros desse agrupamento têm em comum e que faz(em) com que esta última constitua um conjunto real, em vez de uma reunião arbitrária ou devida apenas aos critérios de classificação empregados. Ver Quine (1969) e Hacking (1990).

[93](#) A analogia da água tem sido utilizada, pelo menos, desde Stuart Mill ([1843] 1979), na apresentação de sua concepção da causalidade, em que surge, pela primeira vez, a noção de

“propriedades emergentes”. Os autores em que Wakefield se baseia, Putnam (1975) e Kripke (1980), a retomam largamente também.

[94](#) Freud ([1915] 1982a, p. 81).

[95](#) Wakefield (1992).

[96](#) Id. *ibid.*

[97](#) Id. *ibid.*

[98](#) Freud ([1938/1940] 1975b, p. 282, grifos do autor).

[99](#) Wakefield (1992).

[100](#) Id. *ibid.*

[101](#) Juranville ([1984] 1987, p. 21-22).

[102](#) Id. *ibid.*, p. 28.

[103](#) Id. *ibid.*, p. 30.

Capítulo III - A teoria freudiana da consciência no *Projeto de uma psicologia* e suas implicações metapsicológicas

Introdução

Como se sabe, no *Projeto de uma psicologia*, redigido por Freud em 1895, vários conceitos freudianos aparecem pela primeira vez e recebem ali um primeiro esboço de definição; contudo, além disso, algumas das questões desenvolvidas nesse manuscrito não voltam depois a receber na obra de Freud um tratamento tão sistemático. Esse é o caso, entre outros, do *conceito de consciência*, que é alvo de uma ampla reflexão no *Projeto* – na verdade, a mais extensa e minuciosa de toda a obra freudiana. Daí que o retorno às concepções apresentadas em 1895 seja essencial para qualquer esforço de circunscrever o alcance do que a obra de Freud possa conter em termos de uma teoria da consciência e para um mínimo delineamento de seu perfil. O objetivo deste trabalho é, então, recuperar o sentido da noção de consciência formulada por Freud na sua obra inicial e discutir algumas das suas implicações para a avaliação de sua abordagem posterior no interior do projeto metapsicológico, tal como se encontra formulado em Freud. Tendo isso em vista, as considerações que se seguem constam de: 1) uma exposição geral, ainda que esquemática, das principais noções que compõem a teoria psicológica apresentada por Freud no *Projeto*, que formam o pano de fundo contra o qual o conceito de consciência pode ser abordado; 2) uma exposição e discussão da concepção de consciência aí desenvolvida; 3) alguns comentários – mais exploratórios do que conclusivos – sobre certos desdobramentos dessa concepção no âmbito da reflexão metapsicológica posterior.

O aparelho neuronal

É necessário, então, partir de uma breve exposição geral das teses do *Projeto*, tendo em vista apenas os objetivos do presente trabalho. A proposta inicial do *Projeto* é fornecer uma psicologia que siga os parâmetros das ciências naturais, segundo a qual os processos psíquicos normais e patológicos seriam explicados a partir de dois postulados principais: a “quantidade” (Q) e o “neurônio” (N). Freud desenvolve a ideia de um “aparelho neuronal”, cujo funcionamento e estrutura seriam determinados, inicialmente, pelo “princípio de inércia”, isto é, por uma tendência a descarregar toda a quantidade que o alcançasse. O objetivo declarado é explicar todos os processos psíquicos mecanicamente, mas, em algumas ocasiões, na impossibilidade de cumprir essa meta, Freud recorre a justificativas biológicas. O trabalho se estrutura, então, em torno dessas duas perspectivas, que podemos designar como o *ponto de vista mecânico* e o *ponto de vista biológico*. Freud estabelece uma espécie de diretriz metodológica que concede primazia ao ponto de vista mecânico; em outras palavras, que requer que se procure, tanto quanto possível, fornecer explicações mecânicas para os fenômenos sob análise e, apenas na medida em que isso se revelar inviável, recorrer a considerações biológicas.

O primeiro pilar da teoria – a noção de *quantidade* – é definido como algo que diferencia a atividade do repouso e que está submetido às leis gerais do movimento. A natureza dessa quantidade, contudo, não é especificada. Há afirmações, no *Projeto* e em outros textos da mesma época¹⁰⁴ que permitem supor que Freud atribuísse uma natureza elétrica à quantidade; esta é a interpretação de Pribram & Gill¹⁰⁵ que, neste ponto, discordam frontalmente de Strachey.¹⁰⁶ Mas, em outras passagens, Freud parece trabalhar com uma concepção mais hidráulica da quantidade, valendo-se de uma linguagem que está mais próxima, pelo menos metaforicamente, da mecânica dos fluidos, de modo que a questão permanece indecisa. O segundo postulado principal – o *neurônio* – é concebido como a unidade material do sistema nervoso. Os

neurônios seriam, por hipótese, estruturalmente idênticos, anatomicamente independentes uns dos outros e entrariam em contato entre si por mediação de tecido não neuronal. Eles receberiam quantidade através dos prolongamentos celulares (dendritos) e a emitiram através dos cilindros de eixo (axônios). Deste modo, sua estrutura estaria de acordo com a tendência fundamental do aparelho, pois favoreceria a descarga da quantidade, funcionando como um sistema reflexo em miniatura.

A tendência primordial do aparelho seria anular todo o aumento quantitativo, isto é, manter o nível de quantidade no interior do aparelho idêntico a zero. Esta pode ser entendida como uma tendência a evitar o desprazer, pois Freud identifica o aumento da excitação com o desprazer e a sua diminuição com o prazer. O surgimento da quantidade endógena – decorrente das urgentes necessidades vitais (*Not des Lebens*) – imporia, contudo, uma modificação a essa tendência primária. Se o sistema recebesse apenas quantidade de origem exógena, seria possível, pelo menos em princípio e por meio de movimentos reflexos, descarregá-la totalmente e, além disso, manter o aparelho afastado de todo aumento quantitativo, mediante uma “fuga de estímulo”. Mas um sistema orgânico, além de quantidade exógena, receberia também quantidade endógena (somática), e esta não poderia ser unicamente suprimida por meio do mecanismo reflexo: embora os movimentos reflexos funcionem como um meio de descarga para a quantidade endógena, eles não são capazes de colocar o organismo fora do alcance da fonte de estimulação, como podem fazê-lo em relação à quantidade exógena – ou seja, eles não permitem, nesse caso, a fuga de estímulo. A anulação de uma fonte interna de estimulação dependeria de uma atuação mais complexa sobre o mundo, como, por exemplo, a obtenção de alimento, no caso da fome. Seria necessário o que Freud chama de uma “*ação específica*” para que a estimulação endógena pudesse cessar. Devido à sua complexidade, a execução dessa ação teria como primeira condição um acúmulo de quantidade no aparelho, o que imporia uma modificação na sua tendência fundamental: ao invés de manter o nível de quantidade igual a zero, a tendência dominante

passaria a ser mantê-lo constante no nível mínimo necessário. Freud atribui ao aparelho uma “*função primária*”, que é a de eliminar toda a quantidade recebida, e uma “*função secundária*”, que é a de fazer cessar a recepção de estímulos. Com relação à quantidade exógena, ambas podem ser cumpridas de forma reflexa (descarga motora e fuga de estímulo). Com relação à quantidade endógena, apenas a função primária pode ser assim realizada (toda ação elimina quantidade). A impossibilidade de cumprir de forma reflexa a função secundária, quando se trata das quantidades endógenas, vai motivar todas as modificações que Freud introduz no esquema inicial governado pela inércia neuronal. De certa forma, pode-se considerar boa parte do desenvolvimento posterior do funcionamento neuropsíquico descrito no *Projeto* como efeito ou resultado da necessidade de lidar adequadamente com a excitação somática. Como Freud afirma que esta só pode ser resolvida através de uma “ação específica” – que requer a orientação do organismo no meio externo, uma ação sobre o mesmo teleologicamente orientada, etc. (basta pensar no processo de busca e obtenção de alimento, por exemplo) – pode-se considerar esses desenvolvimentos subsequentes como o progressivo estabelecimento das condições sob as quais a ação específica pode ser satisfatoriamente realizada, das quais a passagem da inércia à constância constitui apenas o primeiro momento. Em suma, o princípio de inércia daria lugar a uma “tendência à constância”, mas esta última não se oporia ao primeiro; ao contrário, atuaria, no final das contas, a seu favor, permitindo que a quantidade endógena fosse, de fato, descarregada adequadamente ou com o máximo de eficiência.

O aparelho neuronal seria composto de três sistemas distintos de neurônios: o sistema ϕ , cuja função seria receber a quantidade oriunda da periferia do sistema nervoso e transmiti-la, enfraquecida e fracionada, ao sistema vizinho ψ ; o sistema ψ , que seria um sistema de memória em que se formariam as representações; e o sistema ω , que consistiria na base material da consciência. Tais sistemas não se diferenciariam uns dos outros devido à estrutura dos neurônios que os compõem – uma vez que Freud trabalha com

a hipótese de que todos os neurônios são estruturalmente idênticos –, mas sim devido ao modo distinto de ação da quantidade e os níveis de intensidade da mesma em cada um deles. Entre os neurônios, haveria “barreiras de contato”, as quais ofereceriam certa resistência à passagem da excitação de um neurônio para outro, fazendo com que apenas as quantidades cuja intensidade fosse superior à da resistência dessas barreiras conseguissem passagem. Quando isto ocorresse, a barreira de contato seria “facilitada”, fazendo com que, numa segunda ocupação dos neurônios correspondentes, a resistência encontrada fosse menor. A facilitação diferenciada das barreiras de contato faria com que se constituíssem caminhos preferenciais no interior do aparelho, os quais possibilitariam a memória; em outras palavras, a possibilidade da memória é representada pela capacidade do sistema de fazer percorrer novamente um caminho anteriormente percorrido.

Uma vez que Freud opera, no *Projeto*, com uma concepção da representação como um processo cortical dinâmico, a possibilidade da memória – isto é, da conservação e do ressurgimento da representação – se define como a *possibilidade de repetição de um processo*, isto é, de que certo caminho ou circuito neuronal seja preferencialmente percorrido em detrimento de outros. É essa possibilidade que Freud procura justificar com os conceitos de “barreira de contato” e de “facilitação”. Mas apenas no sistema ψ as barreiras de contato seriam capazes de oferecer resistência à passagem da excitação; no sistema ϕ , as quantidades recebidas possuiriam intensidade superior à da resistência das barreiras de contato e, por isso, nesse sistema, tais barreiras encontrar-se-iam total e homogeneamente facilitadas, não exercendo, assim, nenhuma função; o sistema ϕ seria, por isso, completamente permeável à quantidade. Já em ψ – que receberia quantidade exógena via ϕ –, as ocupações seriam menos intensas, devido ao fato de que a estrutura ramificada de ϕ faria com que a corrente excitatória se distribuisse por diversos caminhos, passando a ψ em vários pontos (sem contar a possibilidade de que uma parte da quantidade recebida em ϕ seja descarregada pela via motora, diminuindo assim ainda mais o montante que é transferido a ψ).

Portanto, em vez de ser ocupado muito intensamente em um ponto, o sistema de memória seria ocupado em vários pontos, com uma intensidade proporcionalmente menor.¹⁰⁷

A quantidade que alcançasse ψ possuiria intensidade inferior à da resistência das barreiras de contato e, por isso, para conseguir passagem, uma mesma barreira teria que ser ocupada a partir de dois ou mais neurônios simultaneamente, o que faria com que se constituíssem ali caminhos diferenciados, além de garantir que essa diferenciação seja determinada, pelo menos em parte, pela experiência (de percepções simultâneas ou da simultaneidade entre uma percepção externa e uma sensação corporal, por exemplo). Um grupo de neurônios ocupados cujas barreiras de contato estivessem facilitadas entre si constituiria uma *representação*. Na ausência da ocupação, a representação continuaria existindo potencialmente, dado que as facilitaões assegurariam a possibilidade de recorrência do mesmo processo, isto é, assegurariam a possibilidade do ressurgimento da representação.

O sistema ψ , no entanto, seria ocupado também a partir do interior do organismo, pois estaria diretamente ligado a este e, por esse motivo, Freud é levado a dividir o sistema ψ em dois: “ ψ do manto”, que receberia quantidade exógena via ϕ , e “ ψ do núcleo”, que receberia quantidade endógena diretamente do interior do organismo. O modo de ação da quantidade endógena seria diferente do modo de ação da quantidade exógena: as quantidades endógenas seriam muito pouco intensas e, para conseguir facilitar as barreiras de contato que separam ψ do manto do interior do organismo, elas teriam que se somar progressivamente. Quando conseguissem ingressar em ψ do núcleo, elas alcançariam uma expressão psíquica, ou seja, dariam origem a representações. No que diz respeito às minúcias da interpretação do texto do *Projeto*, pode haver certa controvérsia quanto ao lugar onde se dá a expressão psíquica dos estímulos somáticos. É claro que a plena expressão psíquica das quantidades endógenas só se dá quando os processos do núcleo se associam com as representações de objeto e, depois, com as representações de palavra que se constituem em

ψ do manto. Contudo, a primeira e mais originária expressão psíquica do somático se dá já com a ocupação do núcleo, uma vez que ψ é o sistema de representação do aparelho neuronal e ψ do núcleo é, evidentemente, uma parte deste sistema. De certo modo, os processos do núcleo podem ser aproximados do que Freud depois denominou representante de pulsão (*Triebrepräsenz*) – ou, mais precisamente, ao componente representacional do representante de pulsão (o outro componente é o afeto) – tal como estas noções são desenvolvidas nos artigos metapsicológicos de 1915.

O conjunto de ocupações de ψ do núcleo constituiria a base do “eu”. Este seria o portador do armazenamento de quantidade necessário para a satisfação das necessidades vitais, quantidade esta que seria por ele utilizada para direcionar os processos associativos, de modo que estes pudessem fornecer as condições necessárias para a ação específica adequada e impedissem a produção de desprazer. O eu atuaria através de “ocupações laterais”, isto é, ocupando os neurônios adjacentes aos ocupados a partir de ϕ e deslocando, assim, o curso da corrente excitatória: Freud estabelece, no *Projeto*, o princípio de que *a simultaneidade equivale à facilitação*, ou seja, uma barreira de contato entre dois neurônios simultaneamente ocupados seria mais prontamente facilitada, porque a quantidade age sobre ela desde duas direções ao mesmo tempo. O eu teria acesso a todas as facilitações de ψ do manto e, por isso, seria formado por uma parte constante – as ocupações do núcleo – e uma parte variável – as ocupações ocasionais ou variáveis do manto, que teriam por finalidade (ou resultado) alterar ali o curso associativo. Segundo Freud, a quantidade do eu estaria em “estado ligado”, ou seja, na passagem da excitação de um neurônio para outro, parte dela seria retida no primeiro, de modo que os neurônios permaneceriam sempre ocupados em alguma medida. A excitação em estado ligado, no entanto, só passaria a existir após a inibição do modo de associação primário, o qual se caracterizaria pelo livre fluxo da quantidade pelos neurônios, sem a retenção de nenhuma parte da excitação. Essa inibição seria inicialmente condicionada pelo que Freud considera ser uma *regra biológica*, que ele

denomina “defesa primária”. Segundo essa regra, a ocupação de representações ou de séries de representações que gerem desprazer tende a ser evitada, sendo que essa tendência seria inata e teria sido estabelecida filogeneticamente. Esse condicionamento ocorreria devido ao desprazer produzido nos processos psíquicos primários que decorrem do que Freud chama de “vivência de satisfação”, vivência esta que seria estruturante do modo de funcionamento normal do aparelho.

Vejam os como a vivência de satisfação e suas consequências são descritas por Freud. Na primeira vez em que o recém-nascido sentisse fome – isto é, na primeira ocupação de ψ do núcleo –, tal fato levaria a respostas reflexas, como o grito, o choro e a agitação motora, as quais consistem na única forma de eliminação da quantidade que o bebê possui. Essas reações, embora não sejam capazes de eliminar o desprazer, uma vez que a fonte interna de estimulação não seria cancelada, funcionariam como um meio de comunicação entre a criança e o adulto, pois faria com que este atentasse para o estado de carência do recém-nascido. Quando o adulto executasse a ação específica que a criança é incapaz de realizar por si só – por exemplo, quando a mãe oferecesse o seio à criança – os movimentos necessários para a alimentação poderiam ser executados por meio de ações reflexas (a sucção, por exemplo) e, assim, a recepção de estímulos internos cessaria, fazendo com que o desprazer desaparecesse.

É essa experiência que é chamada por Freud de “vivência de satisfação”. Como consequência dessa vivência, três coisas ocorreriam em ψ : em primeiro lugar, o desprazer decorrente da ocupação do núcleo de ψ cessaria; em segundo lugar, constituir-se-ia uma representação do objeto externo, cuja percepção fora simultânea à experiência de satisfação; e, em terceiro, formar-se-ia uma representação do movimento reflexo executado (para Freud, todos os movimentos dariam origem a excitações sensoriais que constituiriam imagens ou representações de movimento em ψ ; a posterior ocupação seletiva dessas representações por parte do eu tornaria possível a execução dos movimentos voluntários, embora

para isso se exija ainda a colaboração da consciência ou, em outros termos, dos processos ω). Entre essas duas representações de ψ do manto (a de objeto e a de movimento) e os neurônios nucleares se estabeleceria uma facilitação, devido ao fato das primeiras se terem constituído simultaneamente à ocupação de ψ do núcleo. Uma vez estabelecidas essas facilitações, quando o estado de excitação no núcleo reaparecesse, o processo excitatório seguiria o caminho por elas definido e ocuparia a representação de ψ do manto.

Esta tendência para ocupar as representações de objeto em ψ do manto é o que Freud chama de “desejo”: o desejo seria, assim, uma tendência para ocupar a representação de um objeto, e a ocupação dessa representação consistiria em uma “realização de desejo”. Na segunda ocorrência do processo (a fome, no exemplo dado), não haveria apenas uma necessidade, mas também um desejo, uma vez que o estado de carência já se teria associado à representação de um objeto, e a operação psíquica resultante, então, visaria especificamente a sua ocupação. Nesse caso, não havendo nenhuma inibição, a ocupação da representação de objeto devido à animação de desejo seria muito intensa, de modo que seriam despertados os chamados “signos de qualidade”,¹⁰⁸ como se se tratasse de uma percepção externa, ou seja, ocorreria uma alucinação. Em consequência dessa alucinação, a ação reflexa – no caso, a sucção – seria executada e, nessas condições, provocaria uma frustração: o recém-nascido se encontraria, assim, num estado de “desamparo”.

Dessa forma, para a sobrevivência do indivíduo, seria necessário haver uma alteração nessa tendência primária do processo associativo de seguir unicamente o caminho mais bem facilitado, de forma que a representação de desejo não fosse mais tão intensamente ocupada e, assim, permitisse ao eu diferenciar entre uma rememoração e uma percepção e, com isso, evitasse a ocupação das representações de movimento na ausência do objeto na realidade. Em suma, para a sobrevivência do indivíduo seria necessária a substituição do modo primário de funcionamento do

aparelho – do “processo primário”, que se caracterizaria pelo fluxo livre da quantidade através dos neurônios – por um modo mais evoluído de funcionamento – pelo “processo secundário”, que se caracterizaria pela retenção de uma parte da quantidade nos neurônios. Freud explica a inibição do processo primário a partir do que ele chama de “primeira regra biológica” – “defesa primária” –, que consistiria numa tendência a não ocupar as representações que geram desprazer, como vimos acima. Como, no ressurgimento da fome após a vivência primária de satisfação, a ocupação muito intensa da representação desejada e das imagens motoras a ela associadas provocaria uma intensificação do desprazer, a defesa primária faria com que o eu, primeiro, não mais ocupasse as representações de movimento constituídas na vivência de satisfação e, depois, faria com que ele não mais ocupasse a representação do objeto de desejo tão intensamente. Assim, os signos de qualidade não seriam mais fornecidos na ausência do objeto na realidade e, então, quando surgissem, eles atuariam como um sinal de que o objeto desejado está presente e de que os movimentos necessários para a obtenção da satisfação podem ser executados com uma boa chance de sucesso. O desamparo, com isso, poderia ser superado. Desse modo, o condicionamento do eu pela primeira regra biológica conduziria à inibição do processo primário, marcando, assim, a passagem para o secundário, a qual coincidiria com a substituição da tendência à inércia pela tendência à constância. Essa inibição faria com que certa quantidade fosse retida no núcleo, passando de energia livre à ligada e assegurando, dessa forma, a manutenção da reserva necessária para que o eu pudesse influenciar os processos associativos, de modo a evitar a produção de desprazer e a propiciar a satisfação das necessidades vitais.

Haveria, como foi dito, um terceiro sistema de neurônios – o “sistema ω ” – que estaria relacionado com a consciência. Mas, antes de analisarmos as características desse sistema, é necessário ainda esclarecer como a relação da consciência com os demais processos psíquicos é pensada no *Projeto*.

A relação entre mente e consciência no *Projeto*

No *Projeto*, Freud estende a noção de psíquico em relação à de consciência. No texto *Sobre a concepção das afasias* (1891), ele havia mantido a identificação entre o psíquico e o consciente e, nos textos sobre as neuroses do período entre 1891 e 1895, embora reconheça ser necessário atribuir os sintomas neuróticos a processos inconscientes, ele não chega a afirmar cabalmente que esses processos sejam de natureza psíquica. No *Projeto*, pela primeira vez, a possibilidade de um psíquico inconsciente é claramente admitida:

Temos tratado os processos psíquicos como algo que poderia carecer deste conhecimento através da consciência, que existe independente de tal consciência (...). Se não nos deixarmos desconcertar por isso, segue-se dessa pressuposição que a consciência não proporciona conhecimento nem completo, nem confiável dos processos neuronais; estes últimos têm que ser considerados, antes de tudo e em toda sua extensão, como inconscientes e têm que ser inferidos como as outras coisas naturais.¹⁰⁹

A consciência é concebida como algo paralelo a apenas uma parte dos processos psíquicos inconscientes. Os processos que ocorressem no sistema ω teriam concomitantes conscientes, ao contrário dos demais. Ao comentar a relação da sua concepção da consciência com relação a outras teorias, Freud afirma:

Segundo uma teoria mecanicista avançada, a consciência é um mero acessório dos processos fisiológico-psíquicos, cuja supressão não alteraria nada no decurso psíquico. Segundo outra doutrina, a consciência é o lado subjetivo de todo acontecimento psíquico, portanto inseparável do processo anímico fisiológico. Entre ambas situa-se a doutrina aqui desenvolvida. Consciência é, aqui, o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos no sistema nervoso – isto é, dos processos ω – e a supressão da consciência não deixa inalterada o acontecimento psíquico, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω .¹¹⁰

Freud considera que os processos psíquicos inconscientes sejam processos nervosos e que, por isso, eles podem e devem ser abordados de uma perspectiva científico-naturalista. Por isso, como consiste em processos físicos envolvendo partículas materiais (neurônios) e quantidades, o psíquico inconsciente estaria dentro do campo da ciência natural. Já o psíquico consciente, ao que tudo indica, estaria excluído desse campo:

Até aqui, não se levou em conta para nada que toda teoria psicológica, *além das (außer den) operações do lado científico-naturalista*, tem ainda que satisfazer uma grande exigência. Ela deve explicar-nos aquilo que conhecemos, da forma mais enigmática, através de nossa “consciência” (...).¹¹¹

A afirmação de que os fenômenos conscientes caem fora do campo das “operações do lado científico-naturalista” sugere que está sendo atribuída a esses fenômenos uma natureza distinta dos demais processos psíquicos. Isso teria como consequência a proposição de uma cisão dentro do campo da psicologia entre uma psicologia do inconsciente – que seria uma ciência natural – e uma teoria da consciência – que requereria outra espécie de abordagem, a qual, contudo, não é especificada. Esta ideia é retomada mais claramente ainda por Freud no *Esboço de psicanálise* de 1938. Nesse texto, ele retoma a ideia de concomitância entre o psíquico consciente e o inconsciente:

(...) esses processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo que não haveria alternativa a não ser adotar a suposição de certos processos físicos ou somáticos concomitantes do psíquico, aos quais parece necessário atribuir uma perfeição maior do que às séries psíquicas, pois alguns deles têm *processos conscientes paralelos* e outros não. Isso sugere pôr a ênfase, em psicologia, sobre esses processos somáticos, reconhecer neles o psíquico genuíno e *buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes*.¹¹²

Freud acrescenta que essa tomada de posição permite tratar pelo menos parte da psicologia como uma ciência natural:

Enquanto a psicologia da consciência nunca saiu daquelas séries lacunares, que evidentemente dependem de outra coisa, a concepção segundo a qual o psíquico é, em si, inconsciente permite configurar a psicologia como uma ciência natural entre as outras.^{[113](#)}

Apesar de considerar a consciência como algo paralelo a uma parte dos processos neuronais, Freud tenta, no *Projeto*, estabelecer as condições materiais da consciência, ou seja, as características dos processos físicos concomitantes a ela, que tornariam inteligível sua possibilidade. O problema de Freud, aqui, parece ser o mesmo de toda tentativa de tratar a consciência dentro de uma perspectiva materialista: se a consciência é algo distinto dos processos materiais do cérebro – da parte deles que pode ser descrita como psíquica, sobretudo –, ela não é um modo de ser, mas apenas um modo de aparecer das coisas naturais, ela não existe propriamente como um objeto do mundo. O problema todo está em inserir ou conciliar a abordagem desse modo de aparecer da “coisa” psíquica inconsciente com o encaminhamento naturalista que Freud pretende para sua teoria psicológica. Em outras palavras, o estudo da consciência não parece poder ser inteiramente conduzido por uma ciência natural da mente; contudo, de alguma maneira, deve ser compatível com esta. Para tentar dar conta de todas essas questões, Freud reconhece a necessidade de introduzir a hipótese de um terceiro sistema de neurônios – o sistema ω – do qual nos ocuparemos a partir de agora.

O sistema dos neurônios ω

Freud argumenta que é necessário propor um terceiro sistema de neurônios para dar conta da produção das sensações ou das qualidades conscientes, porque, em primeiro lugar, estas não poderiam se originar em ψ , uma vez que este sistema é responsável

pela rememoração, a qual é desprovida de qualidade.¹¹⁴ Elas também não poderiam se originar em ϕ , porque se sabe que a consciência está relacionada com os níveis mais elevados do sistema nervoso, enquanto ϕ representa um funcionamento mais primitivo – as respostas reflexas, por exemplo. Elas tampouco poderiam provir diretamente do mundo externo, pois neste haveria apenas massas em movimento. Então, conclui Freud, é preciso postular um terceiro grupo de neurônios – os quais constituiriam o sistema ω – cujos estados de excitação seriam responsáveis pela consciência. Este último sistema estaria conectado diretamente apenas a ψ ; portanto, a ordem dos sistemas, a sequência em que normalmente transcorrem os processos, seria: $\phi > \psi > \omega$.

As quantidades em ψ seriam, por definição, pouco intensas, de modo que apenas a ocupação simultânea de mais de um neurônio fosse capaz de facilitar as barreiras de contato, ou seja, de modo que esse sistema permanecesse parcialmente impermeável. Uma vez que ω poderia ser ocupado apenas a partir de ψ , a permeabilidade que caracteriza a consciência – isto é, o fato de que o sistema por ela responsável deve, como a percepção, apresentar sempre as mesmas capacidades receptivas, o que tem como condição a ausência de traços permanentes –, essa permeabilidade, enfim, deveria resultar de algo diverso da intensidade da quantidade, pois esta seria ainda menos intensa do que aquela que alcança ψ e, deste modo, seria incapaz de facilitar completamente as barreiras de contato. Esse raciocínio leva Freud a introduzir um novo elemento na teoria:

Vejo apenas uma saída: revisar a suposição fundamental sobre o decurso de $Q'\eta$. Até agora considerei este último apenas como transferência de $Q'\eta$ de um neurônio para outro. Mas ele deve ter ainda um caráter de natureza temporal, pois também aos outros movimentos de massa do mundo externo a mecânica dos físicos atribuiu esta característica temporal. Resumidamente, eu a denomino o *período*. Assim, suporei que toda resistência das barreiras de contato vale apenas para a transferência de Q , mas que o *período* do movimento neuronal

se propaga sem inibição em todas as direções, como um processo de indução por assim dizer.¹¹⁵

Assim, os neurônios ω seriam permeáveis ao período, não à quantidade, e a isto se deveria o fato de que o sistema responsável pela consciência opera sem modificar-se de forma permanente, como se requer de um aparato de percepção. Mas apenas o surgimento das qualidades sensoriais dependeria do período; as sensações de prazer e desprazer – que junto com as qualidades sensoriais formariam inicialmente a classe das sensações conscientes – resultariam diretamente da ocupação de ω por quantidade. Segundo Freud, prazer e desprazer seriam consequências, respectivamente, da diminuição e do aumento do nível de quantidade em ω (o qual, por sua vez, reflete o que acontece no restante do aparelho). Haveria um limiar acima do qual a ocupação de ω produziria desprazer e um limiar abaixo do qual ela produziria prazer. Entre esses dois limiares, ω permaneceria sensível ao período e a qualidade sensorial poderia ser percebida:

(...) os neurônios ω , com certa [potência de] ocupação, apresentam um nível ótimo para receber o *período* do movimento neuronal; com uma ocupação mais forte dão como resultado desprazer; com uma mais fraca, prazer, até que a capacidade de recepção desaparece com a falta de ocupação.¹¹⁶

O surgimento das qualidades sensoriais estaria, portanto, estritamente relacionado ao período. Essa hipótese adotada por Freud, no entanto, apresenta alguns problemas que requerem solução – ou, pelo menos, precisam ser reconhecidos e explicitados. Se a afecção dos neurônios pelo período consiste na base material da produção de qualidades sensoriais, por que apenas em ω esta surgiria? Se o período é uma propriedade da quantidade e se esta antes de chegar a ω deve passar necessariamente por ϕ e por ψ , por que as sensações conscientes não se originam a partir da ocupação desses sistemas? Freud procura responder a essa questão dizendo que o período em ψ é monótono, por isso não

haveria ali percepção de qualidades sensoriais, uma vez que estas não dependeriam apenas do período, mas das diferenças ou da variação do mesmo. Ele afirma que essas diferenças no período resultariam do fato dos órgãos sensoriais agirem como filtros, dando passagem apenas para estímulos com períodos específicos e que essa diferença seria transmitida dos órgãos sensoriais para φ , deste para ψ e daí para ω . Sendo assim, um processo que tivesse origem apenas em ψ (a rememoração ou o pensamento, por exemplo) não faria surgir a qualidade sensorial, uma vez que a ausência de diferenças no período da excitação própria deste sistema privaria a qualidade de sua base física. Freud argumenta que a recepção das quantidades endógenas que primariamente ocupam ψ não se dá através de órgãos sensoriais terminais, como acontece com a quantidade exógena. Como são esses órgãos que atuam como filtros para os períodos capazes de ser percebidos em ω , essa é mais uma razão para que processos originados exclusivamente em ψ sejam desprovidos de qualidade. Ao contrário, um processo oriundo da recepção de estímulos externos, que se propagasse de φ para ψ e daí para ω , traria consigo as variações do período que seriam decodificadas em ω como qualidades sensoriais.

Freud diferencia a *produção* de qualidades sensoriais da *percepção consciente* dessas qualidades. Para que estas fossem percebidas pelo sujeito, não bastaria o seu surgimento, pois somente quando o eu ocupasse os “signos de qualidade” fornecidos por ω a ψ , uma representação poderia ser conscientemente percebida. Essa hipótese dos signos de qualidade, contudo, é uma das mais obscuras do *Projeto*. Freud introduz essa noção para explicar como seria possível a discriminação entre uma percepção e uma rememoração. Inicialmente, ele afirma que as representações constituídas em ψ a partir de φ despertariam signos de qualidade e que estes signos permitiriam a diferenciação entre uma representação ocupada por quantidade de origem interna – uma rememoração, por exemplo – e uma representação ocupada por quantidade exógena – uma percepção. Mas, logo após introduzir esta hipótese, ele conclui que os signos de qualidade, em vez de explicarem esta discriminação, explicam a confusão entre essas

duas coisas. A confusão entre percepção e rememoração – isto é, a alucinação – resultaria do fato de que, não só no caso de ocupações oriundas de φ , mas também de ocupações muito intensas oriundas de ψ , ω forneceria signos de qualidade. Freud, então, reconhece que é necessário atribuir a distinção acima a outro fator, o que o leva a formular a hipótese de que é o condicionamento do eu pela regra biológica da defesa, como comentamos anteriormente, que permite a discriminação em questão.

Mas o que seriam, afinal, os signos de qualidade? Seriam notícias de eliminação da excitação de ω , segundo a definição proposta por Freud:

(...) uma percepção, segundo minhas pressuposições, sempre excita ω e produz assim signos de qualidade. Dito de forma mais precisa, ela excita consciência em ω (consciência de uma qualidade), e a descarga da excitação ω , [como] toda descarga, fornecerá uma notícia para ψ , que é justamente o signo de qualidade.^{[117](#)}

Em que consistiria essa eliminação de quantidade por ω ? Na descarga de excitação por meio de movimentos:

Se se apresenta a consciência por meio dos neurônios ω , isto tem várias consequências. Estes neurônios têm que ter uma descarga, por pequena que ela possa ser, e tem que existir um caminho para preencher os neurônios ω com $Q'\eta$ no ínfimo montante necessário. A descarga vai, como todas, para o lado da motilidade, no que se deve assinalar que, na circulação motora, perde-se evidentemente todo caráter qualitativo, toda especificidade do período.^{[118](#)}

Então, se os signos de qualidade são notícias em ψ da eliminação motora da excitação ω , eles só poderiam ser representações de movimento e tais representações não se diferenciariam em nada das demais representações de movimento que se constituem em ψ , pois, como Freud mesmo afirma, na via motora a qualidade

desapareceria. Dessa forma, se a consciência de uma representação perceptiva depende da ocupação pelo eu dos signos de qualidade a ela correspondentes e se tais signos são representações de movimento, qual seria a função do sistema ω ?

Freud reconhece o caráter problemático dessas ideias formuladas para explicar a base material da consciência e argumenta que isso não representa um impedimento para a continuação da teoria:

Apenas através dessas suposições complicadas e pouco intuitivas foi-me possível, até agora, incluir os fenômenos da consciência na estrutura da psicologia quantitativa. Não cabe, evidentemente, tentar uma explicação sobre como processos excitatórios nos neurônios ω trazem consigo consciência. Trata-se apenas de fazer corresponder propriedades da consciência conhecidas por nós com processos de alteração paralela nos neurônios ω . Por outro lado, isso não está mal no detalhe. [119](#)

A atividade consciente, embora restrita em relação à amplitude total do psiquismo, exerceria um papel na vida psíquica que não poderia ser desprezado (com o que Freud parece se afastar do epifenomenismo): “a supressão da consciência não deixa inalterado o acontecimento psíquico, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω ”, diz Freud. [120](#) Os signos de qualidade fornecidos pelo sistema ω é que tornariam possível tanto o acesso aos objetos necessários para a satisfação das necessidades vitais como a fuga dos objetos que geram desprazer, ou seja, esses signos seriam indispensáveis para a sobrevivência do indivíduo.

Até aqui comentamos apenas o modo como Freud concebe os processos neuronais relacionados à consciência perceptiva, mas haveria ainda uma segunda forma de consciência intermediada pela linguagem, cuja especificidade precisa ser ainda discutida, caso se queira obter um quadro abrangente da concepção freudiana da consciência, tal como se encontra desenvolvida no *Projeto*.

A relação entre consciência e linguagem

Freud atribui, no *Projeto*, a possibilidade de rememoração de uma representação à sua associação com representações de palavras. Ele argumenta que, uma vez que a consciência depende do despertar de signos de qualidade e que estes últimos provêm de percepções, para que uma representação ocupada pelo eu – logo, a partir de ψ e não de ϕ – se tornasse consciente seria necessário que, de alguma forma, ela produzisse uma percepção. Ele conclui, então, que um dos componentes da “representação de palavra” – a imagem cinestésica dos movimentos da fala – é o que satisfaria essa condição: como os movimentos produzem percepções, a ocupação da imagem cinestésica da palavra falada levaria à produção de um signo de qualidade e, assim, a “representação de objeto” a ela associada poderia tornar-se consciente.

Freud está retomando aí os conceitos de “representação de palavra” e de “representação de objeto” que haviam sido propostos em *Sobre a concepção das afasias*, de 1891. A representação de palavra, de acordo com o que Freud propusera neste último texto, seria um complexo constituído por um intrincado processo de associações, no qual estariam presentes quatro elementos: a imagem acústica, a imagem cinestésica da fala – ou glossocinestésica –, a imagem visual e a imagem cinestésica da escrita – ou quirocinestésica. A representação de objeto seria também um complexo associativo constituído por diversos tipos de imagens sensoriais. Ao falar sobre esse tipo de representação, Freud recorre à ideia de Stuart Mill, segundo a qual a representação de um objeto seria um complexo de impressões sensoriais. A ideia de um objeto existente no mundo e independente de nós seria uma crença resultante da “capacidade de expectativa” da mente humana, ou seja, a capacidade de, após ter sensações reais, concebermos que as mesmas sensações possam voltar a ser experienciadas, por nós e por outros, diante de determinadas condições e que outras sensações distintas possam ser sempre acrescentadas às anteriores. Freud propõe que a ligação entre a representação de palavra e a de objeto se daria sempre entre a imagem acústica da primeira e, normalmente, a imagem visual da segunda e propõe também que, ao menos no caso dos substantivos, é a representação de objeto que confere

significado à representação de palavra. Observe-se que a operação pela qual a representação de palavra adquire significação é simetricamente contrária àquela pela qual a representação de objeto adquire consciência, ou seja, a palavra adquire significação ao associar-se a um objeto e o objeto pode ser rememorado conscientemente ao associar-se à palavra. Isso abre uma via para que se considere, no pensamento de Freud, a relação entre *significação* e *consciência*, sendo talvez possível complementar por aí a problemática e difícil abordagem metapsicológica desta última.

No *Projeto*, ao se perguntar sobre as condições de possibilidade para que uma representação ocupada pelo eu se torne consciente, Freud recorre, então, a esses conceitos formulados em 1891. Ele formula a hipótese de que, quando a ocupação de uma representação de objeto seguisse para a imagem acústica da palavra e desta para sua imagem cinestésica, seria produzida uma percepção, a qual levaria ao despertar de um signo de qualidade, quando então a representação de objeto poderia se tornar consciente:

(...) se as imagens de recordação forem de um tipo tal que uma corrente parcial possa ir delas para as imagens acústicas e para as imagens motoras da palavra, então a ocupação das imagens de recordação é acompanhada de notícias de descarga, as quais são signos de qualidade e, com isso, também signos de cons[ciência] da re[cordação].¹²¹

Dessa forma, com a constituição das representações de palavra, os processos que ocorressem em ψ como resultado da ação do eu poderiam alcançar a consciência, surgindo, assim, a possibilidade da rememoração e do pensamento consciente. Portanto, enquanto houvesse apenas representações de objeto em ψ , os processos que aí ocorressem seriam inconscientes, com exceção dos que resultam diretamente de percepções, das representações de eliminações motoras (imagens de movimento) e das alucinações. Em todos esses casos, a consciência seria *imediata*, ou seja, decorreria única e diretamente das propriedades das percepções ou de processos

que operam no sistema como se fossem percepções. Com a linguagem, surgiria uma segunda forma de consciência: uma consciência *mediata*, isto é, intermediada pelos signos linguísticos. Sendo assim, antes da constituição das associações linguísticas, só seria possível haver pensamento consciente se este consistisse em uma ação. De fato, Freud afirma que o pensamento inicialmente consiste na ocupação de imagens de movimento e, embora ele não afirme explicitamente como o pensamento e a ação chegam a diferenciar-se a partir de certo momento, é possível inferir que o que tornaria isto possível seria a constituição das associações da linguagem, as quais permitiriam que as ações fossem conscientemente memoradas e, assim, que não fosse mais preciso agir para pensar. Isso abriria caminho para a constituição de formas de pensamento mais complexas e abstratas.

Uma vez que Freud, no *Projeto*, reconheceu de maneira explícita a natureza originariamente inconsciente do psiquismo, vejamos, agora, as consequências dessas hipóteses formuladas sobre a consciência para a noção de representação inconsciente ou, em outras palavras, como passa a ser pensada, de agora em diante, a questão da relação entre a *consciência* e a *representação*.

A relação entre representação e consciência

Para que as representações de objeto pudessem ser memoradas ou tornadas conscientes, seria então necessário que elas estivessem associadas a uma representação de palavra. Por conseguinte, antes da constituição das associações linguísticas, essas representações seriam inconscientes e, assim, a inconsciência teria que ser a condição originária dessas representações. Com a constituição dessas associações, parte das representações poderia tornar-se consciente, mas provavelmente algumas delas não seriam associadas a palavras, de modo que haveria um grupo de representações que permaneceriam “insuscetíveis de consciência” (*bewusstseinsunfähig*), conforme o termo utilizado por Breuer nos *Estudos sobre a histeria*. Outras representações poderiam também permanecer nesse estado,

mesmo que chegassem alguma vez a serem associadas a representações de palavras, devido ao bloqueio ou à interrupção dessa associação (pela defesa ou repressão, por exemplo).

Portanto, haveria três tipos de representações inconscientes: 1) aquelas associadas a representações de palavra, mas cujos signos de qualidade não fossem despertados ou não fossem ocupados pelo eu; 2) aquelas que nunca foram associadas a representações de palavra; e 3) aquelas cuja associação com a palavra estivesse impedida ou tivesse sido interrompida. No primeiro caso, embora inconscientes, as representações seriam “suscetíveis de consciência” – mais ou menos o que Freud depois designará como pré-conscientes. No segundo e no terceiro casos, elas seriam “insuscetíveis de consciência”. O último seria o caso das representações reprimidas presentes no processo de produção das neuroses. A representação inconsciente que estaria na origem dos sintomas neuróticos seria uma representação de objeto cuja associação com a representação de palavra estivesse bloqueada, para impedir sua rememoração e a conseqüente produção de desprazer dela resultante. Como disse Freud em *O inconsciente*: “A representação não apreendida em palavras (...) fica então para trás, no interior do inconsciente, como algo reprimido”.¹²² Dessa forma, já no *Projeto*, faz-se presente a hipótese de que o inconsciente não coincide com o reprimido.¹²³ As representações reprimidas – isto é, essas que tivessem sua associação com a representação de palavra impedida – constituiriam apenas uma parte da totalidade das representações insuscetíveis de consciência, pois aquelas que não chegassem a ser associadas a representações de palavra também não poderiam tornar-se conscientes. Haveria, assim, um grupo de representações que permaneceria insuscetível de consciência, devido ao fato de nunca ter sido associado a representações de palavra, e outro grupo cujo acesso à palavra existiu um dia, mas foi inviabilizado a partir de certo momento.

Em suma, segundo a teoria do *Projeto*, o campo da consciência seria restrito em relação ao da memória, e apenas uma parte das representações – aquelas que despertassem signos de qualidade e

que tivessem esses signos ocupados pelo eu – se tornaria consciente. A consciência seria, então, algo que poderia ou não se acrescentar a uma parte das representações. Antes da constituição das associações linguísticas, não haveria possibilidade de rememoração, a não ser de representações de movimento – ou no caso em que as representações fossem alucinadas, já que a alucinação é pensada por Freud como um caso extremo de rememoração.¹²⁴ Portanto, até então, só haveria consciência imediata, ou seja, resultante diretamente das propriedades da percepção. A constituição das representações de palavra traria consigo a possibilidade de uma segunda forma de consciência – uma consciência mediata – isto é, intermediada pelos signos linguísticos – ou uma consciência “secundária”, como Freud a ela se refere na *Carta 52*. Como uma parte das representações de objeto, possivelmente, jamais chegaria a ser associada a representações de palavras, poderia haver representações que permanecessem sempre “insuscetíveis de consciência”. Haveria também a possibilidade de outro grupo de representações permanecer nesse estado, não por não ter sido associado a representações de palavras, mas por ter seu vínculo com a palavra bloqueado – este seria o caso das representações reprimidas. No *Projeto*, portanto, o campo das representações insuscetíveis de consciência não coincide, de forma alguma, com o reprimido.

Esse vínculo estabelecido por Freud entre a consciência e a palavra é retomado nos artigos metapsicológicos de 1915 praticamente no mesmo sentido em que foi proposto em 1895. Embora a tentativa de Freud de explicar as características dos processos materiais correlativos à consciência não tenha obtido pleno êxito, a partir do *Projeto* é possível compreender como a relação entre a consciência, a representação e a linguagem é teorizada por Freud e como, correlativamente, a noção de representação inconsciente ganha espaço e contornos mais definidos em sua teoria.

O problema da consciência na metapsicologia freudiana posterior

Quais as questões que se colocam sobre o sentido da concepção freudiana da consciência tal como se depreende da apresentação de suas formulações no *Projeto*? Uma discussão desse tipo não é relevante somente para a compreensão desse texto, mas também do papel que a consciência deve vir a desempenhar na reflexão metapsicológica posterior, não apenas porque algumas de suas bases estão certamente já lançadas em 1895, como também porque, talvez, Freud não tenha, em nenhum outro lugar, discutido com tanto detalhe e profundidade o problema da consciência (a não ser pelo provável artigo metapsicológico sobre a consciência, escrito por volta de 1915 e depois abandonado e perdido).

Uma primeira série de dificuldades parece provir da própria hipótese dos neurônios ω . Esse sistema apresenta uma espécie de exceção ou parêntese no encaminhamento naturalista pretendido por Freud no *Projeto*: não permite nem mesmo as correlações anatómicas muito gerais estabelecidas para ϕ e ψ (o sistema perifero-espinhal e setores do córtex, respectivamente) e apresenta a capacidade excepcional de reagir e processar o período da excitação e não apenas a sua variação quantitativa. Quando consideramos a hipótese do período, fica patente a dificuldade de sustentar a *necessidade* da suposição do sistema ω . Primeiro, porque se a qualidade provém do período, ela poderia perfeitamente originar-se em ψ ; mesmo que a ocupação própria desse sistema seja “monótona”, como pretende Freud, um processo perceptivo que aí se prolongue deveria, inevitavelmente, introduzir as variações que se traduzem em diferenças qualitativas. Por que a qualidade não se produz em ψ ? Aparentemente, devido ao fato de que, aí, a intensidade da quantidade ainda é excessivamente grande para que o sistema seja sensível às diferenças de período, já que acima de certo nível a quantidade traduz-se em sensações de desprazer que como que cegam o sistema para a percepção de qualidades. Mas bastaria supor-se que, mesmo dentro de ψ , o processo excitatório experimenta, como o próprio Freud reconhece, um fracionamento progressivo que acabaria por produzir um nível de $Q'\eta$ compatível com o surgimento da qualidade. Isso permitiria consolidar a concepção da consciência como paralela a uma parte dos

processos psíquicos em si inconscientes que constituem o sistema ψ , e não aos excepcionais processos ω cuja natureza não fica bem esclarecida. Por exemplo, se a questão da permeabilidade exigida pela percepção é satisfatoriamente resolvida pela hipótese do período – ω é permeável ao período, não à quantidade –, fica, no entanto, o problema de como as barreiras de contato são aí facilitadas, de modo a permitir a ocupação mínima do sistema e a descarga motora correspondente, a qual Freud se vê obrigado a admitir, inclusive para poder sustentar a noção de “signos de qualidade”. Em suma, a tese de que o sistema dos neurônios ω constitua a sede dos processos conscientes no âmbito do aparelho neuronal parece obstaculizar a formulação de uma *concepção estritamente funcional da consciência* que Freud nitidamente persegue em determinados momentos. De fato, uma concepção desse tipo se firma – a partir de *A interpretação dos sonhos*, por exemplo – à medida que a hipótese do sistema ω se desvanece na teoria. Já na *Carta 39*, enviada para Fliess pouco depois da redação do *Projeto* (01.01.1896), o sistema ω aparece como um setor de ψ , justamente aquele setor onde a intensidade dos processos excitatórios torna-se menos intensa:

*Os neurônios ω são aqueles neurônios ψ suscetíveis de uma ocupação quantitativa muito escassa. A coincidência destas quantidades mínimas com a qualidade fielmente transferida a elas desde o órgão terminal é, de novo, a condição para a gênese da consciência.*¹²⁵

Pribram & Gill consideram que, já no *Projeto*, ω seja considerado como uma parte de ψ : “nossa atenção se concentra primeira numa *divisão de ψ* que se torna o terceiro tipo de sistema neural descrito no *Projeto*. A razão imediata para o parcelamento de ψ é a necessidade de um substrato que possa cuidar da qualidade (...)”.¹²⁶ Não nos parece, contudo, haver subsídios, no texto do *Projeto*, para sustentar essa divisão, a não ser que ψ e ω têm que compartilhar o espaço anatômico do córtex cerebral, que é o que os autores mencionados parecem ter em mente. Mas Freud argumenta claramente no *Projeto* que é necessário introduzir um *terceiro tipo*

de neurônios, além de ϕ e ψ , para dar conta do problema da qualidade.

A ideia de um sistema próprio para os processos conscientes reaparecerá depois, de forma modificada, como o “sistema percepção-consciência” da tópica psíquica freudiana, mas, então, a ausência da referência neuronal, pelo menos de forma explícita, permitirá a Freud um considerável grau de omissão quanto à sua estrutura e sua organização, contribuindo para encobrir as dificuldades aqui apontadas. Observemos, ainda, que a ideia de um sistema neuronal específico, a cujos processos a experiência consciente apenas corresponde, faz obstáculo a que a hipótese do período adquira uma significação mais original e, inclusive, afinada com as investigações contemporâneas sobre as bases neurais da consciência. De fato, Smith aponta como, de maneira até certo ponto surpreendente, a noção de período antecipa a hipótese Crick-Koch. Esta enuncia que, por sua natureza, a experiência consciente (na percepção visual, que é o caso especificamente estudado pelos autores) tem que ser instanciada por um grande número de regiões cerebrais coordenadas e atuando, momentaneamente, como uma unidade, o que faz surgir a questão sobre qual fator realiza essa sincronização (o chamado “*binding problem*”, o problema da ligação). Como solução para esse problema, eles propõem a hipótese de que os diversos circuitos de neurônios envolvidos disparam, durante certo período de tempo, numa mesma faixa de frequência, que oscilaria entre 35-75 Hz.¹²⁷ Essa hipótese aponta para uma concepção emergentista da consciência, que consistiria numa propriedade emergente que se acrescentaria aos processos mentais como resultado dessa sincronização. Mas essa leitura é flagrantemente incompatível com a ideia de que haja uma sede no cérebro para os processos conscientes, ou seja, o sistema dos neurônios ω .¹²⁸

Por outro lado, a distinção freudiana entre uma consciência imediata da percepção e uma consciência do pensamento mediada pela linguagem pode prestar-se a alguns mal-entendidos. Quando Freud afirma que, ao contrário do pensamento, a percepção traz consigo a

qualidade, tendo, portanto, um acesso imediato à consciência, trata-se somente de ressaltar que, nesse caso, não é necessária a intervenção de nenhum fator externo à percepção para que ela possa fazer-se consciente, enquanto o pensamento, que inicialmente transita apenas entre representações de objeto e imagens de movimento, requer a intervenção da linguagem para tanto. Mas a percepção não é, ela própria, um processo imediato, no sentido de que aquilo que é apreendido pela consciência seja um efeito direto ou exclusivo das propriedades do objeto externo, de modo que seja uma espécie de cópia do mesmo que se reproduz na experiência perceptiva. De fato, toda a reflexão freudiana sobre essas questões, desde seu passo inaugural em *Sobre a concepção das afasias*, caminha na direção contrária dessa ideia, tendo pensado a constituição das representações como resultado de uma série de reorganizações dos processos neurais, que vai da recepção do estímulo sensorial num extremo ao surgimento de um fenômeno psíquico consciente no outro (a formulação do conceito de um inconsciente psíquico no *Projeto* apenas atribuiu uma natureza mental a algumas etapas intermediárias deste processo). Assim, nesse caso – outro caso seria a consciência das sensações de prazer e desprazer e, mais genericamente, a dos afetos e sentimentos – a consciência seria consciência de uma representação em si inconsciente e, quando se trata da percepção, a qualidade que torna essa consciência possível é inerente ao processo e, portanto, pode ser dita “imediata”, mas a formação da representação não é, ela mesma, imediata, no sentido de que não resulta diretamente da impressão externa.

Essa perspectiva é reforçada quando, após o *Projeto*, Freud empreende o desdobramento do sistema ψ numa série de subsistemas definidos por diferentes princípios de organização, o que irá culminar no modelo espacialmente orientado de *A interpretação dos sonhos*. A concepção jacksoniana de uma atividade neural estruturada numa série de sistemas e modos de organização hierarquicamente superpostos, que vai do mais arcaico, simples e rígido ao mais evoluído, complexo e flexível, é transposta por Freud para a própria organização interna da atividade cortical,

ou seja, para aquilo que, do ponto de vista psicológico, pode ser descrito como *representações*. A partir daí, o processo psíquico deixa definitivamente de ser o concomitante do último elo da cadeia dos processos neurais e passa a ser concebido como, digamos, todo o último andar da estrutura desses processos, divisível, por sua vez, numa sequência de sistemas que descrevem as formas de organização do material representacional, sistemas constituídos ao longo do desenvolvimento do indivíduo, progressivamente mais complexos, mais evoluídos (no sentido ontogenético),¹²⁹ até que, no extremo dessa arquitetura neuropsicológica, tornem-se possíveis o pensamento e a percepção conscientes e o movimento voluntário. Dessa maneira, a consciência deixa de ser um sistema dotado de características próprias e exclusivas – o sistema *w* do *Projeto* –, para se converter em uma propriedade que se acrescenta aos processos neuropsíquicos a partir de certa etapa e de certo grau de sua organização, de sua complexidade e de sua evolução (onto e filogenética). Essa tendência se acentuará quando, com a dissolução da noção de um *sistema* inconsciente na passagem para a segunda tópica, Freud passar a referir-se a “inconsciente” e “consciente” como *qualidades psíquicas*, ou seja, como *propriedades* dos processos, mas não mais, necessariamente, como classes de processos homogêneos relacionados a sistemas psíquicos específicos. Quanto à percepção, observe-se que, desde *A interpretação dos sonhos*, fica claro, pela própria estrutura do aparelho, que o estímulo recebido pela extremidade perceptiva do mesmo, deve atravessá-lo na sua integridade, ser submetido a toda a série de transcrições e reorganizações, antes que possa se tornar consciente na extremidade oposta. Talvez o indicador mais nítido de como Freud pensa a percepção consciente como sendo possibilitada apenas por esse processo complexo de organização do material sensorial bruto seja o modo como ele aplica o conceito de *elaboração secundária*,¹³⁰ não apenas à alucinação onírica, mas à atividade perceptiva como um todo:

A culminação do processo do sonho dá-se quando o conteúdo de pensamento – regressivamente transformado e retrabalhado como uma fantasia de desejo – se torna consciente como

percepção sensorial, com o que experimenta *a elaboração secundária à qual todo conteúdo perceptivo é submetido*.¹³¹

Que o conteúdo perceptivo como um todo esteja submetido à elaboração secundária já havia sido, mais explicitamente ainda, reconhecido por Freud na *Traumdeutung*:

Nosso pensamento desperto (pré-consciente) se comporta diante de um material perceptivo qualquer exatamente como a função em questão [a elaboração secundária] diante do conteúdo do sonho. Compete-lhe, certamente, colocar em ordem esse material, estabelecer relações e adequá-lo à expectativa de uma concatenação inteligível.¹³²

Em suma, a consciência da percepção depende, tanto quanto qualquer outro processo, da organização do material segundo os princípios que regem a edificação das instâncias do aparelho psíquico, muito embora Freud não tenha alcançado a formulação de uma teoria plenamente satisfatória do *Bewußtwerden* (o tornar-se consciente), restando ainda uma ampla lacuna na explicação de como os processos psíquicos acedem à consciência e, no limite, na elaboração de um conceito plenamente definido desta última.

Com efeito, de ponta a ponta de sua obra, desde o momento mesmo em que rompeu com a identificação entre o psíquico e o consciente de que se vangloriará depois, a consciência converte-se em um problema para a metapsicologia edificada por Freud, talvez até mesmo num problema insolúvel, pelo menos nos termos em que se encontra ali formulado. No *Projeto*, Freud abre a seção sobre a consciência reconhecendo a lacuna explicativa que se estende entre esta e as hipóteses neuropsicológicas construídas para justificá-la: “*Não se pode naturalmente tentar dar uma explicação sobre como processos excitatórios nos neurônios ω trazem consigo a consciência*”.¹³³ No outro extremo de sua obra, no *Esboço de psicanálise* (1938), podemos ler:

O ponto de partida para essa indagação é dado pelo fato da consciência, *fato incomparável, que desafia toda tentativa de explicá-lo e descrevê-lo*. E, no entanto, quando se fala de consciência, sabe-se de maneira imediata o que se quer dizer com isso.^{[134](#)}

Essa passagem pode ser considerada uma espécie de reconhecimento final dos impasses a que chegou o encaminhamento dado por Freud ao problema da consciência. A aposta numa psicologia naturalista – a única aceitável segundo o ideário epistemológico freudiano – pareceu esbarrar na impossibilidade de uma naturalização da consciência, a qual, no entanto, contradiz a determinação de que uma psicologia completa deve, obrigatoriamente, dela se ocupar. Não há, enfim, uma *metapsicologia freudiana da consciência*, a não ser talvez como um programa de investigação ainda consideravelmente indefinido, restando decidir se a impossibilidade de sua abordagem nesses termos é definitiva ou provisória. É dessa impossibilidade que deve se ocupar qualquer avaliação dos limites da metapsicologia freudiana sobre este tópico específico, se se quiser medir a eficácia de sua estratégia explicativa segundo seus próprios parâmetros e, ao mesmo tempo, criar condições para vislumbrar o caminho pelo qual os impasses que se opõem à formulação de uma concepção naturalista da consciência poderiam ser superados. O fato de Freud ter ficado, na melhor das hipóteses, a meio caminho no cumprimento desse programa, contudo, não chega a ser particularmente desabonador. A via para a consecução desses objetivos e para a superação desses impasses, no que se refere à consciência, é uma coisa que o desenvolvimento contemporâneo da psicologia e mesmo o das chamadas ciências cognitivas – o mais amplo e aparentemente bem-sucedido projeto de naturalização do mental – está longe de ter demonstrado de forma inequívoca.

Referências bibliográficas

CRICK, F.; KOCH, C. Towards a neurobiological theory of consciousness. *Seminars in the Neurosciences*, v. 2, p. 263-275, 1990.

FREUD, S. *Zur auffassung der aphasien*: eine kritische studie. Leipzig: Franz Deuticke, 1891.

_____. [1894]. Die abwehr-neuropsychosen. In: _____. *Gesammelte werke*: ersten band. London: Imago, 1952. p. 57-74.

_____. [1895/1950]. Entwurf einer psychologie. In: _____. *Gesammelte werke*: nachtragsband. Frankfurt: Fischer, 1987. p. 387-477.

_____. [1900]. Die traumdeutung. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 2.

_____. [1915]. Das unbewusste. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 119-162.

_____. [1917]. Metapsychologische ergänzung zur traumlehre. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. III, p. 175-192.

_____. [1920]. Jenseits des lustprinzips. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 213-272.

_____. [1920]. Das ich und das es. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 273-330.

_____. [1938]. Esquema del psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998. v. 23, p. 133-210.

FREUD, S.; BREUER, J. [1895]. Estudios sobre la histeria. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998. v. 2.

JACKSON, J. H. [1884]. Evolution and dissolution of the nervous system. In: TAYLOR, J. (Org.). *Select writings of John Hughlings Jackson*. New York: Basic Books, 1958. p. 45-118.

PRIBRAM, K. H.; GILL, M. *O Projeto de Freud: uma reavaliação*. São Paulo: Cultrix, 1976.

SIMANKE, R. T. Cérebro, percepção e linguagem: elementos para uma metapsicologia da representação em “*Sobre a concepção das afasias*” (1891) de Freud. *Discurso*, v. 36, p. 55-94, 2006.

_____. *A formação da teoria freudiana das psicoses*. São Paulo: Loyola, 2009.

SMITH, D. L. Sigmund Freud and the Crick-Koch hypothesis: a footnote to the history of consciousness studies. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 80, p. 543-548, 1999.

STRACHEY, J. A natureza da quantidade. In: FREUD, S. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998. v. 1, p. 441-446.

[104](#) Freud ([1894] 1952, por exemplo).

[105](#) Pribram & Gill (1976).

[106](#) Strachey (1998).

[107](#) Aqui teríamos uma primeira explicação, mecânica e topográfica, da relação inversa entre intensidade e complexidade que parece se impor na concepção freudiana do aparelho neuronal ou psíquico. Mais adiante, como se verá, Freud insistirá que a consciência depende, entre outras coisas, da diminuição da intensidade dos processos no sistema ψ . Pode-se, talvez, inferir daí que ela dependa igualmente de um aumento concomitante da complexidade da organização desses processos.

[108](#) Os signos de qualidade tornariam possível a consciência de uma representação. Voltaremos a essa questão adiante, na discussão da concepção de consciência presente no *Projeto*.

[109](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 400).

[110](#) Id. *ibid.*, p. 404.

[111](#) Id. *ibid.*, p. 400, grifos nossos.

[112](#) Id. ([1938] 1998, p. 156, grifos nossos).

[113](#) Id. *ibid.*, p. 156.

[114](#) Freud fala aqui da qualidade sensorial, especificamente, e utiliza sua ausência na rememoração como argumento para recusar aos processos ψ o papel de concomitantes da experiência consciente. Mais tarde terá que se haver com o problema de que a rememoração, como qualquer forma de consciência, pressupõe alguma espécie de qualidade, cujo surgimento será então creditado à linguagem.

[115](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 402).

[116](#) Id. *ibid.*, p. 405.

[117](#) Id. *ibid.*, p. 451.

[118](#) Id. *ibid.*, p. 404.

[119](#) Id. *ibid.*, p. 403.

[120](#) Id. *ibid.*, p. 404.

[121](#) Id. *ibid.*, p. 456.

[122](#) Id. ([1915] 1982, p. 160).

[123](#) No *Projeto* estão presentes, pelo menos em esboço, uma teoria da dimensão pulsional do psíquico (a representação da estimulação endógena em ψ do núcleo) e uma psicologia dos processos do eu, em que ambos aparecem como originariamente inconscientes, de modo que o inconsciente está longe de coincidir com o reprimido. A tópica exposta em *A interpretação dos sonhos* (1900) caracteriza-se por uma ampla restrição da problemática abarcada pelo *Projeto*, em

que, entre outras coisas, a pulsão e o eu deixam de encontrar uma representação explícita no modelo do aparelho psíquico ali proposto. Desde esse ponto de vista, a tópica apresentada em *O eu e o isso* (1923) distingue-se pela retomada e pela reintegração na teoria do aparelho psíquico de pelo menos uma parte das questões postas entre parênteses após o *Projeto* – a instância pulsional (o isso, *das Es*), o eu e seu desdobramento narcísico (o ideal do eu), que originaria depois o supereu (*das Über-Ich*).

[124](#) Simanke (2009).

[125](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 437, grifos nossos).

[126](#) Pribram & Gill (1976, p. 81, grifos nossos).

[127](#) Smith (1999, p. 543-544).

[128](#) Em outro lugar (Simanke, 2006), argumentamos que é possível uma interpretação emergentista da concepção freudiana do psiquismo, a partir das teses desenvolvidas em *Sobre a concepção das afasias* (Freud, 1891). Lembremos ainda que o trabalho seminal de Crick & Koch (1990) contribuiu decisivamente para recolocar a investigação da consciência na agenda da neurociência contemporânea, de onde, na visão de Freud, pode-se dizer que ela nunca deveria ter saído.

[129](#) Para Hughlings Jackson ([1884] 1958), a estrutura dos centros nervosos estende-se da periferia sensório-motora ao córtex e reflete a evolução filogenética que torna possíveis processos que vão do puro reflexo, num extremo, ao pensamento consciente, o movimento voluntário e a linguagem proposicional, no outro. Jackson emprega a noção de representação (*representation*) – de que Freud lança mão em *Sobre a concepção das afasias*, opondo-a à projeção de Meynert – para designar a relação entre os diversos níveis de processos (ele fala de uma representação, de uma re-representação e de uma re-re-representação dos mesmos). Freud transpõe essa noção, a partir da *Carta 52*, para a relação entre os sistemas psíquicos, como que a reforçar a ideia de que a representação não

é a cópia de um objeto, mas o último estágio de um processo de reorganização dos dados sensoriais oriundos da periferia do sistema nervoso. Pode-se dizer que, com isso, *Repräsentation* (o termo empregado em *Afásias* para traduzir o conceito de Jackson) e *Vorstellung* se identificam em parte ou, pelo menos, que a segunda passa a ser um caso particular da primeira, correspondendo ao nível mais evoluído de organização dos processos nervosos.

[130](#) A elaboração secundária (*sekundäre Bearbeitung*) é a última etapa do trabalho do sonho, que introduz um mínimo de coerência no material onírico, de modo que ele possa ser rememorado conscientemente durante a vigília e posto sob a forma do relato verbal. É, por assim dizer, uma adaptação parcial dos processos do sonho às formas do pensamento consciente (ou pré-consciente), organizadas pela linguagem.

[131](#) Freud ([1917] 1982, p. 186, grifos nossos).

[132](#) Id. ([1900] 1982, p. 480).

[133](#) Id. ([1895/1950] 1987, p. 403, grifos nossos).

[134](#) Id. ([1938] 1998, p. 155, grifos nossos).

Capítulo IV - Corpo e significação na metapsicologia freudiana: das origens à linguagem de órgão esquizofrênica

Introdução

Pode-se dizer que a relação entre corpo e linguagem é um problema rigorosamente inaugural na psicanálise freudiana, a partir do momento em que Freud se pergunta como e por que um tratamento verbal – uma “*talking cure*” – pode ser eficaz na cura de sintomas somáticos, tais como os que se apresentam na histeria. Na medida em que essa cura passa essencialmente pela elucidação do sentido desses sintomas, o problema da significação se acrescenta naturalmente àquele das relações entre corpo e linguagem na teoria freudiana. Talvez uma das expressões utilizadas por Freud que ilustre de forma mais exemplar essa relação é a de “linguagem de órgão” (*Organsprache*), empregada em 1915 para descrever uma das características mais chamativas da linguagem esquizofrênica, a saber, sua referência direta e imediata ao corpo e às sensações que dele provêm. De fato, no artigo metapsicológico *O inconsciente*,¹³⁵ Freud apresenta a hipótese de que o “sistema inconsciente” é constituído pelas representações que nunca foram ou que, devido à repressão, deixaram de ser associadas a palavras. Essas representações são chamadas de “representações de coisa” (*Sachvorstellungen*). O pré-consciente seria constituído pelas “representações de objeto” (*Objektvorstellungen*), as quais consistiriam nas representações de coisa associadas às “representações de palavra” (*Wortvorstellungen*) correspondentes. Freud caracteriza, a partir disso, a linguagem esquizofrênica como uma linguagem em que o vínculo com as representações de coisa está ausente e, além disso, como uma linguagem que se refere predominantemente ao corporal. Nesse texto de 1915, no entanto,

ele não esclarece qual seria a relação entre essas duas características da alteração de linguagem presente na esquizofrenia. O objetivo deste capítulo é mostrar que algumas hipóteses apresentadas por Freud em dois de seus primeiros textos, *Sobre a concepção das afasias*¹³⁶ e *Projeto de uma psicologia*,¹³⁷ tornam mais compreensível essa relação e nos permitem compreender que, na verdade, a alteração da linguagem na esquizofrenia consiste em uma retomada daquilo que seria o significado originário das palavras. A partir disso, é possível verificar como certas concepções iniciais de Freud sobre o problema da significação em geral – e sobre as significações da linguagem em particular – se fazem presentes e estão pressupostas nas explicações fornecidas, a partir de elaborações metapsicológicas mais tardias, a respeito das características de certos fenômenos patológicos. Seria possível ilustrar, assim, o modo como, em Freud, a reflexão metapsicológica fundamenta a abordagem clínica e como esta última, por sua vez, pode justificar a primeira, na medida em que demonstra a sua aplicabilidade na elucidação de mecanismos psicológicos específicos. Ao mesmo tempo, pode-se documentar, com um exemplo concreto, como questões iniciais são constantemente retomadas em novos patamares de elaboração teórica ao longo da obra de Freud, de modo que os diversos momentos da evolução de seu pensamento são capazes de iluminar-se reciprocamente, tanto de forma prospectiva quanto retrospectiva.

A alteração da linguagem na esquizofrenia

Ao longo dos artigos metapsicológicos de 1915, Freud se pergunta, em diversos momentos, em que consistiria, afinal, a diferença entre uma representação consciente e uma inconsciente e o que acontece efetivamente quando uma representação passa de um estado a outro. Ele se pergunta, enfim, se esta passagem corresponderia a uma distinção “tópica” – isto é, se haveria duas inscrições de uma mesma representação em dois lugares psíquicos distintos – ou se corresponderia a uma distinção “funcional”, o que significaria que tal

diferenciação corresponde a dois modos de ocupação diferentes de uma mesma representação. Freud dá mostras, em algumas passagens, da disposição de aderir a essa segunda hipótese, mas acaba optando definitivamente por uma terceira, na última seção do artigo metapsicológico sobre o inconsciente. Essa terceira hipótese, na verdade, não exclui a segunda – a da distinção funcional –, mas a complementa e especifica. Nesse texto, ele conclui, a partir da observação das neuroses narcísicas,¹³⁸ que, enquanto a representação de objeto consciente abrange a representação de coisa mais a representação de palavra correspondente, a representação inconsciente se restringe apenas à representação de coisa. Diz Freud:

(...) acreditamos saber agora onde reside a diferença entre uma representação consciente e uma inconsciente. Elas não são, como acreditávamos, diversas transcrições do mesmo conteúdo em lugares psíquicos diferentes, nem diversos estados funcionais de ocupação no mesmo lugar; a representação consciente abrange a representação de coisa mais a representação de palavra correspondente, e a inconsciente é a representação de coisa somente. O sistema lcc contém as ocupações de coisa dos objetos, que são as ocupações de coisa primárias e genuínas; o sistema Prcc nasce quando essa representação de coisa é sobreocupada pelo enlace com as representações de palavra que lhe correspondem.¹³⁹

Segundo Freud, essa sobreocupação da representação de coisa, decorrente da associação desta última com a palavra, é que faria com que a excitação em estado livre fosse ligada, levando assim à substituição do processo primário pelo secundário. Por isso, as representações de coisa que não fossem associadas a palavras permaneceriam insuscetíveis de se tornarem conscientes e continuariam regidas pelo processo primário, enquanto aquelas que fossem associadas a palavras se tornariam suscetíveis de consciência e passariam a integrar os processos psíquicos secundários. As primeiras constituiriam o sistema inconsciente, e as segundas, junto com as palavras a elas associadas, constituiriam o

sistema pré-consciente. A distinção entre representações pré-conscientes e inconscientes seria, portanto, uma distinção entre dois modos de ocupação de uma mesma representação, uma vez que a representação de coisa, ao ser sobreocupada pela palavra – ou seja, ao ter sua excitação ligada – passaria a fazer parte do pré-consciente. Mas ela não se limitaria a isso, pois a representação pré-consciente possuiria um componente a mais que a inconsciente: a própria representação de palavra. Essa hipótese de que é a associação com a palavra que torna possível a consciência de uma representação já estava presente no *Projeto de uma psicologia*¹⁴⁰ e no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*.¹⁴¹ Desde aquele primeiro texto, já era possível inferir que as representações insuscetíveis de consciência são aquelas que não chegam a ser associadas a palavras ou que, devido à repressão, têm o seu vínculo com a palavra bloqueado. Em *O inconsciente*, Freud estaria apenas reapresentando essa hipótese de forma mais explícita.

Com esses elementos, Freud formula uma explicação metapsicológica para a alteração da linguagem na esquizofrenia, na última parte do artigo metapsicológico sobre o inconsciente. Na fase inicial dessa forma de patologia mental, haveria uma retirada da ocupação, tanto das representações de objeto conscientes e pré-conscientes quanto das representações de coisa inconscientes (ao contrário da repressão que atua na neurose, a qual atinge apenas o vínculo entre a representação de coisa e a representação de palavra). O sistema inconsciente e o sistema pré-consciente seriam ambos desocupados em tudo que dissesse respeito ao campo dos objetos, e a ocupação retirada seria direcionada ao eu, o que teria como consequência a restauração de um estado de narcisismo primitivo. Numa segunda etapa da doença, o eu se esforçaria em retomar as ocupações de objeto e o faria ocupando primeiramente as representações de palavra para, por meio destas, tentar alcançar novamente as representações de coisa. Quando se trata da esquizofrenia, nessa fase da doença – em que as representações de palavra estariam ocupadas, mas as representações de coisa não –, a referência aos órgãos e às inervações corporais passaria para o primeiro plano na expressão da linguagem. Esta passaria a se

referir, de forma muito mais incisiva e direta, ao corpo, se tornaria uma “*linguagem de órgão*” ou uma “*linguagem hipocondríaca*”, como diz Freud. Além disso, na esquizofrenia, em vez da linguagem ser regida pelo processo secundário, como ocorre no funcionamento psíquico normal, ela estaria submetida ao processo psíquico primário, de modo que as representações de palavra se comportam como representações de coisa. Em suma, as duas principais alterações da linguagem que caracterizam a esquizofrenia seriam a *referência ao corpo próprio* e a *submissão ao processo psíquico primário*.

Freud menciona o exemplo de um caso de esquizofrenia que lhe havia sido relatado pelo médico vienense Victor Tausk, no qual se manifesta claramente essa peculiaridade da linguagem esquizofrênica. Uma paciente de Tausk, levada à sua clínica após uma desavença com seu amante, se queixava: “*Os olhos não estão direitos, estão torcidos (verdreht)*”.¹⁴² Em seguida, a própria paciente esclarecera essa sua afirmação, expondo uma série de reprovações contra o amante: ele era um hipócrita, um simulador (*Augenverdreher*, literalmente, um *torcedor de olhos*), ele torceu os seus olhos e, agora, ela tem os olhos torcidos; esses já não são mais seus olhos, ela vê o mundo agora com outros olhos, etc. Transparece aí a ausência da ocupação das representações de coisa e a referência da linguagem ao corporal: a rejeição do objeto de amor se exprime, na linguagem, por uma série de recriminações que, por sua vez, dão a razão de ser das sensações corporais que se impõem à paciente. Mas a relação entre esses dois fatos não pode ser inteiramente compreendida apenas a partir desse texto de 1915: embora Freud procure relacionar essas alterações de linguagem à regressão narcísica que constitui o mecanismo da esquizofrenia, ele não dá nenhuma indicação de por que essa regressão deveria fazer do corpo a referência essencial da linguagem esquizofrênica. Dito de outro modo, é preciso ainda elucidar a questão de por que a desocupação das representações de coisa inconscientes (as ocupações de objeto “originárias e genuínas”, como Freud as designa) deve conduzir à “linguagem de órgão” própria dessa afecção. Restaria por explicar, além disso, a

relação entre esta linguagem de órgão e a ocupação regressiva e narcísica do eu, que constitui o mecanismo básico de toda a classe das neuroses narcísicas. Estas questões, no entanto, como já observamos acima, parecem poder ser esclarecidas a partir de dois textos inaugurais do pensamento freudiano: *Sobre a concepção das afasias*, de 1891, e *Projeto de uma psicologia*, de 1895. Vejamos, então, o que Freud desenvolve nesses textos que nos permite compreender melhor a perturbação da linguagem na esquizofrenia e os demais problemas teóricos a ela relacionados.

A origem dos conceitos de representação de palavra e representação de objeto

Em *Sobre a concepção das afasias*,¹⁴³ os conceitos de “representação de palavra” e “representação de objeto”¹⁴⁴ aparecem pela primeira vez na obra freudiana. Em seus textos posteriores, esses conceitos são retomados várias vezes, mas Freud não os define com a mesma minúcia com que o faz nesse trabalho. Em 1891, ele é levado a formular um conceito de representação que se distancia em vários aspectos daquele que predominava na psicologia e na neurologia da época. Em suma, o que Freud realiza é uma revisão crítica de algumas das principais hipóteses vigentes sobre a neurologia e a patologia da linguagem, a qual acaba implicando também em uma crítica das concepções psicológicas a elas subjacentes e na formulação de um novo conceito de representação, com o qual ele passa a operar a partir de então.¹⁴⁵

Segundo o que Freud propõe em 1891, toda representação seria o correlato psíquico de um processo cortical associativo, o qual corresponderia ao último estágio da reorganização da informação sensorial proveniente do mundo externo. Com essa hipótese, ele recusa a ideia, então predominante, de acordo com a qual a representação seria o correlato de um engrama (uma alteração morfológica hipotética do tecido cerebral produzida pela recepção de estímulos) ou de um conjunto de engramas corticais, os quais

estariam contidos cada um em uma célula nervosa singular e seriam constituídos passivamente, a partir da projeção sobre o córtex da excitação sensorial que alcançasse a periferia do sistema nervoso. Freud formula a hipótese de que a excitação sensorial sofre uma série de reordenações sucessivas, ao longo do percurso que a conduziria da medula ao córtex, reordenações estas que seriam determinadas por fatores funcionais do sistema nervoso. No córtex, elas dariam origem a um processo associativo, e este processo seria o correlato neural de uma representação. Portanto, em vez de ser algo estático – uma cópia de alguma coisa no mundo –, a representação seria sempre o correspondente dinâmico dessa coisa, que a recria segundo os princípios de organização próprios à função nervosa.

Nesse texto sobre as afasias, Freud mantém a identificação do psíquico com o consciente; ele sustenta que o fisiológico e o psíquico são “concomitantes dependentes” – noção esta formulada pelo neurologista inglês Hughlings Jackson – e que todo evento psíquico é, por definição, consciente. Dessa forma, tanto a representação de palavra como a representação de objeto seriam sempre conscientes. Mas em que consistiriam tais representações?

Segundo Freud, a representação de palavra consistiria em um complexo associativo constituído por elementos acústicos, visuais, quirocinestésicos (imagens dos movimentos da escrita) e glossocinestésicos (imagens dos movimentos da fala). A primeira imagem a se constituir seria a acústica; em seguida, a imagem glossocinestésica (da fala); depois, a visual e, por último, a quirocinestésica (da escrita). Todas essas imagens se associariam à imagem acústica e por intermédio da imagem acústica. Por isso, todas as atividades da linguagem dependeriam, ao menos inicialmente, dessa imagem, que desempenharia uma função organizadora crucial na gênese da representação de palavra. Essa hipótese sobre a representação de palavra – esclarece Freud – foi desenvolvida a partir da observação das diversas maneiras pelas quais a linguagem se desintegra em decorrência de lesões orgânicas que afetam a área da linguagem no cérebro e das

indicações que estas podem fornecer sobre o processo de aquisição das capacidades linguísticas.

A representação de objeto – que, como dissemos, corresponde ao que é chamado de “representação de coisa” no artigo metapsicológico sobre o inconsciente – consistiria também em um complexo associativo, mas este complexo não seria composto apenas por representações acústicas, visuais e cinestésicas, como a representação de palavra: outros tipos de imagens (olfativas, táteis, etc.) poderiam também integrá-lo. Além de ser constituída por uma variedade maior de elementos sensoriais, a representação de objeto, ao contrário da representação de palavra, consistiria num complexo associativo aberto, isto é, um complexo sempre capaz de receber o acréscimo de novos elementos. Uma vez que as imagens acústicas, visuais e cinestésicas de uma determinada palavra se constituíssem e se associassem, não poderia haver, segundo Freud, novos elementos a serem acrescentados àquela representação. Dito de outro modo, novas representações de palavra poderiam constituir-se e associar-se às anteriores, mas não seria possível que percepções diferentes da mesma palavra viessem a ser experienciadas. É nesse sentido que Freud afirma que a palavra, ao contrário do objeto, forma um “complexo associativo fechado”. Já com relação à representação de um objeto específico, sempre haveria a possibilidade de que, por exemplo, percepções visuais de diferentes ângulos e perfis ou percepções táteis de suas diferentes partes fossem experienciadas e, assim, acrescentassem novos elementos à representação. Essa possibilidade permanente de termos a ter novas impressões sensoriais de um mesmo objeto é o que, segundo Freud, nos levaria a crer que os objetos externos existem independentes de nós. Freud apoia esta última hipótese nas concepções de Stuart Mill. Em sua monografia sobre as afasias, ele diz:

A própria representação de objeto é também um complexo de associações composto por representações visuais, acústicas, táteis, cinestésicas e outras. Segundo o ensinamento da filosofia, a representação de objeto não contém outra coisa; a

aparência de uma “coisa”, cujas “propriedades” nos são transmitidas por nossos sentidos, se origina somente do fato de que, ao enumerar as impressões sensoriais percebidas desde um objeto, deixamos aberta a possibilidade de que uma larga série de novas impressões sensoriais se acrescente à cadeia de associações (J. S. Mill). [146](#)

A representação de palavra se associaria à representação de objeto sempre por meio do elemento acústico da primeira e, normalmente, a partir do elemento visual da segunda. Freud afirma que, ao menos no caso dos substantivos, é a representação de objeto que atribui significado à representação de palavra. Contudo, em 1891, ele não chega a formular nenhuma hipótese sobre como as representações de objeto adquiririam seu significado. No entanto, no *Projeto de uma psicologia* – escrito em 1895, mas publicado postumamente em 1950 – essa questão começa a ser retrabalhada e mais bem esclarecida. O passo seguinte, portanto, é verificar o que Freud diz aí sobre o surgimento do significado das representações de objeto.

O significado originário das palavras e dos objetos

No *Projeto de uma psicologia*, Freud deixa de identificar o psíquico com o consciente. A consciência passa a ser pensada como algo restrito em relação ao campo da representação e como algo posterior em relação à constituição desta última. Freud identifica, então, o psíquico inconsciente com os processos nervosos que, em *Sobre a concepção das afasias*, eram considerados como sendo os concomitantes fisiológicos do psíquico e, assim, a representação, em vez de ser concebida como o concomitante psíquico de um processo cortical associativo, passa a corresponder ao próprio processo cortical, naquilo em que este admite uma descrição funcional a partir de categorias psicológicas. A consciência seria algo que acompanharia apenas uma pequena parte desse processo associativo que constituiria a representação.

Freud retoma a noção de representação de palavra, no *Projeto*, para explicar a possibilidade da rememoração de uma representação. De acordo com o que ele aí propõe, antes da constituição das associações linguísticas – tanto das associações que vinculam palavra e objeto quanto das que constituem a própria representação de palavra –, as representações de objeto não poderiam ser rememoradas: elas permaneceriam insuscetíveis de se tornarem conscientes pela via do pensamento normal. Com exceção da percepção, apenas por meio da alucinação os objetos poderiam se tornar conscientes. A associação com a palavra é que tornaria as representações de objeto suscetíveis de consciência pela via comum do pensamento. Freud argumenta que, uma vez que a consciência depende do despertar de “signos de qualidade” – os quais surgiriam a partir das percepções, isto é, a partir das ocupações do aparelho por excitações exógenas –, para que uma representação ocupada desde o interior do aparelho pudesse se tornar consciente num processo de rememoração seria preciso que uma percepção fosse produzida junto com a ocupação dessa representação. Ele, então, conclui que é a imagem cinestésica da representação de palavra que torna isso possível, pois a ocupação de tal imagem conduz a uma inervação motora, por mínima que seja, a qual, como todo movimento, produziria uma percepção. Quando a ocupação da representação de objeto seguisse para a imagem acústica da palavra e desta para sua imagem cinestésica, uma percepção seria produzida e, conseqüentemente, seria emitido um signo de qualidade associado à ocupação da totalidade desse complexo. Dessa forma, as representações de objeto poderiam ser rememoradas por intermédio das associações linguísticas:

(...) se as imagens de recordação forem tais que uma corrente parcial possa ir de uma delas para as imagens acústicas e para as imagens motoras da palavra, então, a ocupação das imagens de recordação é acompanhada de notícias de eliminação, que são os signos de qualidade, e que, em conseqüência, também são signos de consciência da recordação.¹⁴⁷

Em *Sobre a concepção das afasias*, como vimos, Freud afirmara que as representações de objeto é que atribuem significado às palavras – aos substantivos, pelo menos –, mas ele não considera o problema de como as primeiras adquiririam seu significado. É no *Projeto* que essa questão é abordada e que uma hipótese explicativa é proposta: a de que, originariamente, para compreender o sentido de uma representação de origem externa, é necessário rastreá-la até uma ocupação corporal. Na fase inicial do que Freud aí designa como “juízo” – isto é, do processo de reconhecimento dos objetos pela comparação entre objetos percebidos e rememorados –, este se empenharia em rastrear as percepções de origem exógena até ocupações oriundas do próprio corpo. Tal processo consistiria, portanto, em uma tentativa de encontrar um caminho que levasse das representações de objeto constituídas no sistema de memória do aparelho neuronal (o que Freud denomina o sistema ψ do manto) pela excitação proveniente do sistema perceptivo (sistema ϕ) até ocupações originadas na parte do sistema de memória que estaria em contato direto com o interior do corpo (o chamado sistema ψ do núcleo). Diz Freud:

O julgar – mais tarde, um meio para *reconhecer* o objeto que talvez tenha importância prática – é, assim, em sua origem, um processo associativo entre ocupações oriundas do exterior e ocupações provenientes do próprio corpo, *uma identificação entre notícias ou ocupações de ϕ e de dentro*.¹⁴⁸

Essa relação proposta por Freud entre uma representação de objeto e uma sensação corporal representada no núcleo do sistema ψ , que lhe conferiria primariamente seu significado, se explica pelo papel que a teoria desenvolvida no *Projeto de uma psicologia* atribui às duas vivências fundamentais – a *vivência de satisfação* e a *vivência de dor* – na estruturação dos processos psíquicos, dos quais constituem as duas ordens de motivação fundamentais. Em outras palavras, todo processo de pensamento é, na origem, um processo voltado para o encontro (ou reencontro) do objeto de satisfação – o objeto cuja percepção assinalou o início da vivência de satisfação e cuja representação constitui-se desde então em objeto de desejo –

e para a evitação do objeto hostil – aquele cuja percepção assinalou o início da vivência de dor e que se constituiu, desde então, em objeto da defesa psíquica. Deste modo, “objeto de desejo” e “objeto hostil” são as duas significações originárias de qualquer representação de objeto, das quais qualquer outra significação deve derivar.¹⁴⁹ O critério para atribuir-lhe uma ou outra depende de que sensação corporal associada à percepção – e, secundariamente, à rememoração – da representação seja prazerosa ou desprazerosa. Mais precisamente, depende de que o surgimento do objeto tenha assinalado o fim ou o início de um estado percebido como desprazeroso.

Na verdade, as coisas são um pouco mais complicadas, pois Freud reconhece que, de início, o pensamento não pode incluir representações desprazerosas.¹⁵⁰ O encontro com uma representação pertencente à série que se origina na representação do objeto hostil ocasionaria uma liberação de afeto (desprazer) que apenas sinalizaria para o pensamento que aquele não é um caminho para reencontrar o objeto de desejo e que o processo associativo deve tomar outra direção. Esses desvios impostos ao pensar pelo cruzamento com as séries psíquicas derivadas da representação do objeto hostil configuram o que Freud chama de “perturbação do pensamento pelo afeto” que, quando se tratar dos derivados deste tipo específico de representação hostil que constitui o trauma psíquico, terá um papel importante na explicação da neurose que Freud extrai dessas considerações psicológicas mais gerais. Apenas o surgimento da linguagem e o surgimento do sistema de associações que a vincula às representações de objeto permitirão que o pensamento possa operar com representações que remetam a experiências desprazerosas. Em outras palavras, apenas a linguagem irá permitir que o pensamento confira significado às representações hostis, concepção na qual podemos localizar um dos fundamentos metapsicológicos da cura psicanalítica e, talvez, as origens do conceito de *elaboração* (*Bearbeitung* ou *Durcharbeitung*) com que Freud trabalhará posteriormente.

Se, em sua origem, portanto, as representações de objeto adquirem significado a partir da sua associação com representações corporais (as representações dos estados internos do organismo, como Freud sustenta no *Projeto*) e se as representações de palavra adquirem significado a partir da sua associação com os objetos (tal como consta no ensaio sobre as afasias), pode-se inferir que, ao denotarem objetos, as palavras, em última instância, denotam sensações corporais. Assim, na esquizofrenia, quando as palavras passam a se referir diretamente ao corporal, elas estão, na verdade, resgatando o sentido originário das palavras. E isso ocorre justamente devido à retirada da ocupação das representações de coisa, à regressão narcísica que caracteriza esta afecção psíquica. Na ausência do elo intermediário entre as palavras e as sensações corporais – isto é, das representações de coisa –, o vínculo entre as palavras e o corporal torna-se direto. As palavras passam a denotar diretamente as sensações corporais e, dessa forma, o sentido originário das palavras volta a transparecer.

O mecanismo da esquizofrenia é concebido por Freud como uma versão exacerbada da conversão histérica,¹⁵¹ mas, ao contrário dos sintomas histéricos, os sintomas esquizofrênicos não apresentam um caráter simbólico ou de formação substitutiva. Na histeria, as ocupações das representações de coisa persistem; é o vínculo destas com palavras que se encontra inacessível e é nisso em que consiste a repressão. Os sintomas conversivos surgem, então, no lugar das palavras ausentes, isto é, surgem como símbolos das representações de coisa reprimidas, no sentido em que Freud, na segunda parte do *Projeto*, fala de uma formação patológica de símbolos na neurose e do sintoma como um símbolo do trauma, mas um símbolo do qual o sujeito perdeu a referência da coisa que ele simboliza. É justamente essa intermediação da coisa que não existe na esquizofrenia e, nessas circunstâncias, as palavras passam a se referir diretamente ao corporal. Nesse caso, não há relação simbólica, as palavras manifestam diretamente o seu significado originário: encontram-se, por assim dizer, “literalizadas” e são tratadas como coisas. Seu significado, como fica claro então, está sempre, em última instância, relacionado ao corporal. Essa

relação originária entre a linguagem e as sensações corporais é afirmada também por Gabbi Junior, que observa como ela se manifesta também nos sonhos. Após comentar a mesma passagem dos *Estudos sobre a histeria* mencionada abaixo, o autor acrescenta:

Freud sugere, assim, um momento na constituição das palavras em que elas tinham um sentido literal, ou seja, correspondiam literalmente a uma sensação corporal. (...) No sonho, como há um retorno a um estado primitivo do aparelho psíquico, as noções de objeto e de palavra retomam sua correspondência mais direta. Durante a vigília, as noções de palavras são transcrições que se tornaram tão metafóricas das sensações corporais, que não nos damos conta dessas características.¹⁵²

Observe-se que a descrição do sonho como fenômeno narcísico no *Complemento metapsicológico à teoria do sonho*¹⁵³ reforça a ideia de que essas concepções estão pressupostas na explicação das alterações de linguagem esquizofrênicas. Freud explicita essa ideia ao discutir, nos *Estudos sobre a histeria*, o papel da linguagem na sintomatologia histérica, naquilo em que ela aí se assemelha, *mutatis mutandis*, ao que ocorre na esquizofrenia. Ele afirma, por exemplo, ao se referir ao caso de Cäcilie, apresentado no fim do relato do caso de Elizabeth von R.:

Ao tomar literalmente a expressão linguística, ao sentir o “espinho no coração” ou a “bofetada”, após uma desfeita tomada como um evento real, a histérica não está tomando liberdades com palavras, mas voltando a animar as sensações às quais a expressão linguística deve sua justificação (...). Todas essas sensações e inervações pertencem à “expressão das emoções”, que, como Darwin nos ensinou, consiste em operações originariamente significativas e apropriadas; por mais que hoje se encontrem, na maioria dos casos, debilitadas, a tal ponto que sua expressão linguística nos parece uma transcrição figurada, é muito provável que tudo isto, antigamente, fosse entendido literalmente. A histeria acerta

quando restabelece para suas inervações mais intensas o sentido originário da palavra.¹⁵⁴

Então, ao passar a se referir ao corporal, a linguagem esquizofrênica estaria resgatando o significado originário das palavras, o qual permanece velado no funcionamento psíquico normal. Sendo assim, não é a patologia que atribui um sentido figurado às palavras; ao contrário, ela restabelece o sentido literal destas, o qual se encontra obscurecido nos processos psíquicos normais do estado de vigília. Estes sim acabam atribuindo um sentido figurado às palavras, na medida em que novos elos das séries associativas se intercalam e tornam cada vez mais distante a denotação originária da representação psíquica das sensações corporais.

O obscurecimento do significado originário das palavras no funcionamento psíquico normal

A forma como Freud concebe o processo de constituição das representações em *Sobre a concepção das afasias* fornece-nos uma pista para compreendermos por que, no funcionamento psíquico normal, esse significado originário das palavras e dos objetos permanece oculto e por que sua relação com o corpo torna-se indireta. Freud formula sua hipótese sobre o processo de constituição da linguagem, nesse texto, em oposição a uma hipótese sustentada pelo neurologista alemão Theodor Meynert. Segundo Meynert, a aquisição da linguagem consistiria em um processo de expansão topográfica. Haveria no córtex “lacunas funcionais” – ou seja, áreas desprovidas de função –, as quais iriam sendo preenchidas pelas imagens linguísticas no decorrer da aquisição da linguagem. Dessa forma, os correlatos neurofisiológicos das palavras possuiriam cada uma uma localização independente no córtex; com isso, os processos associativos seriam secundários e dependeriam da localização. Freud procura demonstrar que essas hipóteses de Meynert são insustentáveis, argumentando que o modo como a linguagem se desintegra nas

patologias orgânicas do sistema nervoso – isto é, nas afasias – não é compatível com essas concepções sobre o processo de aprendizagem e aquisição da linguagem. Se a hipótese de Meynert fosse correta, seria possível, no caso de uma lesão na área da linguagem, que apenas as representações localizadas na região da lesão fossem prejudicadas, enquanto todas as demais permanecessem intactas e, com elas, os processos dos quais participam. Seria possível, por exemplo, que a língua materna fosse prejudicada e uma aprendida posteriormente permanecesse intacta ou que uma afasia sensorial (incapacidade de compreender a linguagem ouvida) ocorresse sem nenhum prejuízo da expressão pela fala. Mas isso nunca ocorre, observa Freud, como foi notado pelos próprios pesquisadores que sustentam essas ideias. A desintegração da linguagem, devido às alterações orgânicas do sistema nervoso, sempre produz uma “regressão funcional” que resulta num distúrbio global da atividade nervosa. Os elementos da linguagem sempre são prejudicados na ordem dos mais recentes para os mais antigos ou dos menos usados para os mais usados. Uma língua posteriormente aprendida sempre é afetada antes que a materna, a não ser que a primeira tenha sido mais utilizada que a segunda, exemplifica Freud.

Com base nessas observações e na crítica do modo como a noção de “lacunas funcionais” foi inferida, Freud conclui que a aquisição da linguagem deve consistir em um processo de “sobreassociação” (*Superassoziation*). Todas as representações de palavra se estabelecem na mesma área: na área da linguagem (*Sprachegebiet*), concebida como uma região cortical homogênea, onde tudo que ocorre é determinado pelas relações entre os processos, e não mais por diferenciações anatômicas. Essas representações associam-se umas às outras – ou melhor, se sobreassociam, na medida em que, segundo esse conceito, cada novo elemento acrescentado à cadeia associativa produz uma alteração na significação funcional do todo. Uma vez que as representações se sobreassociam, várias séries associativas se constituiriam, possuindo, como um todo, a mesma significação originária, a qual no entanto, seria progressivamente encoberta

pelas reordenações posteriores. Dessa maneira, para chegarmos ao significado primordial das palavras, seria preciso percorrer a série associativa no sentido inverso ao de sua constituição, até se alcançar a representação de objeto que elas originariamente nomeiam e, a partir desta, a representação corporal que estaria na base de toda a cadeia associativa.¹⁵⁵

Freud se refere às representações de coisa do inconsciente, no artigo metapsicológico sobre o inconsciente, como as “ocupações de objeto primárias e genuínas”.¹⁵⁶ Essas ocupações primárias e genuínas talvez sejam aquelas correspondentes às representações de coisa primárias, mais diretamente ligadas ao corporal, as quais constituiriam a base das cadeias associativas. Podemos imaginar que, ao longo do processo de sobreassociação, o significado das palavras vai-se modificando, devido à influência dos novos vínculos associativos que se estabelecem, de maneira que esse significado originário, relacionado ao corporal, se dilui e permanece irreconhecível no processo psíquico normal, apenas voltando à tona, de forma particularmente visível, nos sonhos e em algumas das patologias psíquicas, como a histeria e a esquizofrenia, destacadas especialmente por Freud.

Considerações finais

Esses dois textos freudianos iniciais – o *Projeto* e o ensaio sobre as afasias – nos permitem, portanto, compreender por que, na esquizofrenia, a desocupação das representações-coisa tem como consequência que a linguagem se torne “linguagem de órgão”, como diz Freud em *O inconsciente*. Esses textos esclarecem por que, na ausência das representações de coisa, as palavras passam a denotar sensações corporais e nos esclarecem também que essa referência ao corporal não é algo arbitrário ou acidental, mas sim uma retomada do sentido originário das palavras, o qual permanece oculto na normalidade, devido, provavelmente, à série de associações posteriores que vem sobrepor-se àquelas associações primordiais. Dessa forma, podemos compreender não apenas como

a patologia retoma o significado originário das palavras, mas também por que esse significado originário é obscurecido no funcionamento psíquico normal.

Embora essas observações apontem para a permanência, em sua obra posterior, das concepções iniciais de Freud sobre a natureza e a significação da linguagem, uma série de questões fica ainda em aberto sobre o sentido destas últimas e precisam ser mencionadas aqui, ainda que a título muito preliminar e como sugestão para desenvolvimentos futuros. Dois problemas se destacam: em primeiro lugar, o da relação entre essa regressão funcional da linguagem onírica e psicótica a uma denotação da representação psíquica de sensações corporais e o caráter narcísico do sonho e das psicoses; em segundo, se a teoria da significação que podemos encontrar em Freud efetivamente se restringe a essa concepção denotativa e, nesse sentido, nominalista que se pôde constatar até agora.

O primeiro ponto coloca em questão o sentido do *conceito de eu* na metapsicologia freudiana, já que o narcisismo secundário do sono e da psicose significa um retorno das ocupações de objeto para o eu. A pergunta é por que esse retraimento deve-se fazer acompanhar de um retorno das significações originariamente corporais da linguagem. Trata-se de uma pergunta cuja resposta não pode deixar de levar em conta que, para Freud, *o eu é, antes de tudo – e, talvez, sobretudo –, um eu corporal*. Sabemos que o conceito de eu é essencial desde os primórdios da teoria freudiana das neuroses, no papel de polo defensivo do conflito neurótico. Ele recebe uma primeira formulação metapsicológica nas páginas do *Projeto de uma psicologia*, para depois desaparecer da tópica freudiana até o aparecimento da teoria estrutural do aparelho psíquico em *O eu e o isso*, impulsionado pelo desenvolvimento da teoria do narcisismo que o coloca de novo no centro da reflexão metapsicológica.¹⁵⁷ Nessa sua formulação inicial, o eu é definido como se constituindo a partir da ocupação constante dos neurônios nucleares por quantidades endógenas resultantes das diversas operações metabólicas do organismo. Assim, quando Freud se pergunta quais

fatores são necessários para modificar os processos primários da alucinação de desejo e da defesa reflexa, ele reconhece que é necessário postular uma organização psíquica ainda não descrita, mas pressuposta na abordagem anterior desses processos, daí concluindo:

Essa organização chama-se o “eu” e pode facilmente ser apresentada pela consideração de que, com regularidade, se repete a recepção de Qn’s endógenas em determinados neurônios (do núcleo) e de que o efeito de facilitação decorrente daí resulta em um grupo neuronal cuja ocupação é constante e correspondente, portanto, ao portador do armazenamento exigido pela função secundária.¹⁵⁸

O eu do *Projeto* é, assim, na origem, um eu corporal, resultante da representação psíquica dos processos somáticos no núcleo do sistema ψ , que forma sua parte constante à qual vêm se acrescentar partes variáveis, a partir do momento em que o eu passa a incluir seletivamente em si certas representações de objeto de origem externa que se formam no manto desse mesmo sistema, com exclusão de outras. São esses processos que, em 1923, Freud descreverá como: 1) a constituição do eu a partir do isso (*Es*) pelo contato com a realidade e 2) repressão, respectivamente. De fato, embora a reabilitação do conceito a partir da proposição da teoria do narcisismo não tenha feito referência explícita à natureza corpórea originária do eu, essa característica é explicitamente reconhecida no momento em que o eu é oficialmente reintegrado à tópica freudiana, em 1923. Quando, em *O eu e o isso*, Freud está empenhado em afirmar a origem do eu a partir da percepção – em outras palavras, a partir do contato entre o isso (*Es*) e a realidade –, ele observa como o corpo próprio é, ele mesmo, uma fonte de percepções internas e externas, participando por isso decisivamente da gênese do eu. Uma vez introduzido, esse fator complementar é imediatamente trazido para o primeiro plano: “O eu é, antes de tudo, um eu corporal; ele não é apenas um ser de superfície, mas sim, ele mesmo, a projeção de uma superfície”.¹⁵⁹ E, a seguir, em uma nota de rodapé acrescentada à edição inglesa:

Isto é, o eu é, em última instância, derivado de sensações corporais, principalmente daquelas provenientes da superfície do corpo. Ele deve ser considerado, então, como a projeção mental da superfície do corpo, além de representar, como vimos acima, a superfície do aparelho psíquico.¹⁶⁰

Mais adiante ainda, Freud acrescenta: “É como se, deste modo, nos fosse demonstrado o que dissemos há pouco sobre o eu consciente: que ele é, antes de tudo, um eu-corpo (*ein Körper-Ich*)”.¹⁶¹ Essa afirmação abre uma via para que se possa pensar a relação entre a natureza originariamente corporal do eu e o surgimento da consciência. Um ponto de vista semelhante, embora desenvolvido sem nenhuma referência explícita a Freud, pode ser encontrado no livro de António Damásio sobre o problema da consciência, se pudermos aproximar o que ele chama de *self* do eu freudiano:

Cheguei à conclusão de que o organismo, conforme representado no interior do cérebro, é um provável precursor biológico daquilo que finalmente se torna o elusivo sentido do *self*. As raízes profundas do *self* complexo, que abrange a identidade e a individualidade, encontram-se no conjunto de mecanismos cerebrais que, de modo contínuo e *inconsciente* mantém o estado corporal dentro dos limites estreitos e na relativa estabilidade requeridos para a sobrevivência. Esses mecanismos representam continuamente, de modo inconsciente, o estado do corpo vivo, em suas numerosas dimensões. Denomino *proto-self* o estado de atividade no conjunto desses mecanismos, o precursor inconsciente dos níveis do *self* que aparecem em nossa mente como os protagonistas conscientes da consciência: *self* central e *self* autobiográfico.¹⁶²

Daí que a retração narcísica das ocupações dos objetos para o eu resulte em que a linguagem torne a denotar diretamente as representações do corpo e de suas afecções, na medida em que é exatamente nisso que consiste o núcleo do eu para o qual as ocupações psíquicas são direcionadas nos estados narcísicos.

Dessa maneira, seria possível conciliar e integrar numa formulação conceitual única as diversas características atribuídas por Freud à esquizofrenia em 1915: o abandono das ocupações objetais, a ocupação narcísica do eu e o ressurgimento das significações literalmente corporais na *Organsprache* esquizofrênica.

O segundo ponto – isto é, se a teoria freudiana se limita a pensar a origem das significações da linguagem numa operação denotativa de nomeação de objetos – requer uma elaboração mais extensa e será abordado muito preliminarmente aqui, com o único intuito de apontar algumas direções de reflexão. Gabbi Junior,¹⁶³ de fato, considera que, da teoria dos nomes de Stuart Mill, Freud teria retido tão somente sua concepção sobre as funções denotativas da linguagem, desconsiderando a possibilidade de que as palavras possam também significar conotativamente. Isso significaria uma recusa em incluir as propriedades dos objetos no elenco das coisas nomeáveis ou, em sentido inverso, uma recusa de que os adjetivos possam ser considerados como nomes. Seria esse o sentido da afirmação de Freud, em *Sobre a concepção das afasias*, de que a palavra adquire seu significado através de sua ligação com a representação de objeto, “pelo menos se limitamos nossa consideração aos substantivos”.¹⁶⁴ Mas talvez essa afirmação possa ser interpretada numa outra direção, a saber, que a restrição colocada por Freud quer dizer que a relação da representação de objeto com a representação de palavra que a nomeia é apenas uma parte do problema da significação (o que se refere à significação dos substantivos), de modo que os demais aspectos do problema devam ser resolvidos de outras maneiras. Estas maneiras não são explicitadas, mas talvez possam ser inferidas do modo como a linguagem e a representação em geral são tratadas em outras partes da obra de Freud.

A ideia que propomos aqui – a título de conclusão e como um programa para futuras investigações – é que a operação pela qual a representação de palavra se vincula à representação de objeto (a nomeação propriamente dita) talvez seja apenas a parte mais visível do processo de constituição da significação, a “ponta do iceberg”,

por assim dizer. Contudo, ela pressuporia toda uma série diferente de operações que aí permanecem implícitas, mas que poderiam ser explicitadas a partir de desenvolvimentos teóricos encontráveis nesse e em outros trabalhos de Freud. Provisoriamente, poderíamos caracterizar essas operações como sendo as seguintes:

1) *O processo de constituição da representação de palavra*, descrito por Freud em *Sobre a concepção das afasias*, quando analisa o processo de aquisição da linguagem, tendo por eixo o conceito de sobreassociação, e no *Projeto de uma psicologia*, quando discorre sobre a função secundária de comunicação que adquire o choro reflexo do recém-nascido, a importância que a partir daí adquire a imitação da fala do próximo, entre outras questões.

2) *O processo de constituição da representação de objeto*, delineado já no ensaio sobre as afasias e desenvolvido, do *Projeto* em diante, em quase todos os momentos em que o problema do objeto se coloca, aí incluído o modo como a representação adquire primariamente sua significação mediante a conexão com as sensações corporais e o que Freud depois chamará de representantes de pulsão.

3) *O estabelecimento das relações das representações de palavra entre si*, ou seja, o regime das relações formais da linguagem e da organização desta como um sistema, que talvez nunca tenha sido problematizado explicitamente por Freud, mas parece pressuposto no modo como ele explora as relações verbais em suas análises de lapsos, chistes, sintomas e sonhos. É claro que, para reconhecer a importância desse aspecto, não é necessário transformar Freud num protoestruturalista, como já se ressaltou acima.

4) *O estabelecimento das relações das representações de objeto entre si*, em outras palavras, os princípios que presidem à formação das associações de objeto, já mencionadas em *Sobre a concepção das afasias*. De certa forma, todos os princípios associativos (simultaneidade, contiguidade, causalidade, etc.) que regem a formação dos diversos sistemas mnêmicos com que Freud opera de

1896 em diante podem ser considerados como modos de constituição das relações entre representações de objeto.

5) Finalmente, *a associação entre a representação de palavra e a representação de objeto*, ou seja, a operação descrita em 1891 no último capítulo do ensaio sobre as afasias. O surgimento desse nexo arremataria todo esse processo, se consideramos a linguagem como princípio formal de organização do sistema pré-consciente e levamos em conta que Freud, em 1915, como vimos, passa a denominar representação de objeto ao complexo formado pela representação de coisa mais a representação de palavra.¹⁶⁵

Em suma, talvez a consideração das implicações de todas essas operações inter-relacionadas e do modo como concorrem para a constituição de um sistema psíquico capaz de linguagem possa dar um aspecto menos simplista à concepção freudiana da significação e tornar compreensível como, de um conjunto originário de significações corporais, pode-se derivar todas as complexidades do fenômeno linguístico, além de fazer justiça ao uso criativo que a psicanálise freudiana faz da linguagem, tanto na prática terapêutica quanto na explicação dos mais diversos acontecimentos psíquicos, individuais e socioculturais.

Referências bibliográficas

CAROPRESO, F. O conceito freudiano de representação em “Sobre a concepção das afasias”. *Paidéia – Cadernos de Psicologia e Educação*, v. 13, n. 25, p. 13-26, 2003.

_____. Compulsão à repetição: do “Projeto de uma psicologia” ao “Além do princípio do prazer”. *Natureza Humana: Revista de Filosofia e Psicanálise*, v. 8, p. 129-140, 2006.

CAROPRESO, F.; SIMANKE, R. T. Compulsão à repetição: um retorno às origens da metapsicologia freudiana. *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 2, p. 207-224, 2006.

DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FREUD, S. *Zur auffassung der aphasien*: eine kritische studie. Leipzig: Franz Deuticke, 1891.

_____. [1895/1950]. Entwurf einer psychologie. In: _____. *Gesammelte werke*: nachtragsband. Frankfurt: Fischer, 1987. p. 387-477.

_____. [1900]. Die traumdeutung. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 2.

_____. [1915]. Das unbewusste. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 119-164.

_____. [1917]. Metapsychologische ergänzung zur traumlehre. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 175-191.

_____. [1923]. Das Ich und das Es. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 273-330.

_____. *Zur auffassung der aphasien*: eine kritische studie. Frankfurt: Fischer, 1992.

FREUD, S.; BREUER, J. [1895]. Studien über hysteria. In: Freud, S. *Gesammelte werke*. London: Imago, 1952. v. 1, p. 75-312.

GABBI JUNIOR, O. F. *Notas a projeto de uma psicologia*: as origens utilitaristas da psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LACAN, J. *Le séminaire*. Livre III: Les psychoses. Paris: Seuil, 1981.

MEZAN, R. *Freud*: a trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 1982.

SIMANKE, R. T. *A formação da teoria freudiana das psicoses*. São Paulo: Loyola, 2009.

[135](#) Freud ([1915] 1982).

[136](#) Id. (1891).

[137](#) Id. ([1895/1950] 1987).

[138](#) A expressão “neurose narcísica” foi introduzida correlativamente aos primeiros desenvolvimentos sobre o narcisismo e acabou por ser paulatinamente abandonada após a elaboração da segunda tópica, cujos desenvolvimentos permitiram a Freud pensar a patologia em termos de uma oposição entre neuroses e psicoses (esta última categoria incluindo quase tudo anteriormente descrito como neurose narcísica, com exceção da melancolia). Freud descreve quatro modalidades principais de neuroses narcísicas: a paranoia, a esquizofrenia, a melancolia e a confusão alucinatória (SIMANKE, 2009). Nelas, o processo narcísico de desocupação das representações de coisa faria com que as representações de palavra se comportassem como aquelas, explicando assim as peculiaridades da linguagem nessas afecções e evidenciando a importância dessa distinção no estabelecimento das relações entre o inconsciente e o pré-consciente/consciente.

[139](#) Freud ([1915] 1982, p. 160).

[140](#) Id. ([1895/1950] 1987).

[141](#) Id. ([1900] 1982).

[142](#) Id. ([1915] 1982, p. 156).

[143](#) Id. (1891).

[144](#) O que Freud chama de representação de objeto em *Sobre a concepção das afasias* corresponde ao conceito de representação de coisa mencionado no texto *O inconsciente*. Nesse texto, como vimos, Freud chama de representação de objeto o par constituído pela representação de palavra e a representação de coisa a ela associada.

[145](#) Para uma visão mais detalhada da crítica que Freud empreende à teoria localizacionista das afasias e de suas consequências para a noção de representação, ver Caropreso (2003).

[146](#) Freud (1891, p. 122).

[147](#) Id. ([1895/1950] 1987, p. 456).

[148](#) Id. *ibid.*, p. 429.

[149](#) Esta é a forma específica como se apresenta em Freud a concepção empirista – que ele, como vimos, compartilha com Stuart Mill –, segundo a qual o que designamos como objeto só pode consistir num conjunto de sensações, cuja correspondência a uma existência real e externa só pode ser resultado de uma inferência ou crença. O utilitarismo de Mill e de outros filósofos também se manifesta aí, na afirmação de que as ações humanas visam sempre, em última instância, à fuga da dor (defesa) ou à busca do prazer (realização de desejo). Ver Gabbi Junior (2003, p. 99).

[150](#) Observe-se que isso diz respeito apenas ao funcionamento inicial do *pensamento* e, portanto, de um processo secundário, que já pressupõe a ligação da quantidade e a inibição do eu. O processo primário, por sua vez, no modo como as coisas estão colocadas no *Projeto* e diferentemente da concepção que prevalecerá entre 1900 e 1920, não pode evitar ocupar as representações desprazerosas derivadas da vivência de dor. Ver Caropreso (2005); Caropreso & Simanke (2006); ver também o capítulo 5 deste livro.

[151](#) Simanke (2009).

[152](#) Gabbi Junior (2003, p. 99). Deve ter ficado claro, pelo contexto, que nada disso tem qualquer relação com a conhecida tese lacaniana de que a linguagem psicótica se caracteriza por uma total incapacidade de metáfora (Lacan, 1981, por exemplo). Trata-se, em Lacan, de uma concepção totalmente diferente sobre a natureza da linguagem, e esta nada tem a ver, primariamente, com a significação, nem com a representação e, muito menos, com a

nomeação de objetos e sensações corporais. É a linguagem como estrutura formal e como um sistema de operações combinatórias entre significantes “puros” que Lacan vê manifestar-se exemplarmente na literalidade do discurso psicótico.

[153](#) Freud ([1917] 1982).

[154](#) Freud & Breuer ([1895] 1952, p. 250-251).

[155](#) É a esse trabalho que Freud denomina *análise psíquica* e, depois, *psicanálise*. O termo ideal dessa análise, mesmo que nunca atingido na prática, seriam as representações corporais que, nos artigos metapsicológicos de 1915, Freud passa a designar como “representantes de pulsão” (*Triebrepräsenzen*).

[156](#) Freud ([1915] 1982, p. 160).

[157](#) As razões para esse ostracismo provisório do conceito de eu são várias. Podemos apontar, em primeiro lugar, as dificuldades, à época do *Projeto*, em formular uma teoria da gênese do eu, que só começaria a tomar sua forma definitiva com a introdução do conceito de narcisismo. Mas também, como se verá a seguir, o eu do *Projeto* está estreitamente vinculado à dimensão pulsional do psiquismo – à representação psíquica das excitações somáticas no núcleo do sistema ψ – a qual também deixa de ser representada no esquema da tópica a partir de *A interpretação dos sonhos*, para retornar apenas em 1923, com o conceito de *isso* (*Es*).

[158](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 416).

[159](#) Id. ([1923] 1982, p. 294, grifos nossos).

[160](#) Id. *ibid.*, p. 294.

[161](#) Id. *ibid.*, p. 295.

[162](#) Damásio (2000, p. 41-42, grifos do autor).

[163](#) Gabbi Junior (2003, p. 100).

[164](#) Freud (1891, p. 122).

[165](#) Observemos que, para Freud, o problema da significação e o problema da consciência (pelo menos da consciência mediata dos processos internos) são rigorosamente simétricos, se não dois lados de um mesmo problema: se, em *Sobre a concepção das afasias*, Freud estabelece que o significado depende da relação entre a representação de palavra e a representação de objeto, desde o *Projeto* em diante, ele irá defender a ideia de que a consciência do pensamento e a rememoração dependem da relação da representação de objeto com as representações de palavra. Não é impossível considerar que *significação e consciência como dois aspectos de um mesmo processo ou de uma mesma relação* possa se constituir no ponto de partida para uma teoria mais geral da consciência, fundamentada em certas concepções da metapsicologia freudiana.

Capítulo V - Um retorno às origens da metapsicologia: o caso da compulsão à repetição

Introdução

Muito já se disse sobre o modo como as teses metapsicológicas mais importantes encontram-se prefiguradas no manuscrito do *Projeto de uma psicologia* (1895), mas nem sempre o estatuto dessa persistência é plenamente explicitado, como tampouco o grau de literalidade com que Freud adere a certas de suas concepções iniciais, principalmente quando estão em questão os grandes momentos de inovação e de suposta ruptura nas teorizações subsequentes. Este trabalho propõe-se a fazer uma contribuição bastante específica a essa discussão, restrita ao tema da compulsão à repetição – conceito introduzido formalmente por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920) – com o intuito de colaborar para o problema mais amplo da gênese das concepções metapsicológicas fundamentais. Contudo, algumas observações sobre o movimento geral da obra freudiana que conduz, no início dos anos 1920, a uma retomada de algumas teses iniciais serão apresentadas no final, a título de conclusão e de sugestão de linhas de reflexão a serem exploradas em trabalhos subsequentes.

No *Projeto de uma psicologia*, Freud estabelece como princípio fundamental e originário da atividade nervosa o “princípio de inércia”, ¹⁶⁶ segundo o qual a tendência originária do aparelho neuronal seria libertar-se de toda e qualquer quantidade de excitação. Contudo, o princípio de inércia estaria fadado, desde o início, a ser substituído ou modificado, devido à sua incapacidade de promover a descarga eficiente da excitação proveniente do interior do corpo. A estimulação endógena imporia uma modificação à

tendência primária para a inércia, a saber, a sua substituição pela tendência a manter a quantidade neuronal constante, no nível mínimo indispensável. A tendência à constância, no entanto, não se oporia ao princípio da inércia. Ao contrário, agiria na mesma direção que este, permitindo que a quantidade endógena fosse, de fato, eliminada e que as necessidades orgânicas fossem satisfeitas. As sensações de prazer e desprazer corresponderiam, respectivamente, à diminuição e ao aumento do nível de excitação no aparelho. Freud sugere uma identificação entre a tendência primária à inércia e a tendência da vida psíquica para “evitar o desprazer”, mas não chega a estabelecer conclusivamente essa identidade.

Apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud introduz a hipótese de um “princípio do desprazer” que, posteriormente, será rebatizado como “princípio do prazer”. Segundo o que é proposto nesse momento, o sistema inconsciente seria regido exclusivamente pelo princípio do desprazer, enquanto o pré-consciente seria regido pelo que, em *Formulações sobre os dois princípios dos acontecimentos psíquicos*,¹⁶⁷ Freud chamou de “princípio de realidade”. Essas hipóteses do capítulo 7 sobre a relação entre o sistema inconsciente e o princípio do desprazer, por um lado, e entre o pré-consciente e o princípio de realidade, por outro, são mantidas inalteradas nos artigos metapsicológicos de 1915. Mas, em *Além do princípio do prazer*, Freud introduz a tese de que o funcionamento psíquico regido pelo princípio do prazer não seria o mais originário, devendo haver outro que o antecederesse, o qual seria regido pela “compulsão à repetição”. Essa seria a ideia central desse texto, como o próprio título o indica, consistindo na principal novidade por ele trazida à teoria psicanalítica. Não obstante, procuramos argumentar aqui que esse funcionamento psíquico que está “além do princípio do prazer” só representa uma novidade em relação à teoria do aparelho psíquico que toma forma a partir de *A interpretação dos sonhos* e que a ideia de uma atividade psíquica originária regida pela compulsão à repetição já estava presente no *Projeto*. Tendo este texto em vista, podemos perceber que, em 1920, Freud resgata esta e outras hipóteses antigas, que haviam

sido deixadas temporariamente de lado na primeira tópica freudiana, por razões que terão que ser discutidas adiante.

Processo primário, dor e desprazer no *Projeto*

A modificação do princípio de inércia originário deve-se então, de acordo com as teses do *Projeto*, ao fato de que a quantidade endógena, ao contrário da exógena, não pode ser plenamente descarregada por meio de movimentos reflexos, que não seriam capazes de fazer cessar a recepção da quantidade, por não haver “fuga de estímulo” possível diante de excitações de origem somática. Para fazer cessarem os estímulos endógenos, seria necessária uma “ação específica” (busca de alimento, no caso da fome, por exemplo), cuja execução teria como condição a retenção de certo montante de quantidade no aparelho, com o que o princípio regulador da atividade nervosa passa a ser a tendência a manter essa quantidade constante no nível mais baixo possível. A tendência à constância, como vimos, não se oporia ao princípio da inércia; ao contrário, atuaria em favor deste, permitindo que a quantidade endógena fosse mais eficientemente eliminada. As sensações conscientes de prazer e desprazer corresponderiam às variações das intensidades de excitação no aparelho – ou seja, de seu estado de tensão interna – para menos ou para mais, respectivamente. O aumento da excitação acima de certo nível produziria desprazer, e a sua diminuição abaixo de certo nível produziria as sensações de prazer. Entre ambos, haveria um nível intermediário, que possibilitaria o surgimento das qualidades sensoriais. Em vista disso, Freud sugere haver certa identidade entre a tendência primária à inércia e a tendência da vida psíquica para evitar o desprazer: “Como nos é certamente conhecida uma tendência da vida psíquica para *evitar desprazer*, estamos tentados a identificá-la com a tendência primária para a inércia”.[168](#)

Os conceitos de “processo primário” e de “processo secundário” recebem também sua primeira formulação no *Projeto*. O processo primário consistiria em um tipo de funcionamento guiado

exclusivamente pelo princípio de inércia, isto é, anterior ao surgimento da tendência à constância. Seria um processo no qual toda a excitação seguiria pela via mais bem facilitada,¹⁶⁹ sem sofrer nenhum tipo de inibição ou redirecionamento. Esse funcionamento primário poderia perfeitamente conduzir à reativação de representações que, mesmo em sua origem, produziram apenas desprazer, o que ocorreria, sobretudo, nos processos derivados da vivência de dor.

A dor consistiria na irrupção de grandes quantidades na direção do sistema ψ – a parte do aparelho responsável pela memória¹⁷⁰ – como consequência da ruptura dos dispositivos de proteção do sistema contra quantidades exógenas (segundo Freud, as próprias terminações sensoriais). A dor produziria, em primeiro lugar, um grande aumento no nível da excitação em ψ , sentido como desprazer; em segundo, uma inclinação para a eliminação dessa excitação e, em terceiro, uma facilitação entre esses caminhos de eliminação e a representação do objeto que provocou a dor (o “objeto hostil”). Uma vez ocorrida essa vivência de dor, novas ocupações (*Besetzungen*)¹⁷¹ da representação do objeto hostil produziriam “afeto” (quantidade oriunda de descargas somáticas, desencadeadas pelo que Freud denomina “neurônios-chave”) e uma nova inclinação para a eliminação, a qual é chamada de “defesa primária”. Ou seja, quando a representação do objeto hostil fosse ocupada novamente, a partir da percepção ou pelo decurso dos processos associativos, haveria uma liberação de quantidade no aparelho, a qual geraria desprazer e um esforço para a desocupação da representação do objeto hostil. Assim como a vivência de satisfação teria como consequência psíquica o surgimento dos “estados de desejo”, que inicialmente conduziria à alucinação e a uma descarga motora ineficaz, a vivência de dor teria como consequência o surgimento do afeto, cujo protótipo são os estados de angústia. Esse tipo de funcionamento no qual toda a excitação segue automaticamente pela via mais bem facilitada – tendo como consequências alucinação e desamparo, por um lado, ou afeto e defesa automática excessiva, por outro – é o que Freud chama no *Projeto* de “processo primário”:

A ocupação de desejo até a alucinação, o total desenvolvimento de desprazer que traz consigo o dispêndio total de defesa designamos como *processos psíquicos primários*; em contrapartida, todos os processos que são possibilitados apenas por uma boa ocupação do eu e que são uma moderação dos apresentados acima designamos como *processos psíquicos secundários*.¹⁷²

O processo secundário surgiria a partir da inibição e do direcionamento do processo primário pelo “eu”. Com as repetições das alucinações primárias de desejo e a consequente frustração e desamparo, o eu aprenderia a não mais ocupar tão intensamente a representação do objeto de desejo e as representações de movimento a ela associadas (ou seja, a não executar a ação ineficaz, como a sucção do vazio, por exemplo, no caso paradigmático da fome do recém-nascido). Como consequência, certo nível de quantidade seria retido no núcleo do sistema ψ (ao qual corresponde, funcionalmente, o núcleo do eu). Isto é, parte da excitação poderia permanecer, a partir daí, em estado ligado. Com esse armazenamento de quantidade, o curso associativo seria parcialmente inibido e não mais seguiria unicamente pelas vias mais bem facilitadas: Freud argumenta que a quantidade retida no eu poderia ser empregada em “ocupações laterais” que modificassem o curso dos processos associativos e impedissem a ocorrência daqueles que resultaram em desprazer. A partir de então, a alucinação de desejo, a ocupação da representação hostil e a defesa automática excessiva poderiam vir a ser inibidos.

A inibição da alucinação de desejo e da descarga motora seria condicionada biologicamente pelo desprazer: Freud postula uma lei biológica – ou seja, uma tendência fixada filogeneticamente, à qual também denomina “defesa primária” – segundo a qual, caminhos que conduzem ao desprazer deixam de ser percorridos. Haveria, assim, nesse caso, uma inibição inicial, determinada por essa tendência biológica, que seria depois assumida pelo eu, a partir do momento em que essa instância se constituísse e permitisse a ocorrência dos processos secundários. Já a inibição da ocupação

intensa da representação do objeto hostil seria um processo gradual, que pressuporia o estabelecimento da excitação em estado ligado. A razão dessa diferença não é muito explícita no texto e sua discussão envolve uma série de pressupostos teóricos do *Projeto*, que apenas podemos esboçar aqui. Eis o problema, tal qual Freud o formula:

Poder-se-ia perguntar por que essa defesa de pensamento não se dirigiu contra a recordação ainda capaz de afeto. Só que aí, podemos supor, a segunda regra biológica ergueu-se contra ela, a qual exigiria atenção onde se apresentasse um signo de realidade e a recordação indomada fosse ainda capaz de forçar signos de qualidade reais.¹⁷³

O que essa passagem propõe é que uma segunda lei biológica – a da atenção¹⁷⁴ – se teria sobreposto à primeira. As primeiras reaparições da representação hostil seriam alucinatórias e, portanto, produziriam “signos de qualidade reais”. Diante de tais signos, a regra da atenção falaria mais alto que a da defesa. Essa explicação de Freud não parece resolver o problema, pois as primeiras repetições da representação de desejo seriam também alucinatórias. Talvez a diferença decorresse do fato das facilitações estabelecidas pela vivência de dor serem bem maiores que as decorrentes da vivência de satisfação, devido à intensidade das quantidades envolvidas. Além disso, o desprazer acompanha inevitavelmente a alucinação de desejo, incapaz de suprimir o fluxo contínuo da quantidade oriunda da necessidade orgânica, de modo que, de acordo com a primeira lei, esse caminho é abandonado e a alucinação cessa. Ao contrário, a defesa reflexa é, em princípio, eficiente na eliminação do desprazer e na inibição da descarga afetiva, de modo que sua inibição não pode ser automaticamente desencadeada pela primeira lei biológica. Seja como for, o domínio, por parte do eu, dos processos primários que resultam da vivência de dor surge como mais problemático que o domínio daqueles que resultam da vivência de satisfação, o que faz com que Freud retome essa questão na terceira parte do *Projeto*.

Freud observa aí que o pensamento, entre outras coisas, pode conduzir ao desprazer, devido à ocupação de representações que pertenceram à vivência de dor, donde resulta que:

Caso se acompanhe o destino de tais percepções enquanto imagens de recordação, nota-se assim que as primeiras repetições sempre despertam ainda tanto afeto como também desprazer, até que, com o tempo, tal capacidade se perde. Simultaneamente efetua-se com elas outra modificação. Elas retinham inicialmente o caráter de qualidades sensoriais; quando elas não mais são capazes de afeto, perdem também isto e tornam-se semelhantes a outras imagens de recordação.^{[175](#)}

Trata-se, nesse caso, de “recordações ainda indomadas”, segundo a expressão freudiana, ou seja, recordações ainda não submetidas à regulação por parte do eu. Mas, então, pergunta-se Freud, o que acontece com essas recordações capazes de afeto até que elas sejam “domadas”? A resposta é que o eu precisa ainda obter poder sobre elas, isto é, essas representações precisam ser submetidas a uma *Bindung* (ligação) por parte do eu, precisam ser integradas nos circuitos neuronais que o constituem. Como elas originaram-se de vivências de dor, essa ligação seria mais trabalhosa para o eu do que a ligação das demais representações:

Como traços de vivências de dor, elas (conforme nossa suposição sobre a dor) foram ocupadas a partir de Qs ϕ muito grandes e adquiriram uma facilitação muito intensa para liberação de desprazer e de afeto. É *preciso uma ligação repetida e particularmente grande* a partir do eu, até que essa facilitação para o desprazer seja contrabalançada.^{[176](#)}

Isso significa, então, que o eu inicialmente não teria condições de impedir a ocupação de tais representações ou mesmo de inibi-las parcialmente. Apenas gradualmente ele iria adquirindo poder sobre elas, por meio de repetidas tentativas de ligá-las. Antes que isso acontecesse, não seria possível impedir nem inibir sua recordação,

tampouco a liberação de desprazer resultante. Depois de ligadas, a ocupação dessas representações se limitaria a um mínimo, que permitisse somente sinalizar ao curso do processo associativo que aquele caminho conduz ao desprazer e deve ser evitado:

Antes de tudo, quando ocorre o trauma (vivência de dor) em uma época em que já existe um eu – os primeiros deles escapam completamente ao eu – ocorre uma liberação de desprazer, mas, ao mesmo tempo, o eu também está ativo para criar ocupações laterais. *Se a ocupação de recordação se repetir, também se repete o desprazer*, só que também as facilitações do eu já existentes, e a experiência mostra que, em uma segunda vez, a liberação diminui, até que, em uma *repetição* posterior, a intensidade se reduz a um sinal aceitável para o eu. [177](#)

Assim, se, na primeira parte do *Projeto*, Freud descreve a vivência de dor com suas consequências e estabelece que, a partir de certo momento, o eu passa a inibir a ocupação da representação do objeto hostil, na terceira parte desse mesmo texto, ele procura esclarecer como isso poderia ocorrer. Tratar-se-ia de um processo gradual e, até que esse processo tivesse sido completado – ou seja, até que essas representações tivessem sido “domadas” – não seria possível evitar a sua ocupação. Com isso, Freud admite, no *Projeto* – e, mais especificamente, na sua terceira parte –, a hipótese de que há processos primários no aparelho que fazem retornar representações que, mesmo em sua origem, foram desprazerosas. Dito de outro modo, está claramente formulada, nesse texto, a ideia de um processo repetitivo que continua ocorrendo enquanto essas representações ainda não tenham sido ligadas. A questão que permanece, agora, é: pode-se dizer que esse processo estaria “para além do princípio do prazer”? Para responder essa questão é necessário retornarmos ao conceito de princípio do prazer e à sua relação com os processos psíquicos primários e secundários.

O princípio do prazer

Estritamente falando, Freud não se refere, no *Projeto*, a um “princípio do prazer”. No início do texto, ele define o “princípio de inércia” e, adiante, diz tão somente que “está tentado” a identificar a tendência da vida psíquica a evitar o desprazer com a tendência inicial à inércia. Se partirmos da hipótese de que essa identificação está mesmo pressuposta pela teoria, então teríamos que reconhecer que o funcionamento repetitivo que antecede a ligação da representação, conforme descrito acima, não está para além do princípio do prazer. Tal como foi definido, o princípio de inércia, em sua forma originária, aspiraria a libertar-se da quantidade pela via mais direta possível; num funcionamento por ele regido, a quantidade sempre tramitaria pelo caminho mais bem facilitado. Contudo, o caminho mais bem facilitado, em algumas ocasiões, poderia acabar levando ao desprazer, como é o caso das primeiras alucinações de desejo e das primeiras ocupações do objeto hostil após a vivência de dor. Mas, mesmo nesses casos, o processo associativo estaria sendo guiado pelo princípio de inércia, pois é justamente a tendência a buscar a via mais direta possível de descarga da quantidade que faz com que a ocupação prossiga pelo caminho mais bem facilitado, o que conduz a essas consequências. Como esse processo guiado unicamente pela tendência à inércia acaba levando ao desprazer, dá-se uma mudança nessa tendência originária. Primeiramente, o aparelho aprende – ou seja, é condicionado pela primeira regra biológica – a não ocupar tão intensamente as representações associadas à vivência de satisfação, o que tem como consequência o armazenamento de certo nível de quantidade. Com isso, a tendência primária à inércia estaria sendo substituída pela tendência à constância. Mas, mesmo após ter sido estabelecida essa modificação, processos primários relacionados à vivência de dor ainda continuariam a ocorrer, enquanto as recordações hostis permanecessem, como diz Freud, “indomadas”.

Deste modo, retornando à questão anteriormente colocada, o processo repetitivo descrito no *Projeto* não estaria para além da tendência a evitar o desprazer a que Freud se refere neste texto, se consideramos que esta pode ser identificada ao princípio de inércia.

Mas a noção de princípio do prazer é cabalmente formulada, de fato, apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*. Portanto, é em relação a essa formulação que devemos buscar compreender a hipótese de que haveria um funcionamento que antecederesse aquele regido pelo princípio do prazer.

No capítulo 7, embora não fale textualmente em um “princípio de inércia” e nem em uma “tendência à constância”, Freud parece manter hipóteses muito semelhantes às do *Projeto*. Na seção C, ele afirma que:

(...) o aparelho seguiu primeiramente o empenho de se manter o mais possível livre de estímulos e, por isso, assumiu, em sua primeira construção, o esquema do aparelho reflexo, que lhe permitia eliminar prontamente, por vias motoras, uma excitação sensível que o alcançasse a partir do exterior. Mas a urgência da vida (*Not des Lebens*) perturba essa função simples (...).¹⁷⁸

Haveria, então, uma tendência inicial a descarregar a excitação pela via reflexa, a qual seria modificada pela necessidade de fazer cessar a estimulação endógena, tal como fora proposto em 1895. Mas, apenas na seção E do capítulo 7, Freud fala em um “princípio do desprazer”. Em primeiro lugar, ele diz que o decurso da excitação dentro do aparelho psíquico é regulado automaticamente pelas percepções de prazer e desprazer. Mais adiante, ele afirma que há um “princípio do desprazer” que exerce essa regulação. O processo primário – que corresponderia ao sistema inconsciente – seria aquele regulado exclusivamente pelo princípio do desprazer. Devido à necessidade de lidar com as excitações endógenas, surgiria um segundo tipo de funcionamento: o processo secundário, que corresponderia topicamente ao sistema pré-consciente. O processo primário, assim como no *Projeto*, seria o processo dirigido para a livre descarga da excitação – isto é, nele a quantidade se encontraria em estado “livre” –, ao passo que o processo secundário seria aquele no qual a excitação se encontraria em “estado ligado”. Freud volta a mencionar o que, no *Projeto*, fora chamado de vivência de dor, com o objetivo de esclarecer a regulação que o

princípio do desprazer exerceria sobre o processo secundário. Inicialmente, ele retoma as mesmas hipóteses do *Projeto*:

Suponha-se que sobre o aparelho primitivo atue um estímulo perceptivo que seja a fonte de uma excitação de dor. Seguir-se-ão exteriorizações motoras desordenadas até que uma delas livre o aparelho da percepção e, ao mesmo tempo, da dor, e esta será repetida imediatamente a cada reaparição da percepção (algo assim como um movimento de fuga), até que a percepção desapareça outra vez. Mas aqui não restaria nenhuma inclinação para reocupar (*wiederzubesetzen*), alucinatoriamente ou de outra maneira, a percepção da fonte de dor. Pelo contrário, persistiria no aparelho primário a inclinação para abandonar a imagem mnêmica penosa, assim que ela fosse, de algum modo, evocada, porque o transbordar de sua excitação até a percepção provocaria desprazer (mais exatamente, começaria a provocá-lo).¹⁷⁹

Essa descrição é muito semelhante à descrição da vivência de dor no *Projeto*. Mas, no capítulo 7 – assim como, posteriormente, nos artigos metapsicológicos –, não é mais mencionada a hipótese de que, como consequência da vivência de dor, surgiria um funcionamento primário no aparelho que produziria afeto e defesa automática excessiva, o qual seria modificado gradualmente a partir de repetidas tentativas de ligar a excitação que ocupasse as representações hostis. Desaparece, assim, a ideia de que há um tipo de funcionamento primário no aparelho que conduza à reativação de representações desprazerosas, um funcionamento que não poderia ser evitado enquanto as representações não sejam ligadas. Parece estar implicitamente presente a ideia de que mesmo os processos psíquicos primários possuiriam desde o início a capacidade de inibir a ocupação de representações que conduzem ao desprazer, seja qual for a sua origem. Portanto, o que seria, no *Projeto*, uma aquisição secundária no modo de tratar as consequências da vivência de dor, passa a ser, no capítulo 7, algo que faz parte do funcionamento psíquico desde sua origem. Isso se torna mais claro com a conclusão a que Freud chega logo em

seguida: “Em consequência do princípio de desprazer, o primeiro sistema ψ é assim totalmente incapaz de incluir algo desagradável na concatenação do pensamento. O sistema não pode fazer outra coisa a não ser desejar”.¹⁸⁰

No processo primário, tal como este é concebido no capítulo 7, parece que as representações relacionadas à vivência de dor seriam completa e espontaneamente excluídas dos processos associativos. Nada mais é dito a respeito da fase em que as representações permaneceriam “indomadas” e do esforço necessário para ligá-las. O processo secundário – ao qual corresponde o sistema pré-consciente –, ao contrário dos processos primários, poderia incluir representações desprazerosas entre suas associações, pois esse sistema, diz Freud, “ocupa uma recordação de tal forma que inibe o escoamento a partir dela e, portanto, também o escoamento – comparável a uma inervação motora – em direção ao desenvolvimento de desprazer”.¹⁸¹

No capítulo 7, portanto, a situação é a seguinte: haveria um funcionamento primário do qual estariam excluídas, por definição, todas as representações desprazerosas; e haveria um funcionamento secundário que poderia ter acesso a elas, pois sua forma de ocupação (*Besetzung*) inibiria a liberação de desprazer. Esse processo primário, segundo Freud, seria regulado exclusivamente pelo princípio de desprazer; já no processo secundário, o princípio reitor consistiria em uma modificação do princípio de desprazer, que será chamada, em 1911, de “princípio de realidade”, quando então o primeiro passa enfim a ser denominado “princípio do prazer”. Assim, no capítulo 7, um funcionamento regido exclusivamente pelo princípio do desprazer é um funcionamento no qual, desde o início, a reocupação de representações que conduzem à liberação de desprazer pode ser evitada, de forma que estas fiquem excluídas do curso do processo associativo. Contudo, é difícil pensar como isso seria possível, tendo em vista o funcionamento do aparelho descrito no *Projeto*, que não parece ter-se modificado aqui, pelo menos quanto à relação entre processo primário e quantidade em estado livre, por um lado, e entre

processo secundário e o estado ligado, por outro. Como conciliar, nesse contexto, a ideia de quantidade em estado livre e a possibilidade de evitar caminhos bem facilitados? Freud, porém, passa completamente ao largo dessas questões no capítulo 7.

Podemos verificar, portanto, que, com relação a esse ponto, tudo se passa como se apenas as consequências da vivência de satisfação fossem mantidas na teoria nesse momento: Freud deixa de lado as consequências iniciais e os processos primários relativos à vivência de dor. Só o processo primário relacionado à vivência de satisfação parecer ser explicitamente considerado: o processo primário do capítulo 7, diferentemente daquele do *Projeto*, não “pode fazer outra coisa a não ser desejar”. É como se apenas a vivência de satisfação fosse mantida como a vivência originária na estruturação dos processos do aparelho. É contra esse pano de fundo que podemos considerar o tipo de funcionamento mental que Freud propõe, em 1920, como estando “além do princípio do prazer”.

O “além” do princípio do prazer

Freud inicia seu texto de 1920, recapitulando suas hipóteses sobre o princípio do prazer:

Na teoria psicanalítica, supomos sem hesitação que o decurso dos processos mentais seja regulado automaticamente pelo princípio do prazer, ou seja, acreditamos que ele seja, em todos os casos, incitado por uma tensão desprazerosa e, então, tome tal direção que seu resultado final coincida com um rebaixamento dessa tensão e, portanto, com uma evitação do desprazer ou uma produção de prazer.^{[182](#)}

Ele retoma as noções de princípio do prazer e de processo primário, tal como estas haviam sido formuladas no capítulo 7:

Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de trabalho *primário* do aparelho psíquico, que é desde o início inapto e ainda perigoso em alto grau para a autopreservação do

organismo em meio às dificuldades do mundo exterior. Sob a influência das pulsões de autoconservação do eu, ele é substituído pelo *princípio de realidade*, que, sem renunciar ao propósito de uma obtenção final de prazer, no entanto exige e consegue o adiamento da satisfação, a desistência de diversas possibilidades de alcançá-la e a tolerância temporária do desprazer no longo rodeio para o prazer.¹⁸³

Após retomar essas hipóteses, Freud levanta a questão da legitimidade de se supor que o princípio do prazer seja soberano todos os processos psíquicos. Ele argumenta que alguns processos, como é ilustrado pelo exemplo dos sintomas neuróticos, acabam gerando desprazer, mas trata-se, nesses casos, de uma busca de satisfação por parte do inconsciente, que resulta em algo desprazeroso para o pré-consciente. Haveria também o desprazer que o processo secundário aprende a tolerar, em obediência ao princípio de realidade, na espera por uma satisfação real e, ainda, o que Freud denomina “desprazer de percepção”, que se origina quer da percepção de uma insatisfação pulsional, quer de um objeto externo penoso ou sentido como perigoso. Esses casos não contradizem o império do princípio do prazer, mas, entre os fatos assim mencionados, há alguns que talvez possam fornecer novos dados, como é o caso do perigo de origem externa: “a investigação da reação psíquica diante do perigo exterior pode fornecer novo material e colocar novas questões sobre o problema aqui tratado”¹⁸⁴ – como Freud afirma no final da primeira parte do texto, reconhecendo que a reação do aparelho psíquico frente a um perigo externo talvez imponha uma modificação à hipótese de que o princípio do prazer impere sobre todos os processos mentais. Ele acabará concluindo, no final da terceira parte de *Além do princípio do prazer*, que é legítimo supor a existência de um funcionamento que anteceda a vigência do princípio do prazer e que seja condição para que este passe a vigorar. Examinemos, então, quais são as evidências que lhe permitem chegar a essa conclusão.

Freud menciona, em primeiro lugar, o caso dos sonhos nas neuroses traumáticas, sonhos que reconduzem os enfermos à

situação traumática, fazendo-os despertar aterrorizados. A única maneira de conciliá-los com a hipótese de que todo sonho é uma realização de desejo seria atribuindo-os a “enigmáticas tendências masoquistas do eu”: ao contrário dos sonhos de angústia (ou pesadelos) – em que o desprazer provém da iminência da realização do desejo inconsciente reprimido e pode, assim, ser reconciliado como o princípio do prazer –, não parece ser possível, de outra forma, conciliar os sonhos traumáticos com a meta universal da realização de desejo. Sem tirar mais conclusões dessa observação, Freud passa a discorrer a respeito dos jogos infantis. As crianças repetem nos jogos inúmeras situações por elas vivenciadas, algumas das quais – como no caso da célebre brincadeira do carretel aí descrita – podem consistir em experiências desprazerosas (a ausência da mãe, no exemplo narrado por Freud). Freud, então, levanta a questão: “Fica-se, assim, na dúvida de se o ímpeto de elaborar psiquicamente algo impressionante, de se apossar totalmente disso, pode exteriorizar-se de maneira primária e independente do princípio do prazer”.[185](#)

A resposta oferecida, nesse momento, é que, apenas com base no estudo dos jogos infantis, não é possível sustentar essa conclusão, uma vez que, ainda sob a égide do princípio do prazer, haveria meios suficientes para converter em objeto de recordação e elaboração psíquica o que é, em si mesmo, desprazeroso. Assim, mesmo os jogos infantis que repetem situações desagradáveis poderiam ser pensados como estando sob o domínio do princípio do prazer: a repetição de experiências desprazerosas nos jogos infantis pode ser vista, por exemplo, como uma tentativa de se apoderar da situação, de vivenciar de forma ativa algo que, antes, foi vivido de forma apenas passiva. Nesse ponto, Freud volta-se, então, para o fenômeno da transferência.

Ao falar a respeito da transferência, ele usa pela primeira vez o termo compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*): experiências reprimidas, das quais o enfermo não pode se recordar, acabam sendo repetidas como vivências atuais na situação analítica, após a repressão ter sido um pouco atenuada. Assim, a compulsão à

repetição – que se manifesta aqui como transferência – é inicialmente apresentada como uma manifestação do reprimido inconsciente. A repressão, assim como a resistência que depois se opõe ao retorno do reprimido, é uma operação executada pelo eu. Tanto a repressão como a resistência podem ser compreendidas como estando a serviço do princípio do prazer: elas têm como finalidade evitar o desprazer que seria despertado se as representações reprimidas fossem liberadas e tivessem acesso à consciência. Portanto, a oposição à recordação, levada a cabo pela resistência, parece estar totalmente a serviço do princípio do prazer. Mas e a compulsão à repetição – pergunta-se Freud –, é possível conciliá-la com tal princípio?

Segundo ele, algumas repetições transferenciais seriam facilmente conciliáveis com o princípio do prazer, a saber, aquelas cuja satisfação representa um prazer para o sistema inconsciente e, ao mesmo tempo, um desprazer para o pré-consciente. Mas haveria outras que não podem ser compreendidas dessa forma:

O fato novo e digno de nota que nós agora temos que descrever é que a compulsão à repetição também traz de volta aquelas vivências do passado que não contêm nenhuma possibilidade de prazer, que tampouco naquele tempo puderam trazer satisfações, nem mesmo das moções pulsionais desde então reprimidas. [186](#)

Os neuróticos repetem, assim, experiências afetivas que, mesmo quando ocorreram no passado, produziram apenas desprazer. Trata-se de pulsões que estavam destinadas a conduzir à satisfação, mas cuja ação produziu somente desprazer. Apesar de tais experiências terem fracassado em sua meta original, uma compulsão impõe sua repetição. Essa mesma compulsão à repetição dos neuróticos pode ser encontrada na vida de pessoas normais, nos fenômenos chamados por Freud de “compulsão de destino”. Esses dois fenômenos – a repetição transferencial de situações que, mesmo em sua origem, levaram apenas ao desprazer e as compulsões de destino – parecem tornar legítima a

suposição de que existe na vida psíquica uma compulsão à repetição, que opera para além do princípio do prazer:

Em vista dessas observações feitas a partir do comportamento na transferência e partir do destino dos seres humanos, devemos ter coragem de supor que existe realmente na vida psíquica uma compulsão à repetição que se sobrepõe ao princípio do prazer. Nós também nos inclinaremos, agora, a relacionarmos a essa compulsão os sonhos dos que padecem de neurose traumática e o impulso para o jogo da criança.¹⁸⁷

Deste modo, após mencionar os sonhos traumáticos e os jogos infantis, sem extrair deles a conclusão de que é possível supor um funcionamento independente do princípio do prazer, Freud chega a dois fenômenos que parecem tornar legítima tal suposição e permitem reinterpretar retroativamente aqueles considerados em primeiro lugar. Na verdade, como observa Monzani,¹⁸⁸ nenhum desses fenômenos tomados isoladamente permite a introdução dessa dimensão “além do princípio do prazer”, mas apenas o arranjo formado por eles e o modo como colaboram na justificação dessa hipótese.

Apenas em raros casos, argumenta Freud, a compulsão à repetição se manifesta em estado puro, sem a interferência de outros motivos. Na maior parte dos casos, satisfação pulsional (no sentido de obtenção de prazer) e compulsão à repetição estão em íntima relação. O caso menos duvidoso e mais próximo de uma manifestação pura da compulsão à repetição seria o do sonho traumático, observa Freud. Mas, mesmo nos demais fenômenos, diz ele, há muitas coisas não explicadas que tornam legítima a introdução dessa nova hipótese e “resta o suficiente para justificar a hipótese da compulsão à repetição, e esta nos parece mais originária, mais elementar, mais pulsional que o princípio do prazer que é por ela afastado”.¹⁸⁹ Uma vez estabelecido que haja uma compulsão à repetição que estaria para além do princípio do prazer, Freud aponta para a necessidade de esclarecer qual seria a função

dessa compulsão, em que condições ela aflora e que relação há entre ela e o princípio do prazer.

É ao pensar sobre como o aparelho psíquico pode reagir à irrupção de excitações muito intensas (o “trauma psíquico”) que Freud pensa ter encontrado uma resposta para essas questões assim levantadas. Com a noção de trauma, tal como a emprega em 1920, Freud está, em muitos aspectos, retomando o conceito de vivência de dor do *Projeto*. O trauma resultaria da falha dos mecanismos destinados a proteger o aparelho de excitações muito intensas; nesse caso, não seria mais possível evitar que este fosse inundado por grandes volumes de estímulo e, nessas condições, sua tarefa mais urgente passaria a ser “dominar o estímulo, ligar psiquicamente as magnitudes de estímulo que irromperam, para conduzi-los então à sua tramitação”.¹⁹⁰ A vivência de dor – que, no *Projeto*, correspondia ao que agora Freud chama de trauma – passa a consistir no desprazer decorrente da ruptura da proteção antiestímulo do aparelho em um ponto específico. Diante da dor, seria produzida uma enorme contraocupação, na qual se empenhariam excitações oriundas dos outros sistemas, tendo como resultado um rebaixamento geral de toda a operação psíquica. Essa contraocupação teria como objetivo “ligar” a excitação que produz desprazer. Resta saber se essa operação que ele designa como “ligação” (*Bindung*) continua sendo pensada por Freud da mesma forma que em seus primeiros trabalhos. A seguinte afirmação parece indicar que sim: “Talvez possamos dar margem à suposição de que a ‘ligação’ da energia que afluí para dentro do aparelho psíquico consista em um traslado do estado livremente fluente até o estado de repouso”.¹⁹¹

Mediante essas considerações, Freud pode responder a questão a respeito da função da atividade psíquica regida pela compulsão à repetição e da relação deste funcionamento com aquele regido pelo princípio do prazer. Para que o princípio do prazer pudesse iniciar seu domínio, haveria uma tarefa prévia a ser realizada: transpor a excitação do estado livre para estado ligado, ou seja, dominá-la, submetê-la a outro regime de funcionamento e de circulação. Os

processos regidos pela compulsão à repetição teriam, assim, a função de ligar a excitação; só após essa ligação, o princípio do prazer poderia passar a vigorar. Com isso, Freud pensa chegar a “uma perspectiva sobre uma função do aparelho psíquico que, sem contradizer o princípio do prazer, é, contudo, independente dele e parece mais originária que o propósito de obter prazer e evitar desprazer”.¹⁹²

Freud conclui, então, que a realização de desejo é a função do sonho sob o domínio do princípio do prazer e que, se há um funcionamento que o antecede e é dele independente, deve haver, por conseguinte, também sonhos regidos por esse funcionamento prévio, isto é, sonhos que visam adquirir controle sobre estímulos e representações. Enquanto as representações permanecessem “indomadas”, não seria possível evitar sua ocupação, mesmo que esta levasse ao desprazer; apenas após terem suas excitações ligadas, sua ocupação poderia ser inibida, e essa ligação só seria possível depois de repetidas tentativas. Voltamos, portanto, às ideias que constam na terceira parte do *Projeto*, conforme foi revisado acima.

Os fenômenos que levam Freud a concluir que é necessário supor um funcionamento que anteceda o princípio do prazer são principalmente aqueles que retomam situações que, mesmo em sua origem, foram desprazerosas. Freud retorna, assim, ao que no *Projeto* fora descrito dentro da série de consequências da vivência de dor, e isso é justamente o que havia sido deixado de lado do capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* em diante. No *Projeto*, estava claramente formulada a ideia de que a reocupação das representações hostis e a liberação de desprazer decorrente disso não podiam ser evitadas enquanto o eu não adquirisse domínio sobre essas representações, isto é, enquanto sua quantidade não fosse ligada: tal domínio seria obtido apenas após sucessivas tentativas por parte do eu de ligar essas excitações. É exatamente esse processo intercalado entre a vivência de dor e a possibilidade de inibir a ocupação das representações hostis que havia sido deixado de lado a partir do capítulo 7 e que agora é retomado em

Além do princípio do prazer. E é ele que vai explicar qual pode ser a função de um processo que anteceda o princípio do prazer.

O conceito de processo primário, com isso, volta a ser pensado da mesma forma como o era no *Projeto*. Desde o capítulo 7, o processo primário seria regido “exclusivamente pelo princípio do prazer” e isso significava que tal processo seria incapaz de incluir representações desprazerosas entre suas associações. Essa capacidade surgiria somente no processo secundário. Pensando nessa forma de conceber o princípio do prazer, de fato, é preciso admitir que o funcionamento regido pela compulsão à repetição se situa “além” do mesmo. Mas não se situaria “além do princípio do prazer”, se esse fosse identificado com o princípio de inércia do *Projeto*, isto é, se por princípio do prazer se entendesse a tendência do aparelho a descarregar sua excitação da forma mais direta possível.

A seguinte afirmação de Freud no capítulo 7 deixara claro que apenas a vivência de satisfação e suas consequências permaneciam na teoria do aparelho psíquico apresentada em 1900: “uma operação do sistema lcc é tal que não conhece nenhuma outra meta em seu trabalho que a realização de desejo, nem dispõe de nenhuma outra forças além das moções de desejo”.¹⁹³ Não havia mais ali, portanto, como conceber processos primários que levassem à produção de afeto, uma vez que a vivência de dor e suas consequências tinham sido postas de lado nesse momento da teoria para serem retomadas apenas a partir 1920.

Considerações finais

Monzani¹⁹⁴ argumenta que, com a introdução do conceito de pulsão de morte, Freud explicita algo que, desde o *Projeto* e ao longo de toda sua obra, esteve presente de forma implícita na teoria: ao introduzir essa noção em *Além do princípio do prazer*, ele teria apenas conferido um direito de cidadania manifesto a algo que sempre aí esteve presente. Figueiredo,¹⁹⁵ por exemplo, considera

um equívoco colocar o problema do dualismo pulsional, renovado com a formulação do conceito de pulsão de morte, como a questão central de *Além do princípio do prazer*. De fato, na medida em que a compulsão à repetição é colocada como a característica definidora da exigência pulsional enquanto tal, esse dualismo só pode ser construído sobre a base comum dada por esse caráter conservador e, no limite, mortífero que está sendo atribuído à pulsão como um todo. Fica claro, de resto, que a dualidade pulsional proposta em 1920 não é da mesma natureza que a anterior, na qual se tratava de duas *classes* de pulsões (sexuais e de autoconservação), derivadas de um fundamento biológico distinto (as funções de conservação da espécie e do indivíduo, respectivamente). A oposição entre pulsões de vida e de morte, ao contrário, parece caracterizar dois aspectos antagônicos da exigência pulsional como um todo, fundamentada numa tensão inerente à vida, que se estabelece entre uma tendência à complexidade e à organização e outra tendência à eliminação da tensão e a retornar ao inanimado. Toda pulsão particular seria, assim, simultaneamente, pulsão de vida e de morte, conforme o aspecto sob o qual se a considera (embora algumas possam manifestar mais claramente um desses dois aspectos, como a relação entre a agressividade e a pulsão de morte, por exemplo). Freud insiste, de fato, em diversas ocasiões, em que essas pulsões nunca se manifestam sob uma forma pura, mas sempre mescladas em alguma medida. A segunda teoria pulsional, portanto, afirmaria uma dualidade inscrita na própria natureza da pulsão, e não uma diferença entre classes de pulsões distintas.

A leitura aqui apresentada tende a concordar com essas interpretações e acrescenta que, ao introduzir a noção de compulsão à repetição, Freud tampouco está propondo uma ideia totalmente nova em sua teoria, mas sim retomando certas hipóteses iniciais que haviam sido deixadas de lado a partir do capítulo 7. Com isso, não se pretende certamente sugerir que *Além do princípio do prazer* apenas repete e explicita hipóteses que estavam presentes já no *Projeto* e em outros textos metapsicológicos anteriores. Como nos adverte o próprio Monzani, vários conceitos novos são introduzidos, e a reformulação da teoria que Freud empreende

nesse momento, e que acaba culminando no texto de 1920 e em *O eu e o isso* (1923), foi impulsionada, principalmente, por novas evidências obtidas ao longo desse período, entre elas, aquelas que levaram à formulação da teoria do narcisismo.

Mas, ainda assim, talvez seja plausível pensarmos que a reformulação da teoria que se faz necessária e que Freud empreende nos anos 1920 o leva, em medida considerável, a retomar um conjunto de hipóteses iniciais, que estavam presentes no *Projeto*, mas que não foram desenvolvidas, até esse momento, nas obras freudianas intermediárias. Os passos à frente de Freud, ao mesmo tempo, o levariam, em certo sentido, para trás. Poderíamos, nesses termos, concluir então que, ao introduzir a noção de compulsão à repetição em 1920, Freud retorna às hipóteses do *Projeto* e que esse retorno o leva para além do princípio do prazer apenas no sentido em que este é pensado no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*. O passo além de Freud seria, nesse caso, um retorno às origens da metapsicologia, e o *Além do princípio do prazer* consistiria num trabalho em que certas teses do *Projeto*, até então apenas subentendidas nos desenvolvimentos posteriores, começariam a retornar à letra da teorização freudiana e a serem explicitamente tematizadas. Esse é um aspecto do movimento do pensamento de Freud que pode passar facilmente despercebido. Muitos comentadores rigorosos do texto de Freud, mesmo aqueles que empreendem uma análise sistemática de *Além do princípio do prazer*, nem sempre o levaram em conta. Para darmos apenas um exemplo:

Muito cedo, Freud observou o caráter de repetição dos comportamentos patológicos. Agora, no entanto, dirige, em primeiro lugar a atenção expressamente para esses fenômenos que, *até então, tinham sido considerados de forma casual* e interroga-se sobre sua compatibilidade com o princípio de prazer. *A ligação dos processos psíquicos primários com o motivo de prazer da realização de desejo – antes válida sempre como algo evidente, como pressuposto sem necessidade de mais fundamentação – é pela primeira vez questionada.*¹⁹⁶

Quais teriam sido as razões que levaram Freud a abandonar provisoriamente algumas de suas convicções iniciais para retomá-las apenas bem mais tardiamente? Essa é uma questão que diz respeito ao movimento geral de construção da obra freudiana e só poderá ser afluída aqui. Duas ordens de razões podem ser apontadas e dizem respeito ao que ocorre com as formulações metapsicológicas de Freud na passagem do *Projeto* para *A interpretação dos sonhos*. Em primeiro lugar, o fundamento metapsicológico da teoria freudiana das neuroses é fortemente redefinido pela constatação de que o reprimido consiste essencialmente de fantasias sexuais infantis (o famoso abandono da teoria da sedução). Essa nova orientação das hipóteses etiológicas de Freud retira a vivência de dor descrita no *Projeto* da sua condição de modelo normal do trauma neurótico, coloca a repressão do desejo (a consequência psíquica, lembremos, da vivência de satisfação e não da de dor) na origem tanto dos processos patológicos quanto dos normais (cujo paradigma é o sonho) e permite assim a unificação do campo da explicação psicanalítica, pretendida, mas não realizada, no *Projeto*. A partir de 1900, fica estabelecido que o desejo – e não mais o trauma – é a fonte de todas as motivações psíquicas, sejam elas normais ou patológicas.

Por outro lado, pode-se constatar que o modelo do aparelho psíquico do capítulo 7 se caracteriza por uma forte restrição da problemática abordada em 1895. Tudo se passa como se Freud, diante da impossibilidade de tratar adequadamente a imensa gama de questões levantadas no *Projeto*, tenha-se concentrado um setor reduzido das mesmas e procurado fornecer deste setor uma abordagem capaz de aprofundar aqueles tópicos cujo desenvolvimento contemplava os problemas mais urgentes da teoria (a múltipla inscrição da memória, o problema da repressão do desejo, a relação da linguagem com os processos secundários, para citar apenas alguns). Desaparecem, assim, da estrutura do aparelho neuronal instâncias que eram absolutamente decisivas para o esquema montado em 1895, das quais cabe destacar o eu e o núcleo do sistema ψ , que ali correspondia à instância pulsional do

aparelho. O aparelho de 1900 passa a ser “psíquico” e não mais “neuronal”, porque a tópica do capítulo 7 preserva apenas o sistema ψ do manto do esquema de 1895, justamente aquela em que ocorrem os processos *psíquicos* resultantes da recepção de estímulos externos. O núcleo e o eu desaparecem da tópica e, embora Freud continue a falar de um sistema de percepção e de consciência (ϕ e ω na terminologia do *Projeto*) estes não são mais explicitamente representados na estrutura espacial do aparelho: tornam-se “limites” ou “polos” do mesmo, mas não instâncias propriamente ditas.

A pulsão e o eu apenas retornarão ao primeiro plano da reflexão metapsicológica na esteira dos desenvolvimentos mais importantes do período entre 1900 e 1920: a teoria da sexualidade, da qual o conceito de pulsão constitui a expressão metapsicológica mais significativa, e a teoria do narcisismo, que torna inadiável a elaboração teórica do conceito de eu e precipita a revisão da primeira dualidade pulsional que culminará em 1920, em cujo contexto reaparece a noção de compulsão à repetição, como se procurou mostrar acima. Assim, se o conceito de compulsão à repetição, que demarca o “além do princípio do prazer” que Freud quer aí estabelecer, exprime tanto a necessidade do mental de assimilar em si a ação traumática do mundo externo quanto o que há de mais essencial na atividade da pulsão,^{[197](#)} é compreensível que ele só possa ser explicitamente reincorporado à teoria no momento em que uma e outra dessas noções foram novamente trazidas para o centro das preocupações metapsicológicas freudianas. Compreendido dessa maneira, ele parece ilustrar exemplarmente esse movimento do pensamento de Freud que, a partir de 1920, como que fecha um ciclo e retoma – em outro nível de elaboração conceitual, com certeza – noções que estiveram presentes no momento mesmo do nascimento da metapsicologia.

Referências bibliográficas

FIGUEIREDO, L. C. *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta, 1999.

FREUD, S. [1895/1950]. Entwurf einer psychologie. In: _____. *Gesammelte werke*: nachtragsband. Frankfurt: Fischer, 1987. p. 387-477.

_____. [1900]. Die traumdeutung. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 2.

_____. [1911]. Formulierungen über die zwei prinzipien des psychischen geschehens. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 13-24.

_____. [1920]. Jenseits des lustprinzips. In: _____. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982. v. 3, p. 213-272.

GABBI JUNIOR, O. F. Notas sobre mecanicismo e teleologia: a pulsão de morte. In: KIMMERLE, G. *Denegação e retorno*: uma leitura metodológica de “Para além do princípio de prazer” de Freud. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2000. p. v-xxiii.

GARCIA-ROZA, L. A. [1986]. *Acaso e repetição em psicanálise*: uma introdução à teoria das pulsões. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KIMMERLE, G. *Denegação e retorno*: uma leitura metodológica de “Para além do princípio de prazer” de Freud. Piracicaba: Editora da Unimep, 2000.

MONZANI, L. R. *Freud*: o movimento de um pensamento. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

[166](#) Cabe esclarecer, de saída, que a aproximação proposta aqui *não implica* afirmar, como às vezes se faz, que o princípio de inércia do *Projeto* é simplesmente uma prefiguração do conceito de pulsão de morte introduzido em *Além do princípio do prazer*. De fato, os dois conceitos são formulados a partir de considerações totalmente

diversas: o princípio de inércia, no contexto de uma descrição estritamente mecânica do organismo e das funções neurais e psíquicas; a pulsão de morte, no âmbito de uma especulação biológica que procura inscrever a tendência a uma anulação absoluta de qualquer estado de tensão na própria lógica da vida.

[167](#) Freud ([1911] 1982).

[168](#) Id. ([1895/1950] 1987, p. 404, grifos do autor).

[169](#) O conceito de facilitação (*Bahnung*) designa, no *Projeto*, o fato de que a resistência de condução nas conexões entre os neurônios (barreiras de contato) diminui em função do fluxo de quantidade que a atravessa. É, pois, um fator puramente mecânico de determinação do curso dos processos nervosos (que tendem a seguir a via de menor resistência), como é exigido pela própria noção de princípio de inércia.

[170](#) Freud distingue três subsistemas principais no aparelho neuronal descrito no *Projeto*: ϕ , o sistema que recebe as excitações exteriores, responsável pela resposta reflexa e pelos aspectos puramente físicos da percepção; ψ , o sistema de memória, cujo “núcleo” recebe quantidade diretamente do interior do organismo e cujo “manto” a recebe atenuada e indiretamente do mundo externo, através de ϕ ; e ω , o sistema responsável pela percepção consciente.

[171](#) Optamos por traduzir *Besetzung* como “ocupação” em vez de “investimento”, como é mais comum em português, por isso tornar mais claras as concepções neuropsicológicas do *Projeto* e dos textos iniciais de Freud. Por uma questão de coerência, mantivemos essa opção ao longo de todo o texto e nos demais trabalhos que compõem este livro.

[172](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 422, grifos do autor).

[173](#) Id. *ibid.*, p. 472.

[174](#) A lei biológica da atenção proposta por Freud enuncia que o eu tem uma tendência inata a ocupar percepções; em outras palavras, a direcionar uma parte do fluxo da quantidade para os circuitos neuronais onde ocorrem os processos que têm origem na recepção de estímulos externos. As duas leis biológicas são complementares: a primeira (a da defesa primária) afirma que caminhos que conduzem ao desprazer tendem a ser abandonados; a segunda (a da atenção) a complementa, enunciando que uma parte da quantidade retirada desses caminhos direciona-se para a percepção (outra parte acumula-se no núcleo e fornece as condições econômicas para a formação do eu). Ela precisa ser formulada porque esta canalização para a percepção não é uma consequência necessária da primeira lei; tampouco a atenção inicial à percepção pode ser explicada por uma intencionalidade primitiva do eu, cujo processo de formação só tem início a partir dessas mesmas condições.

[175](#) Freud ([1895/1950] 1987, p. 470).

[176](#) Id. *ibid.*, p. 471, grifos nossos.

[177](#) Id. *ibid.*, p. 450, grifos nossos.

[178](#) Id. ([1900] 1982, p. 538).

[179](#) Id. *ibid.*, p. 569-570.

[180](#) Id. *ibid.*, p. 570.

[181](#) Id. *ibid.*, p. 570.

[182](#) Id. ([1920] 1982, p. 217).

[183](#) Id. *ibid.*, p. 219-220, grifos do autor.

[184](#) Id. *ibid.*, p. 221.

[185](#) Id. *ibid.*, p. 226.

[186](#) Id. ibid., p. 230.

[187](#) Id. ibid., p. 232.

[188](#) Monzani (1989, p. 155).

[189](#) Freud ([1920] 1982, p. 233).

[190](#) Id. ibid., p. 239.

[191](#) Id. ibid., p. 241.

[192](#) Id. ibid., p. 242.

[193](#) Id. ([1900] 1982, p. 541).

[194](#) Monzani (1989).

[195](#) Figueiredo (1999).

[196](#) Kimmerle (2000, p. 44, grifos nossos). Gabbi Junior (2000) não deixa de apontar como Kimmerle não leva em conta a vivência de dor do *Projeto* em sua análise do texto de 1920.

[197](#) Freud não só estabelece o vínculo entre pulsão e repetição, como aproxima ambas da noção de inércia, peça-chave da teoria exposta no *Projeto*: “Uma pulsão seria, portanto, um ímpeto, inerente ao orgânico vivo, para a reprodução de um estado anterior que o ser vivo teve que abandonar sob a influência de forças perturbadoras externas, um tipo de elasticidade orgânica ou, se se quiser, *a exteriorização da inércia na vida orgânica*” (Freud, [1920] 1982, p. 36, grifos nossos). Para um exame geral das relações entre a compulsão à repetição e a teoria das pulsões, ver Garcia-Roza ([1986] 1993).

Capítulo VI - Vida e morte na metapsicologia freudiana: uma reavaliação do segundo dualismo pulsional

Introdução

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud introduz, como se sabe, a hipótese do segundo dualismo pulsional. Até então, ele sustentara a existência de uma dualidade entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, a qual já vinha há algum tempo sendo questionada, principalmente desde a formulação do conceito de narcisismo. Em 1920, as pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação passam definitivamente a fazer parte da mesma classe de pulsões – as *pulsões de vida* – e Freud estabelece uma nova oposição entre estas e as *pulsões de morte*.

Ernest Jones,^{[198](#)} entre outros, comenta que, apesar do grande prestígio de que Freud gozava entre os psicanalistas, poucos aceitaram de imediato as novas teses apresentadas em *Além do princípio do prazer*. O conceito de pulsão de morte, em particular, desencadeou grandes polêmicas nos meios psicanalíticos. Monzani observa que “as reações frente ao texto foram díspares, porém a maioria delas tinha uma tônica comum: um certo ‘arrepio teórico’, um certo mal-estar e uma reação francamente negativa”.^{[199](#)} O próprio Ernest Jones, além de Fenichel, Reich, Brun entre outros, manifestaram-se claramente contrários à hipótese da pulsão de morte. Essa reação de parte dos psicanalistas diante da formulação desse conceito mostra que eles o viam como algo totalmente novo introduzido por Freud em 1920, cuja consistência com o restante de sua teoria não parecia clara, muito menos sua justificação ou necessidade teórica. Tratar-se-ia, como diz Monzani, de um deslize,

de uma idiossincrasia freudiana ou de uma tendência filosófica e metafísica que, em essência, seria alheia à psicanálise. Posições semelhantes podem ser encontradas em autores bem mais recentes. Por exemplo, Laplanche observa:

Das grandes compulsões do pensamento, que ressurgem periodicamente na criação freudiana, a pulsão de morte é o produto mais claro e talvez o que reúne todas elas. (...) Tem origem aqui um desenvolvimento absolutamente novo, situado fora de todas as trajetórias previsíveis: fora das continuidades dos escritos metapsicológicos de 1915 e de seu sistema que parecia bem próximo de uma reformulação; em divergência também com relação ao questionamento proposto para o “narcisismo”, já que não se tratava tanto de consolidar este último, mas de enfraquecê-lo.^{[200](#)}

Neste capítulo, procuramos, em primeiro lugar, retomar os argumentos desenvolvidos por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920) para introduzir os conceitos de pulsão de vida e pulsão de morte e, em seguida, discutir algumas ideias desenvolvidas em textos metapsicológicos subsequentes. Trata-se de argumentar que, tendo-se em vista o desenvolvimento da teoria metapsicológica desde o *Projeto de uma psicologia* (1895/1950), a pulsão de morte, ao contrário de representar uma ideia nova e estranha à teoria até então desenvolvida, parece consistir na explicitação de algo que, de uma forma ou de outra, esteve presente de maneira implícita em todo o percurso teórico de Freud; em outras palavras, que se trata de um conceito que vem responder a uma necessidade interna da metapsicologia, tal como esta se constitui desde seus princípios. Um dos poucos autores a reconhecer essa solidariedade é Sulloway, que a vincula ao fundamento biológico proposto por Freud para suas teses psicológicas e para quem “sua teoria da pulsão de morte tem uma lógica perfeitamente racional em seus próprios termos psicobiológicos”.^{[201](#)}

Já o conceito de Eros ou pulsão de vida não costuma ser objeto de grandes contestações, nem receber tanta atenção dos

comentadores de Freud. No entanto, quando se considera o detalhe das teorizações que se inauguram em 1920, a hipótese de que haveria pulsões de vida que se opusessem às de morte não parece se harmonizar facilmente com a teorização empreendida por Freud, permitindo sugerir-se que talvez não haja um lugar garantido para a mesma no sistema freudiano. Em outras palavras, quando se reflete sobre as teses desenvolvidas em *Além do princípio do prazer* e em outros trabalhos metapsicológicos, fica difícil escapar à impressão de que, para Freud, uma tendência para a morte está por trás de todos os fenômenos vitais, inclusive daqueles que aparentemente trabalham no sentido da preservação da vida. Dada essa solidariedade que assim se percebe entre a pulsão de morte e os fundamentos do conhecimento psicanalítico, tal como concebidos por Freud, não seria possível, consistentemente, recusar esse conceito e aderir ainda ao referencial freudiano, como ocorreu tanto na sua recepção inicial quanto posteriormente.^{[202](#)}

A pulsão de morte

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud formula a hipótese de que haveria um funcionamento no aparelho psíquico que antecederia aquele regido pelo princípio do prazer, ou seja, um funcionamento que consistiria em uma “compulsão à repetição” e que teria como função ligar a excitação que chegasse ao aparelho psíquico, sendo condição para que o princípio do prazer se tornasse o princípio dominante. Ao refletir sobre a relação existente entre a compulsão à repetição e a atividade pulsional, Freud chega ao conceito de pulsão de morte. Ele conclui que a compulsão à repetição deve ser um caráter universal das pulsões:

Parece, então, que a pulsão é um ímpeto inerente à vida orgânica para restaurar um estado de coisas anterior que o ser vivo foi obrigado a abandonar sob a pressão de forças externas perturbadoras; isto é, ela é um tipo de elasticidade orgânica ou, para dizê-lo de outra maneira, a expressão da inércia inerente à vida orgânica.^{[203](#)}

Nesse momento, Freud parece estar ampliando a noção de pulsão em relação a suas formulações anteriores. Até então, a pulsão havia sido concebida como a expressão psíquica dos estímulos endógenos ou como a própria estimulação endógena na medida em que esta se expressa no psíquico: nos artigos metapsicológicos publicados entre os anos de 1915 e 1917, ele define a pulsão de ambas as maneiras, ao mesmo tempo em que oscila entre as duas.²⁰⁴ Seja como for, a pulsão vinha sendo caracterizada como um conceito que dizia respeito exclusivamente ao aparelho psíquico. Mas, em *Além do princípio do prazer*, ela passa a ser um conceito mais abrangente, que não se limita mais ao psíquico, e sim diz respeito à totalidade do ser vivo: Freud a define, na passagem acima, como um esforço “inerente à vida orgânica” para retornar a um estado anterior. Portanto, a pulsão torna-se uma exigência ou uma tendência inerente ao ser vivo – uma tendência que é, essencialmente, uma “compulsão à repetição”. Ela não mais se restringe a um processo ou mecanismo exclusivo da vida mental, mas é caracterizada como algo muito anterior ao surgimento desta última, ou seja, como esse esforço, que surge com a própria vida, de reproduzir uma condição anterior, mais recuada no tempo e mais primordial.

Mas – pergunta-se Freud em *Além do princípio do prazer* – qual seria esse estado anterior e originário ao qual toda pulsão aspiraria enfim retornar? Qual seria, em outras palavras, a meta final de toda a vida? E sua resposta é “que a meta de toda a vida é a morte e, olhando para trás, que as coisas inanimadas existiram antes das coisas vivas”.²⁰⁵ Desde sua origem, portanto, a vida possuiria uma tendência a retornar ao estado inorgânico. Ora, regressar ao inorgânico significa livrar-se de toda a excitação e de todas as formas de tensão, ou seja, é alcançar a morte. Se estendermos esse princípio ao aparelho psíquico, chegamos à hipótese de que a tendência primordial que governa esse aparelho é uma inclinação a eliminar toda a excitação. Com essas considerações, Freud dá mostras de estar resgatando o “princípio de inércia” formulado no *Projeto de uma psicologia* (1895/1950). Ali, Freud propusera que a tendência primária do aparelho seria livrar-se de toda a excitação e

que, assim sendo, as excitações que originariamente chegassem ao aparelho seriam todas eliminadas pela via mais direta possível: a descarga reflexa. Contudo, a impossibilidade de suprimir a excitação proveniente do interior do corpo por meio de movimentos reflexos – como, por exemplo, no caso da fome, em que uma ação específica para obter alimento teria que ser executada sobre o mundo – imporia uma primeira modificação ao princípio de inércia: o aparelho neuronal seria levado a reter uma certa quantidade mínima de excitação para que as ações necessárias para a satisfação da necessidade de alimento e de outras necessidades corporais pudessem ser executadas. Assim, o princípio de inércia daria lugar a uma “tendência à constância”, que não se oporia a ele, mas antes atuaria em seu favor, criando condições para que a estimulação de origem endógena fosse, de fato, eficientemente descarregada.

No capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* (1900), embora Freud não volte a falar explicitamente em um “princípio de inércia”, ele retoma claramente a ideia de que o aparelho psíquico, em sua origem, apresentaria uma tendência para descarregar a excitação da forma mais direta possível, mas que essa tendência acabaria sendo modificada devido à necessidade de anular também a estimulação de origem endógena:

(...) no início, os esforços do aparelho foram direcionados para manter-se tanto quanto possível livre de estímulos; consequentemente, sua primeira estrutura seguiu o plano de um aparelho reflexo, de tal modo que qualquer excitação sensorial que incidisse sobre ele pudesse ser prontamente descarregada ao longo da via motora. Mas as exigências da vida interferem com essa função simples, e é a elas, então, que o aparelho deve o ímpeto para seu desenvolvimento posterior.^{[206](#)}

Nos artigos metapsicológicos de 1915, Freud retorna a essa hipótese sobre a tendência originária do aparelho. Em *Pulsões e seus destinos*, por exemplo, ele afirma:

(...) o sistema nervoso é um aparelho que tem a função de livrar-se dos estímulos que o atingem, ou de reduzi-los ao nível mais baixo possível; ou que, se isso fosse viável, manter-se-ia numa condição de ausência total de estimulação.²⁰⁷

Portanto, desde o *Projeto de uma psicologia*, foi parte integrante da teoria do aparelho psíquico a hipótese de que a tendência primordial que o governaria seria a de eliminar toda a excitação e cancelar qualquer aumento da mesma. No entanto, em *Além do princípio do prazer*, Freud explicita algo que até então permanecera apenas implícito: a tendência primordial à descarga máxima da excitação é a expressão de uma tendência para a morte. Como observa Monzani,²⁰⁸ com a introdução da noção de pulsão de morte, Freud coloca em primeiro plano algo que esteve sempre presente em toda a teoria desde o *Projeto de uma psicologia*, de forma mais ou menos implícita.

No *Projeto*, contudo, a tendência à inércia era concebida como um princípio que regia somente a atividade nervosa e psíquica. Em 1920, Freud o coloca como algo inerente à própria vida como um todo: quando a vida se originou, com ela teria surgido uma tendência a retornar ao estado anterior de ausência total de estimulação, ou seja, ao estado inanimado. Dito de outro modo, quando as propriedades da vida foram suscitadas na matéria inanimada, teria surgido igualmente a primeira pulsão: a de regressar ao inanimado. Na origem, especula Freud, morrer devia ter sido fácil: apenas um curto caminho vital teria que ser percorrido e, por isso, a vida deveria ter sido criada e recriada inúmeras vezes. No entanto, as alterações surgidas nas condições externas teriam imposto à substância viva desvios cada vez maiores do seu caminho vital originário: os estímulos externos seriam, assim, os responsáveis pelo fato de que os processos vitais se tivessem tornado progressivamente mais complexos. As hipóteses recapituladas até aqui conduzem, portanto, à ideia de que a morte é uma tendência primordial da vida e de que a manutenção da vida teria resultado, em última instância, de fatores externos à mesma. Seria legítimo, assim, postular a existência de uma pulsão de morte,

porém não haveria elementos, ainda, que permitissem falar de uma pulsão de vida. Pelo que foi visto, não haveria, até esse ponto, nada que sugerisse um esforço inerente ao orgânico de se manter no estado animado, ou seja, um impulso interno para a preservação da vida.

Mas e as pulsões de autoconservação? Elas não se opõem à suposição de que a atividade pulsional estaria a serviço apenas da morte? – pergunta-se Freud. Sua resposta é, a princípio, negativa: tendo em vista a hipótese da pulsão de morte, as pulsões de autoconservação seriam apenas pulsões parciais destinadas a assegurar o caminho até a morte peculiar a cada organismo. Sob certo aspecto, essas ideias também já estavam pressupostas desde o Projeto: segundo a teoria lá desenvolvida, haveria uma tendência originária para eliminar toda a excitação pela via mais direta possível – isto é, por meio de respostas motoras reflexas –, mas essa forma primária de reação não seria capaz de propiciar a cessação da excitação endógena. A eliminação desta última só seria possível mediante uma ação específica sobre o mundo, a qual teria como primeira condição que o aparelho aprendesse a tolerar um certo nível de excitação que o capacitasse a se empenhar em processos mais complexos do que a simples resposta reflexa. Deste modo, todo esse processo – que, em última instância, sempre aspirou apenas à descarga total mais eficaz da excitação – acabaria por preservar a vida. Essa vida que permanece e se desenvolve, contudo, não seria nada mais do que um rodeio que se interporia no decorrer de um caminho que sempre teve como objetivo último conduzir à máxima eliminação possível dos estímulos e satisfazer assim a exigência expressa, de 1920 em diante, pelo conceito de pulsão de morte.

Desde essa perspectiva, as pulsões de autoconservação apenas aparentemente teriam como objetivo a preservação da vida; na verdade, também elas estariam a serviço da pulsão de morte. Como a supressão da excitação endógena não seria possível pela via reflexa, impor-se-ia um adiamento da descarga e a aprendizagem de certos caminhos de eliminação, o que teria como resultado uma

permanência maior no estado animado. No *Projeto*, Freud afirmara que o desamparo inicial do organismo era a “mola pulsional” de todo o desenvolvimento psíquico; mas esse desenvolvimento psíquico só teria ocorrido porque, devido ao estado de desamparo originário, o organismo não seria capaz de alcançar, sem certas inibições e novas aprendizagens, a meta da eliminação total da excitação. Nesse sentido, por trás de todo o desenvolvimento psíquico, parece sempre ter estado presente o objetivo primário de retornar ao estado originário de ausência total de estimulação.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud conclui, num primeiro momento, que o quadro dos fenômenos vitais consistiria apenas em um rodeio para alcançar a forma de morte peculiar a cada organismo: o que se apresenta, num primeiro momento, como um esforço por manter-se na vida – isto é, a manifestação das pulsões de autoconservação – não passaria de uma tendência fixada ao longo do desenvolvimento filogenético que leva cada organismo a percorrer certo ciclo vital, certa sucessão de etapas num determinado período de tempo. É isso que Freud expressa ao afirmar que o organismo só quer morrer à sua maneira, o que o leva à conclusão de que as manifestações das pulsões de autoconservação podem ser conciliadas com a hipótese da pulsão de morte. Mas há, pelo menos, um elemento da atividade pulsional que parece escapar a essa tendência à morte: o conjunto formado pelas pulsões sexuais. Freud tenta, a partir delas, justificar por que ainda é possível se falar em uma dualidade pulsional.

A pulsão de vida

De início, em *Além do princípio do prazer*, o que Freud alega escapar à tendência geral para a morte não é a atividade das pulsões sexuais como um todo, mas apenas a das células germinativas. Assim, pelo menos à primeira vista, apenas a atividade sexual com fins de reprodução – portanto, só uma pequena parte das atividades impulsionadas pelas pulsões sexuais, como Freud insiste desde 1905 nos *Três ensaios* – se oporia, de fato, à pulsão de morte. Mais adiante, no entanto, ele acaba por

concluir que há algo que permite afirmar que todas as pulsões sexuais atuam a favor da preservação da vida e contra a tendência de retorno ao inanimado.

Freud afirma, a princípio, que as pulsões sexuais assegurariam a união entre duas células germinativas: elas seriam, assim, as verdadeiras pulsões de vida e se opõem às pulsões de morte. Dessa forma:

É como se a vida do organismo se movesse num ritmo vacilante. Um grupo de pulsões empurra para frente, de modo a atingir o objetivo final da vida o mais rapidamente possível; mas, quando um estágio particular desse avanço tenha sido alcançado, o outro grupo empurra para trás até certo ponto, para fazer um novo começo e, assim, prolongar a jornada. [209](#)

Freud pensa circunscrever, com essas considerações, algo que escaparia à pulsão de morte: a fusão de duas células germinativas, que seria assegurada ou impelida pelas pulsões sexuais. Com isso, poderia ser estabelecida uma oposição entre as pulsões de morte – que até aqui parecem incluir também as pulsões de autoconservação – e as pulsões sexuais, que seriam as verdadeiras pulsões de vida. Chegando até esse ponto, contudo, a seguinte questão se coloca: se a pulsão em geral é definida como um esforço de retornar a um estado anterior que é inerente ao orgânico, a compulsão à repetição seria a manifestação pura de toda pulsão, e não apenas da pulsão de morte. Mas, nesse caso, é preciso esclarecer exatamente o que as pulsões sexuais repetem; em outras palavras, qual é o estado mais primitivo e originário ao qual elas aspirariam retornar. As pulsões de morte, como se viu, visariam regressar ao estado inanimado. Com a própria origem da vida, teria se formado esse impulso para retornar ao estado anterior de ausência de vida. Mas, e a pulsão de vida? A que estado anterior ela aspiraria retornar? Para tentar encontrar uma resposta para essa pergunta, Freud propõe uma outra: o que a reprodução sexual – ou mesmo o acoplamento de dois protistas para intercâmbio de

material genético, sua precursora na história da vida – aspiraria repetir?

Ele tenta encontrar uma pista para solucionar essa questão em suas incursões pela biologia. Haveria dados indicando que a cópula entre dois protistas – a precursora da reprodução sexual dos animais superiores – tivesse um efeito rejuvenescedor sobre ambos os participantes. Além disso, outras formas de estimulação possuiriam esse mesmo efeito sobre o organismo: se, por exemplo, a composição do líquido nutritivo em que o organismo subsiste fosse alterada e renovada, isso teria sobre o mesmo um efeito rejuvenescedor equivalente ao da cópula. Ao contrário, se os protistas são deixados a viver entre seus próprios resíduos, eles vão progressivamente degenerando. Dessas observações seria possível tirar a seguinte conclusão: o que, de fato, possui a capacidade de renovar a vida é o aumento da estimulação e, portanto, não apenas a fusão de duas células germinativas para o surgimento de um novo ser vivo que trabalharia no sentido contrário ao da tendência para a morte, mas também o aumento da estimulação produzido pelo contato entre dois corpos ou por outras formas de estimulação. Desde essa perspectiva, seria possível identificar, não apenas na atividade sexual que conduz à fusão entre duas células germinativas, mas também nas manifestações sexuais em geral, alguma coisa que se oporia à morte: a promoção do contato entre dois corpos, que produziria um aumento da estimulação que incide sobre o organismo. Freud chega, assim, à seguinte conclusão:

Poderíamos supor que as pulsões de vida ou pulsões sexuais, que estão ativas em cada célula, tomam as outras células como seus objetos, que elas parcialmente neutralizam as pulsões de morte (isto é, os processos produzidos por elas) nessas células e, assim, preservam a sua vida.^{[210](#)}

A constatação de que o aumento da estimulação fortalece a vida está totalmente de acordo com a suposição de Freud de que o processo vital leva, por razões internas, à nivelação das tensões químicas. Diante disso, pode-se assumir que a pulsão de morte

trabalharia no sentido da diminuição da excitação, e a pulsão de vida no sentido do seu incremento. Podemos, no entanto, perguntarmo-nos: as pulsões sexuais não visariam, elas também, em última instância, a descarga da excitação? O contato entre dois corpos não seria apenas uma meta intermediária da pulsão sexual, isto é, uma etapa do processo impulsionado por esta, cujo objetivo final continuaria sendo a descarga da excitação? A definição de pulsão que Freud apresenta nos *Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade* (1905) e no artigo metapsicológico *Pulsões e seus destinos* (1915) parece permitir esse questionamento. Nesses textos, Freud argumenta que toda pulsão tem uma “meta”, um “objeto” e uma “fonte” e que “a meta [Ziel] de uma pulsão é, em todos os casos, a satisfação, a qual só pode ser obtida pela remoção do estado de estimulação na fonte da pulsão”.²¹¹ Assim, o cancelamento da excitação seria a verdadeira meta de toda a pulsão, embora os caminhos que levem a ela possam ser os mais variados, argumenta Freud. Tendo em vista essa definição, a promoção do contato entre dois corpos, que acabaria fortalecendo a vida, parece ser apenas uma consequência secundária de um processo impulsionado, ao fim e ao cabo, pela meta de descarregar a excitação, ou seja, uma espécie de efeito colateral de um processo que também visaria, por fim, a morte.

Podemos somente levantar hipoteticamente essas questões, porque, embora haja elementos nos textos que as autorizem, Freud não chega de fato a formulá-las explicitamente. Seja como for, permanece em aberto, em *Além do princípio do prazer*, a questão sobre qual seria o estado originário a que as pulsões de vida aspirariam retornar. Os dados biológicos invocados por Freud não permitem uma resposta concludente para essa questão, embora forneçam uma pista para esclarecê-la: se as pulsões sexuais tivessem mesmo como finalidade primordial promover o contato entre dois corpos, o estado originário ao qual elas aspirariam regressar deveria ser um estado de fusão entre os mesmos. Uma vez que esse estado deve ser tão originário quanto aquele aspirado pela pulsão de morte, se é que ambas as pulsões devem estar presentes desde a origem da vida e serem igualmente primordiais, a

conclusão a que essas considerações conduzem é: a substância inanimada, ao tornar-se animada, se dividiu em várias partes, as quais, desde então, passaram a almejar reunir-se novamente. Com a vida, teria surgido tanto uma tendência para retornar ao inanimado – a pulsão de morte –, quanto uma outra, para retornar ao estado anterior de coesão indiferenciada – a pulsão de vida. Embora esse seja o caminho para o qual as hipóteses de Freud o conduzem, ele reconhece que não parece haver nada na biologia que forneça apoio adequado para essas suposições. Diante dessa situação, Freud levanta a questão:

Devemos seguir a sugestão que nos foi dada pelo poeta-filósofo e arriscarmos a hipótese de que a substância viva, na época do seu surgimento, foi rompida em pequenas partículas que, desde então, se esforçam por reunir-se através das pulsões sexuais? Que essas pulsões, nas quais a afinidade química da matéria inanimada persistiu, gradualmente teve êxito, à medida que se desenvolvia através do reino dos protistas, em superar as dificuldades postas no caminho desse esforço por um ambiente carregado de estímulos perigosos – estímulos que a compeliram a formar uma camada cortical protetora? Que esses fragmentos estilhaçados de substância viva atingiram, dessa maneira, uma condição multicelular e, finalmente, transferiram o impulso para reunirem-se, na sua forma mais concentrada, para as células germinais? – Mas aqui, eu penso, chegou a hora de parar.[212](#)

Haveria na filosofia – Freud menciona a seguir a teoria mítica que Platão faz Aristófanos desenvolver no Banquete – ideias que fornecem exatamente aquilo que está sendo procurado, isto é, que permitem derivar a pulsão sexual da necessidade de restabelecer um estado anterior, mais primitivo. Contudo, trata-se apenas de sugestões e metáforas e não há como encontrar apoio científico para essa hipótese. Quanto ao texto de 1920, é preciso reconhecer que a questão acima – a pergunta a respeito de qual seria o estado originário ao qual também as pulsões de vida aspirariam regressar –

é apenas formulada, mas deixada em aberto, sem uma resposta definida.

A partir dessas hipóteses e considerações desenvolvidas por Freud, podemos, então, levantar as seguintes questões: se a finalidade primária das pulsões de vida fosse retornar a um estado originário de fusão, essa finalidade não seria também a morte, uma vez que esse estado de fusão originária seria igualmente o estado inanimado? O estado assim visado não seria o estado de total ausência de tensão e, portanto, de vida? O fato do contato entre dois corpos promover o aumento da estimulação, tendo como consequência o fortalecimento da vida, não seria uma consequência secundária e, nesse sentido, a pulsão sexual não seria também, ao fim e ao cabo, uma pulsão de morte? Durante todo o texto *Além do princípio do prazer*, ficamos com a impressão de que, por mais que Freud se esforce em conceder às pulsões de vida o mesmo status que a pulsão de morte, parece difícil escapar à conclusão de que a morte estaria por trás de todos os fenômenos vitais.

Primeiro versus segundo dualismo pulsional

Como comentamos acima, Freud em *Além do princípio do prazer* coloca inicialmente as pulsões de autoconservação como se incluindo entre as pulsões de morte. Haveria, então, uma oposição entre pulsão de autoconservação e pulsão sexual: as primeiras serviriam à morte, e as segundas serviriam à vida. Mas os fenômenos relacionados ao narcisismo já haviam mostrado a dificuldade de se manter uma oposição nítida entre pulsões de autoconservação e pulsões sexuais. Há já algum tempo, Freud havia percebido que o eu teria que ser o reservatório genuíno e originário da libido, que ele, portanto, faria parte do conjunto dos objetos sexuais, o que torna necessário reconhecer que uma parte das pulsões do eu é de natureza libidinal. Assim, num segundo momento, ainda em *Além do princípio do prazer*, Freud trata de corrigir a primeira hipótese, segundo a qual as pulsões de autoconservação seriam pulsões de morte:

Mas é cada vez mais necessário, para nós, enfatizar o caráter libidinal das pulsões de autopreservação, agora que estamos arriscando um passo adiante e reconhecendo a pulsão sexual como o Eros, o preservador de todas as coisas, além de derivar a libido narcísica do eu dos estoques de libido por meio dos quais as células do soma são ligadas umas às outras. Mas deparamo-nos agora, repentinamente, com outra questão. Se as pulsões de autopreservação são também de natureza libidinal, talvez não existam outras pulsões, a não ser as libidinais?[213](#)

Se as pulsões de autoconservação são também pulsões libidinais, então que lugar restaria para as pulsões de morte? O dualismo pulsional deveria ser deixado de lado? Como sabemos, Freud não aceita, de forma alguma, essa consequência. Ele argumenta que deve ser mantida a hipótese de que haveria no interior do eu outras pulsões além das libidinais, mesmo que não seja possível identificá-las, e sugere que talvez a agressividade possa ser considerada como uma manifestação da pulsão de morte, de forma que haveria, assim, uma oposição pulsional entre amor e ódio. Essa oposição já havia sido proposta em 1915 como uma das grandes polaridades psíquicas, mas em termos distintos, já que, ali, o ódio era uma manifestação das pulsões de autoconservação. No entanto, essa hipótese de que a agressividade seria uma das manifestações das pulsões de morte apresenta uma série de complicações, entre outros motivos porque, como Freud mesmo reconhece, há uma estreita relação entre a sexualidade e a agressividade.

Mas atentemos, antes, para outro aspecto do problema. O conceito de narcisismo, como se viu, impôs uma identificação, pelo menos parcial, entre pulsões de autoconservação e pulsões sexuais – e, num primeiro momento, em *Além do princípio do prazer*, Freud argumenta que as pulsões de autoconservação são também pulsões de morte. Na verdade, desde o *Projeto*, fora estabelecido que o desenvolvimento e a preservação do organismo eram consequência da impossibilidade de se alcançar a eliminação da excitação endógena pela via reflexa. Portanto, o que resulta na

manutenção e no progresso da vida teria tido sempre, como meta final, a eliminação total da tensão psíquica e vital, forçando a conclusão de que as pulsões de autoconservação estariam, enfim, a serviço da morte. A vida, como diz Freud, consistiria apenas num rodeio ou num desvio no caminho para a morte. Mas, como vimos, a oposição entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação não pode ser sustentada integralmente: ao menos parte destas últimas revelaram-se também como pulsões libidinais. Então, há dois fatores a considerar: por um lado, o fato de que as pulsões de autoconservação sejam perfeitamente conciliáveis com a hipótese da pulsão de morte e com a meta que lhe é atribuída. Aliás, a ideia de que a atividade das pulsões de autoconservação apenas secundariamente acabaria conservando a vida parece ser uma consequência necessária da hipótese de que haveria uma tendência primordial e universal do organismo para o cancelamento de todas as tensões. Dessa forma, o impulso primário que estaria por trás das pulsões de autoconservação seria também um impulso para a morte. Por outro lado, contudo, não é possível sustentar integralmente a oposição entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação: ao menos uma parte destas últimas seria também de natureza sexual. Diante disso, Freud deixa de lado a aproximação antes estabelecida entre pulsões de autoconservação e pulsões de morte e propõe que as primeiras deveriam contar-se, na verdade, entre as pulsões de vida. Mas não há como esquecer que nada parece contradizer que as pulsões de autoconservação estejam também a serviço da tendência para a morte, que estas procurem atingi-la por um caminho mais longo e tortuoso que se identifica com a própria história da vida. Dessa forma, não seria legítima a conclusão de que ao menos parte das pulsões sexuais sejam também pulsões de morte? Em outras palavras, a sexualização das pulsões de autoconservação não parece contaminar as pulsões sexuais com a meta da pulsão de morte em última instância?

Vemos assim que a dualidade entre pulsões de vida e de morte de forma alguma é algo facilmente justificável. Mas Freud mantém esse novo dualismo pulsional, a despeito da dificuldade de encontrar

justificativas suficientes para o mesmo. Ao se perguntar se a hipótese da pulsão de morte não deveria ser descartada, ele responde:

A tendência dominante da vida mental – e, talvez, da vida nervosa em geral – é o esforço para reduzir, para manter constante ou para remover tensões internas devidas aos estímulos (o ‘princípio de Nirvana’, para emprestar um termo a Barbara Low) – uma tendência que encontra expressão no princípio do prazer; e reconhecermos esse fato é uma de nossas razões mais fortes para acreditar na existência das pulsões de morte.²¹⁴

O conceito de pulsão de morte seguir-se-ia necessariamente da hipótese dessa tendência originária da vida psíquica – desse “princípio de Nirvana”, tal como Freud o denomina em 1920. Lembremos do que Freud afirma ao propor a noção de princípio de inércia no *Projeto*: ele diz ali que as observações clínico-patológicas – em especial, os fatos relacionados à histeria e à compulsão – sugeriram a concepção da excitação nervosa como quantidade em fluxo e, a partir dessa consideração, foi possível estabelecer o princípio de inércia como o princípio fundamental da atividade nervosa. Como argumentamos, a hipótese da pulsão de morte parece ser implicada pela tendência originária do aparelho a descarregar toda a excitação. Se, conforme o que Freud diz no *Projeto*, os fatos clínicos levaram à suposição dessa tendência fundamental do sistema nervoso, então a noção de pulsão de morte também estaria ancorada em fatos clínicos e, portanto, haveria justificativas empíricas para mantê-la.

As pulsões de vida, embora produzindo manifestações mais visíveis, parecem mais difíceis de serem justificadas do que as pulsões de morte, tendo em vista as premissas mais fundamentais da teoria freudiana. A única evidência de algo que pareça seguramente estar em oposição à morte é a fusão das células germinativas. Contudo, o desenvolvimento relativamente tardio da reprodução sexuada compromete o caráter originário a ser atribuído às pulsões de vida, e

a suposição de que a meta originária das pulsões sexuais seria a tendência à união entre dois corpos e de que só em um momento posterior tal tendência teria sido transferida para as células germinativas já parece atenuar um pouco a oposição entre pulsões de vida e de morte estabelecida com base nessas considerações. Como argumentamos, é possível fazer a suposição de que a promoção do contato entre dois corpos seja, afinal, uma consequência da busca da descarga da excitação sexual: essa descarga seria, assim, a meta primária das pulsões sexuais, o que, de novo, diluiria a oposição entre pulsões de morte e de vida que Freud pretende estabelecer.

Freud reconhece, em *Além do princípio do prazer*, que esse novo dualismo pulsional aí proposto não apresenta o mesmo grau de certeza que os passos anteriores do desenvolvimento de sua teoria das pulsões. Algumas hipóteses desenvolvidas em textos posteriores parecem tornar ainda mais problemática a manutenção da dualidade que distingue as pulsões de morte e as de vida e reforçar a impressão de que não há, de fato, uma oposição clara entre essas duas classes de pulsões.

O dualismo pulsional após *Além do princípio do prazer*

Em *O problema econômico do masoquismo* (1924), Freud estabelece, de forma bastante clara, qual seria a relação entre os vários princípios que governam a atividade psíquica e, também, qual a relação entre esses princípios e as duas classes de pulsões propostas em 1920. Em *Além do princípio do prazer*, ele diferenciara entre o princípio de prazer – que teria como condição a ligação da excitação – e o princípio de Nirvana. Este último seria anterior ao primeiro, uma vez que o princípio do prazer só entraria em ação após a ligação da excitação resultante dos processos determinados pela compulsão à repetição. Freud argumentara também, em 1920, que o princípio do prazer seria uma “tendência” a serviço de uma “função” (o princípio de Nirvana) e que ambos participariam da

aspiração mais universal de todo ser vivo de voltar para trás, até o repouso do mundo inorgânico. Em suma, ambos os princípios estariam mais ou menos diretamente a serviço das pulsões de morte. Em *O eu e o isso* (1923), contudo, Freud não distingue tão claramente o princípio do prazer e o de Nirvana, mas trata-os como se fossem um único e mesmo princípio. Em *O problema econômico do masoquismo*, no entanto, ele argumenta que é preciso voltar a diferenciá-los e procura esclarecer qual seria a relação existente entre eles:

Seja lá como for, devemos perceber que o princípio de Nirvana, pertencendo como pertence à pulsão de morte, experimentou uma modificação nos organismos vivos, através da qual ele se tornou o princípio do prazer; e devemos, daqui em diante, evitar considerar os dois princípios como um só. Não é difícil, se cuidamos de seguir essa linha de pensamento, adivinhar qual poder foi a fonte da modificação. Só pode ter sido a pulsão de vida, a libido, que, assim, ao lado da pulsão de morte, apoderou-se de uma parcela da regulação dos processos da vida. Dessa forma, obtemos um pequeno, mas interessante conjunto de conexões. O ‘princípio de Nirvana’ expressa a tendência da pulsão de morte; o ‘princípio do prazer’ representa as exigências da libido; e a modificação deste último princípio, o ‘princípio de realidade’, representa a influência do mundo externo.²¹⁵

Haveria, então, um princípio originário – o princípio de Nirvana – que estaria diretamente a serviço das pulsões de morte. A pulsão de vida imporá uma modificação a esse princípio, fazendo surgir o princípio do prazer, e o mundo externo imporá ainda uma segunda modificação, dando origem ao princípio de realidade. Freud esclarece, a seguir, que nenhum desses princípios é totalmente destituído ou cancelado pelos outros. Todos continuam ativos, às vezes de forma pacífica, às vezes de forma conflituosa. Mas essa relação estabelecida por Freud entre os vários princípios propostos e as respectivas pulsões parece implicar claramente a precedência da pulsão de morte sobre a pulsão de vida: os processos psíquicos

originariamente seriam governados pelo princípio de Nirvana, que estaria “diretamente” a serviço da pulsão de morte. A pulsão de vida entraria em ação em um momento posterior, o que teria como consequência a modificação do princípio de Nirvana e sua transformação no princípio de prazer. Se isso for verdade, a pulsão de morte deve ser considerada como mais originária do que a pulsão de vida, com o que a simetria entre as duas classes de pulsões não mais pode ser sustentada. Além disso, em *Além do princípio do prazer*, Freud afirmara claramente que o princípio do prazer estaria, assim como o de Nirvana, a serviço da pulsão de morte. Para que houvesse, de fato, uma oposição entre as duas classes de pulsões, o princípio do prazer não poderia ser pensado dessa maneira, pois isso coloca as pulsões de vida, no máximo, como resultando de uma modificação secundária das pulsões de morte, e não como um princípio independente e igualmente originário.

No *Esboço de psicanálise* (1938), Freud parece reforçar ainda mais essa ideia da anterioridade da pulsão de morte em relação à de vida, ao recusar a hipótese, que havia sido sustentada em *Além do princípio do prazer*, de que toda a pulsão teria um caráter regressivo. Na segunda parte desse texto, ele volta a falar sobre o novo dualismo pulsional, mas agora acaba por negar a possibilidade de atribuir um caráter conservador também para as pulsões de vida. De início, ele parece retomar a hipótese de que toda pulsão seria de natureza conservadora, apenas reafirmando o que havia sido proposto em 1920:

As forças que supomos existirem por trás das tensões causadas pelas necessidades do isso são chamadas *pulsões*. Elas representam as exigências somáticas sobre a mente. Embora sejam a causa última de toda atividade, elas são de natureza conservadora; o estado, seja ele qual for, que um organismo tenha atingido dá origem a uma tendência para restabelecer esse estado, tão logo ele tenha sido abandonado. [216](#)

Contudo, logo em seguida, Freud argumenta que essa natureza conservadora, na verdade, pode apenas ser uma característica das pulsões de morte: não seria possível atribuí-la também às pulsões de vida, uma vez que isso implicaria supor que a substância viva fora dividida com o surgimento da vida e, a partir de então, passou a aspirar regressar ao estado de unidade anterior:

Se presumirmos que as coisas vivas vieram depois que as inanimadas e surgiram a partir delas, então a pulsão de morte é compatível com a fórmula que propusemos, segundo a qual as pulsões tendem a retornar a um estado anterior. No caso do Eros (ou a pulsão do amor), nós não podemos aplicar essa fórmula. Fazê-lo seria pressupor que a substância viva foi, alguma vez, uma unidade que tivesse sido depois rompida e estivesse agora se esforçando pela reunião.²¹⁷

Nada que se conheça corresponde a isso na história da substância viva – admite Freud – e, portanto, não haveria justificativa para se atribuir esse caráter conservador também às pulsões de vida. Que implicações essa conclusão traz para a teoria?

Se apenas as pulsões de morte aspirassem ao retorno a um estado anterior, a compulsão à repetição teria que ser uma característica tão somente das pulsões de morte e não, como havia sido sustentado em *Além do princípio do prazer*, uma característica universal das pulsões. Sendo assim, no funcionamento psíquico originário – isto é, naquele funcionamento regido apenas pelo princípio de Nirvana –, que consistiria em uma compulsão à repetição, apenas a pulsão de morte poderia estar em ação. Dessa forma, a pulsão de morte antecederia o surgimento da pulsão de vida, que entraria em ação apenas em uma etapa posterior do funcionamento do aparelho psíquico. É essa hipótese que Freud parece defender em *O problema econômico do masoquismo*. Nesse texto, como vimos, ele sustenta que o princípio de Nirvana expressa a tendência da pulsão de morte, ao passo que o princípio de prazer, que consiste numa “modificação” do primeiro, representa as exigências da libido. De acordo com esse ponto de vista, seria

preciso supor que a pulsão de morte entra em ação primeiro, sob influxo do princípio de Nirvana, e que, apenas em um segundo momento, a pulsão de vida se manifestaria, dando origem ao princípio do prazer. Tudo isso parece conduzir à hipótese de que a pulsão de morte esteja por trás de todos os processos psíquicos e introduz o problema de por que a vida se teria afirmado a despeito dessa tendência originária para a morte, na ausência de um princípio igualmente originário que se lhe opusesse.

Diante de todas essas dificuldades, é compreensível que Freud relute em admitir essa precedência da pulsão de morte sobre a de vida. No próprio *Esboço de psicanálise*, apesar de recusar o caráter conservador das pulsões de vida, Freud tenta manter a hipótese de que ambas as pulsões seriam igualmente originárias:

Podemos imaginar um estado inicial no qual toda a energia disponível do Eros – que, daqui em diante, chamaremos de ‘libido’ – esteja presente no eu-isso ainda indiferenciado e serve para neutralizar as tendências destrutivas que estão simultaneamente presentes. [218](#)

Parece haver, portanto, um impasse nas próprias bases da teoria. O princípio de Nirvana seria originário e entraria em ação sob o influxo da pulsão de morte. O funcionamento repetitivo seria manifestação apenas da pulsão de morte e antecederia a vigência do princípio do prazer. Este último princípio apenas entraria em ação sob o influxo da pulsão de vida. Mas, se ele resulta da atividade da pulsão de vida e se esta provém de uma modificação do princípio de Nirvana, então a pulsão de morte forçosamente se manifestaria no aparelho psíquico antes que a pulsão de vida. Contudo, Freud quer manter a hipótese dessa espécie de paridade entre ambas as classes de pulsões, que seriam igualmente originárias, a despeito do fato de toda sua argumentação orientar-se no sentido oposto, de modo que essa contradição permanece não resolvida na teoria.

Considerações finais

O fato de Freud afirmar, como em *O problema econômico do masoquismo*, que o princípio do prazer é uma modificação do princípio de Nirvana torna difícil sustentar a existência de uma oposição plena entre as duas classes de pulsões, uma vez que, em *Além do princípio do prazer*, ele argumentara que o princípio do prazer estaria a serviço da pulsão de morte, tal como o princípio de Nirvana. Para haver uma oposição total entre as duas classes de pulsões, seria necessário haver uma oposição equivalente também entre os dois princípios mencionados, o que entraria em contradição com as hipóteses desenvolvidas por Freud nos trabalhos examinados acima.

Outra hipótese sustentada por Freud que parece atenuar a tese de uma oposição entre as pulsões de vida e de morte é a de que as pulsões sexuais teriam a finalidade de promover o contato entre dois corpos. Tendo em vista as definições anteriores de pulsão, que foram elaboradas tendo como modelo as pulsões sexuais, a meta destas últimas seria, efetivamente, promover a descarga da excitação sexual, e o aumento da estimulação resultante do contato entre os corpos consistiria em uma consequência secundária de um processo cujo objetivo último teria sempre sido a eliminação da tensão e que, por isso, estaria também, de certa forma, em consonância com a meta atribuída à pulsão de morte. Portanto, para ser possível sustentar a hipótese de que a finalidade “primária” das pulsões sexuais seria promover o contato entre os corpos – o que faria delas pulsões “de vida” – seria necessária uma reformulação do próprio conceito de pulsão sexual.

Outro impasse que permanece na teoria diz respeito ao fato de que as pulsões de autoconservação são totalmente conciliáveis com a hipótese da pulsão de morte, como Freud explicitamente afirmou. Na verdade, pelo menos no caso paradigmático da fome, parece haver uma afinidade muito maior da pulsão de autoconservação com a pulsão de morte do que com a pulsão de vida: se o que preserva a vida é o aumento da estimulação, no caso da fome, ao menos, como foi estabelecido desde o *Projeto*, a conservação de uma constante de excitação é apenas um meio para um fim que,

nesse caso, é a supressão do estímulo endógeno, a qual, levada ao extremo, coincidiria com a supressão da própria vida.

Procuramos, por isso, argumentar que a hipótese do segundo dualismo pulsional, desde sua primeira formulação em 1920, não parece se encaixar facilmente na metapsicologia freudiana. Fica-se com a impressão, já desde *Além do princípio do prazer* – e ainda mais nos textos posteriores –, de que, por mais que Freud se esforce em manter a oposição entre as pulsões de vida e as de morte, ele não consegue fundamentá-la ou justificá-la de modo plenamente convincente ou satisfatório. Apesar de sua recepção reservada e de ter sido considerado o ponto mais problemático do período final da reflexão metapsicológica freudiana, é o conceito de pulsão de morte que aparece como uma necessidade interna da teoria, logicamente derivável de seus termos, inclusive aqueles mais amplamente aceitos. Ao contrário, não parece haver aí um lugar natural para a pulsão de vida: esta parece ser uma hipótese que Freud introduz e reluta fortemente em abandonar, mas que, na verdade, permanece sempre como uma espécie de corpo estranho na teoria.

Essa assimetria entre as categorias que formam a segunda dualidade pulsional freudiana coloca, então, em primeiro plano, a pulsão de morte, e não a de vida (ou Eros): embora esta última categoria supostamente englobe as que formavam a dualidade anterior – as pulsões sexuais e as de autoconservação –, a formulação do conceito de pulsão de morte parece consistir mais numa “redefinição” das mesmas do que na proposição (ou na descoberta) de um terceiro grupo de pulsões que se oporia, então, ao par por elas formado e agora rebatizado como pulsões de vida. Essa redefinição enfatizaria o caráter mortífero da pulsão como um todo – uma ênfase que, longe de ser uma ideia nova, na verdade explicita uma propriedade fundamental da pulsão, derivada logicamente de seu próprio conceito, mas que teria permanecido apenas subentendida até 1920. Em outro trabalho,²¹⁹ procuramos mostrar que o mesmo se aplica ao conceito de compulsão à repetição, implicitamente formulado desde os primórdios do

pensamento de Freud e apenas cabalmente explicitado em 1920. Como o conceito de pulsão de morte em *Além do princípio do prazer* é, de certo modo, “deduzido” do conceito de compulsão à repetição, não é de se surpreender que ele também traduza uma ideia já presente na metapsicologia freudiana anterior.

Cabe enfatizar duas consequências que decorrem dessas constatações. A primeira é que seria preciso reconhecer que, por trás do novo dualismo pulsional, insinua-se uma espécie de monismo, no qual toda pulsão se apresenta, em última instância, como uma pulsão de morte. Não deixa de ser curioso que Freud reencontre, pela via da especulação biológica, a mesma conclusão polemicamente proposta por Lacan, a partir de uma ampla revisão da psicanálise freudiana que recorreu, como se sabe, sobretudo aos instrumentos teóricos oferecidos pelas ciências humanas – antropologia e linguística principalmente – e pela filosofia:

O sujeito falante tem o privilégio de revelar o sentido mortífero desse órgão [histérico] e, através disso, sua relação com a sexualidade. Isso porque o significante como tal, barrando por intenção primeira o sujeito, nele faz penetrar o sentido da morte. (A letra mata, mas só ficamos sabendo disso pela própria letra). Por isso é que *toda pulsão é virtualmente pulsão de morte*.²²⁰

A segunda consequência diz respeito à necessidade de repensar o sentido do novo dualismo proposto por Freud. Diversos autores²²¹ já apontaram como o problema do dualismo não é o problema central de *Além do princípio do prazer* e, por extensão, da segunda teoria pulsional freudiana. De fato, dada a assimetria e a precedência concedida à pulsão de morte e o modo como a compulsão à repetição é colocada como a característica definidora da exigência pulsional enquanto tal, esse dualismo só pode ser construído sobre a base comum dada por esse caráter conservador e, no limite, mortífero atribuído à pulsão como um todo. Fica claro, por isso, que a dualidade pulsional proposta em 1920 não pode ser da mesma natureza que a anterior, na qual se tratava de duas classes de

pulsões (sexuais e de autoconservação) derivadas de um fundamento biológico distinto (as funções de conservação da espécie e do indivíduo, respectivamente). A oposição entre pulsões de vida e de morte, ao contrário, parece caracterizar dois aspectos antagônicos da exigência pulsional em geral, fundamentada numa tensão inerente à vida, que se estabelece entre uma tendência à complexidade e à organização e outra tendência à eliminação da tensão e a retornar ao inanimado. É possível, assim, especificar melhor a tese de que toda a pulsão seria pulsão de morte: toda pulsão particular seria, simultaneamente, pulsão de vida e de morte, conforme o aspecto sob o qual é considerada, embora algumas possam manifestar mais claramente um desses dois aspectos, como, por exemplo, a relação entre a agressividade e a pulsão de morte, por um lado, e entre sexualidade e pulsão de vida, por outro. Freud insiste, de fato, em diversas ocasiões, que essas pulsões nunca se manifestariam sob uma forma pura, mas sempre mescladas em alguma medida. A segunda teoria pulsional, portanto, configuraria uma dualidade inscrita na própria natureza da pulsão, e não, estritamente falando, uma diferença entre classes de pulsões biologicamente distintas.

Não parece ser possível, dada a solidariedade do conceito com o restante do corpo da teoria, consistentemente aceitar a metapsicologia freudiana e recusar a pulsão de morte: Sulloway, em sua análise da obra de Freud, insistiu muito enfática e rigorosamente no quanto “sua concepção da pulsão de morte foi um *tour de force* lógico que raramente foi compreendido na sua perspectiva intelectual própria”.²²² Mas qual seria o problema com esse conceito? Será que ele consistiria, de fato, apenas numa fantasia especulativa e num contrassenso científico, que “contradiz todos os princípios biológicos”?²²³ Afinal, as ideias da existência de uma base instintiva para a agressividade²²⁴ e de que a morte do organismo está, de certa maneira, programada geneticamente – sendo que essa programação evoluiu por seleção natural como qualquer outra característica orgânica²²⁵ – estão longe de serem heterodoxas no campo da investigação biológica contemporânea, inclusive nos meios darwinistas ou neodarwinistas.²²⁶ Essas são

questões que não poderiam ser desenvolvidas aqui, mas que são mencionadas apenas a título de sugestão de que, talvez, a plena apreciação do alcance desse tipo de formulação freudiana – do conceito de pulsão de morte em particular – exija ainda um trabalho de integração e fundamentação biológica da psicanálise, cuja necessidade, principalmente no que diz respeito à teoria das pulsões, o próprio Freud não se cansou de afirmar.

Referências bibliográficas

CAROPRESO, F.; SIMANKE, R. T. Compulsão à repetição: um retorno às origens da metapsicologia freudiana. *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 2, p. 207-224, 2006.

DAWKINS, R. [1976]. *O gene egoísta*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

FIGUEIREDO, L. C. *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta, 1999.

FREUD, S. [1895/1950]. Project for a scientific psychology. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 1, p. 283-397.

_____. [1900]. The interpretation of dreams. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 5.

_____. [1905]. Three essays on sexuality. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 7, p. 125-245.

_____. [1915]. Instincts and their vicissitudes. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of*

Sigmund Freud. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 14, p. 109-140.

_____. [1920]. Beyond the pleasure principle. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 8, p. 7-66.

_____. [1923]. The ego and the id. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 19, p. 12-68.

_____. [1924]. The economic problem of masochism. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 19, p. 157-172.

_____. [1938/1940]. An outline of psychoanalysis. In: STRACHEY, J. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 23, p. 139-207.

JONES, E. [1957]. *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v. 3.

LACAN, J. Position de l'inconscient. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966. p. 829-850.

LAPLANCHE, J. [1970]. *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LORENZ, K. [1963]. *L'agression: une histoire naturelle du mal*. Paris: Flammarion, 1969.

MEDAWAR, P. B. *The uniqueness of the individual*. London: Methuen, 1957.

MONZANI, L. R. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

STRACHEY, J. [1957]. Editor's note to *Instincts and their vicissitudes*. In: _____. (Org.). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: The Hogarth Press and The Institute of Psychoanalysis, 1975. v. 14, p. 111-116.

SULLOWAY, F. [1979]. *Freud, biologist of the mind: beyond the psychoanalytic legend*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1992.

YORKE, C. [1986]. A pulsão de morte: posição pessoal. In: GREEN, A. et al. *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta, 1988. p. 85-90.

[198](#) Jones ([1957] 1989).

[199](#) Monzani (1989, p. 147).

[200](#) Laplanche ([1970] 1985, p. 112).

[201](#) Sulloway ([1979] 1992, p. 395).

[202](#) Yorke ([1986] 1988, por exemplo).

[203](#) Freud ([1920] 1975, p. 36).

[204](#) Strachey ([1957] 1975).

[205](#) Freud ([1920] 1975, p. 38).

[206](#) Id. ([1900] 1975, p. 565).

[207](#) Id. ([1915] 1975, p. 120).

[208](#) Monzani (1989).

[209](#) Freud ([1920] 1975, p. 40-41).

[210](#) Id. *ibid.*, p. 50.

[211](#) Id. ([1915] 1975, p. 122).

[212](#) Id. ([1920] 1975, p. 58).

[213](#) Id. *ibid.*, p. 52.

[214](#) Id. *ibid.*, p. 55-56.

[215](#) Id. ([1924] 1975, p. 160).

[216](#) Id. ([1938/1940] 1975, p. 148).

[217](#) Id. *ibid.*, p. 148-149.

[218](#) Id. *ibid.*, p. 149-150.

[219](#) Caropreso & Simanke (2006). Ver também o capítulo 5 deste livro.

[220](#) Lacan (1966, p. 848, grifos nossos).

[221](#) Figueiredo (1999) e Lifton (1976 *apud* SULLOWAY, [1979] 1992) por exemplo.

[222](#) Sulloway ([1979] 1992, p. 408-409).

[223](#) Brun (1953 *apud* SULLOWAY, [1979] 1992).

[224](#) Lorenz ([1963] 1969).

[225](#) Medawar (1957); Dawkins ([1976] 1979).

[226](#) Em um trabalho ainda em preparo e complementar a este, versando sobre a possibilidade da fundamentação biológica da teoria freudiana das pulsões, procuraremos mostrar, entre outras coisas, que a hipótese da pulsão de vida – com todas as suas dificuldades teóricas – resulta, entre outras coisas, de uma

persistência da referência lamarckista na reflexão metapsicológica freudiana, enquanto a pulsão de morte apresenta uma afinidade muito maior com a perspectiva darwinista e pode ser mais facilmente reconstruída nesses termos. Nesse sentido, a pulsão de morte seria mais “moderna” que a pulsão de vida, estando mais próxima do que é admitido pela biologia contemporânea, ao contrário do que parecem crer muitos de seus críticos, inclusive dentro do campo psicanalítico.